

stone

STNE Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 49.436.665/0001-31

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)											
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024		Nota	2025	2024	2025	2024
Ativo											
Ativo circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	315	10	38.754	30.012	Contas a pagar	11	15	20.078	15.966	
Aplicações financeiras	6.2	3.195	11.686	261.360	124.433	Obrigações trabalhistas e previdenciárias					
Contas a receber de clientes	7.2			8.092	4.120	Obrigações tributárias			219.623	186.409	
Tributos a recuperar		2.325	2.037	50.216	4.321	Arrendamentos a pagar	12	2.561	45.017	38.242	
Despesas antecipadas				8.806	6.210	Dividendos a pagar	15.3.3	277.540	370	277.541	370
Outros ativos				5.299	4.183	Outros passivos			8.600	5.903	
Total do ativo circulante		5.835	13.733	372.528	173.279	Total do passivo circulante		277.551	2.946	576.816	256.025
Passivo											
Passivo circulante											
Aplicações financeiras	6.2	4.802	4.802	4.802	4.802	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12			12.532	5.685
Contas a receber de partes relacionadas	13		8.426	33.931	41.611	Arrendamentos a pagar		3.146	5.343	8.810	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.4	3.839	4.563	78.946	69.723	Provisão para contingências	2		3.235	805	
Despesas antecipadas				6.819	2.228	Contas a pagar a partes relacionadas	13			4.117	789
Outros ativos				6.324	5.746	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.4				573
Investimentos	9.2	1.026.293	704.007	59.686	60.750	Outros passivos				13.610	10.224
Imobilizado	10.7	822	6.003	42.170	62.770	Total do passivo não circulante		2	3.146	38.838	26.886
Intangível	11.3	33.555	21	808.041	597.465	Patrimônio líquido					
Total do ativo não circulante		1.069.311	727.822	1.040.719	845.095	Capital social	15.1	461.649	459.158	461.649	459.158
						Reserva de capital	15.2	287.797	236.673	287.797	236.673
						Reserva de lucros	15.3	48.147	39.632	48.147	39.632
						Total do patrimônio líquido		797.593	735.463	797.593	735.463
Total do passivo e patrimônio líquido		1.075.146	741.555	1.413.247	1.018.374	Total do passivo e patrimônio líquido		1.075.146	741.555	1.413.247	1.018.374
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras											
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)											
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Lucros Acumulados	Total				
Saldo em 31 de dezembro de 2023		115.158	180.210	1.085			296.453				
Aumento de capital		370.000					370.000				
Redução de Capital		(26.000)					(26.000)				
Pagamentos baseados em ações			56.463				56.463				
Lucro líquido do exercício						38.917	38.917				
Destinações do lucro líquido do exercício:											
Reserva legal				1.946		(1.946)					
Dividendos mínimos obrigatórios						(370)	(370)				
Dividendos adicionais					36.601	(36.601)					
Saldo em 31 de dezembro de 2024		459.158	236.673	3.031	36.601		735.463				
Aumento de Capital – Incorporação		2.491					2.491				
Redução de Capital											
Pagamento baseado em ações			51.124				51.124				
Lucro líquido do exercício						303.323	303.323				
Destinações do lucro líquido do exercício:											
Reserva Legal	15.3.1			15.166		(15.166)					
Dividendos mínimos obrigatórios	14.3.3					(2.882)	(2.882)				
Dividendos intercalares	15.3.3					(247.543)	(247.543)				
Dividendos intermediários	15.3.3					(44.383)	(44.383)				
Constituição de reserva de lucros para expansão	15.3.2				37.732	(37.732)					
Saldo em 31 de dezembro de 2025		461.649	287.797	18.197	29.950		797.593				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras											
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)											
1 CONTEXTO OPERACIONAL											
A STNE Investimentos S.A. ("Companhia"ou "STNE Invest") foi constituída em 02 de janeiro de 2023, e possui sede na Avenida Rebouças, nº 2880, 5º andar, sala 6, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05402-500. A Companhia é uma holding que tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. As suas controladas (coletivamente, o "Grupo") atuam em diferentes setores, incluindo tecnologia, serviços financeiros, gestão de negócios e intermediação de serviços, no Brasil e no exterior. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela DLP Capital LLC ("DLP Capital"), e em última instância, a StoneCo Ltd ("StoneCo") é a controladora indireta, sendo uma sociedade constituída nas Ilhas de Cayman, com ações listadas na bolsa americana NASDAQ com a sigla STNE. A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada em Reunião de Diretoria em 28 de abril de 2026.											
2.1. Controladas: As demonstrações financeiras consolidadas da STNE Invest incluem as seguintes controladas:											
Nome da empresa		Principais atividades		Participação societária do Grupo %							
				2025	2024						
Buy4 Processamento de Pagamentos S.A. ("Buy4")	Armazenamento na nuvem de transação de cartão	100,00	100,00								
Buy4 Sub LLC ("Buy4 LLC")	Processamento de transações de cartões	100,00	100,00								
Equals Software Participações S.A. ("Equals Software") ^(a)	Holding de instituições não-financeiras		100,00								
Stone Franchising Ltda. ("Franquia")	Gerenciamento de franquias	100,00	100,00								
Stone Logística Ltda. ("Stone Log")	Serviços de logística	100,00	100,00								
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. ("Vitta Tecnologia")	Serviços de saúde	100,00	100,00								
Vitta Saúde Administradora em Benefícios Ltda. ("Vitta Saúde")	Serviços de saúde	100,00	100,00								
Vitta Serviços em Saúde Ltda. ("Vitta Serviços")	Serviços de saúde	100,00	100,00								
Vitta Corretora de Seguros Ltda. ("Vitta Corretora")	Corretagem de seguros	100,00	100,00								
a) Em 01 de dezembro de 2025, a Companhia aprovou a incorporação das Equals Software. Como consequência, a companhia foi extinta, sendo a totalidade de seus acervos líquidos absorvida pela STNE Investimentos.											
2.2. Coligadas											
Nome da empresa		Principais atividades		Participação societária do Grupo %							
				2025	2024						
Delivery Much Tecnologia S.A. ("Delivery Much")	Food delivery marketplace	28,95	29,49								
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS											
As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Financial Standards Board ("IASB"), e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações aplicáveis emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados referentes a receitas, despesas, ativos e passivos na data das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Os julgamentos, estimativas e premissas são revisados frequentemente, e quaisquer efeitos são reconhecidos no período de revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. O objetivo dessas revisões é mitigar o risco de diferenças materiais entre resultados estimados e reais no futuro.											
3.1. Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • tem poder sobre a investida (ou seja, os direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida); • está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. Geralmente, há uma presunção de que a maioria dos direitos de voto resulta em controle. Para suportar esta presunção e quando a Companhia tem menos do que a maioria dos direitos de voto ou similares de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes ao avaliar se tem poder sobre uma investida, incluindo: • o(s) acordo(s) contratual(is) com os outros detentores de votos da investida; • direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • os direitos de voto da Companhia e os potenciais direitos de voto. A Companhia reavalia se controla ou não uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando perde o controle sobre a controlada. Ativos, passivos, receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o ano são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir											

Demonstrações do Resultado – Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)												
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado		
	Nota	2025	2024	2025	2024		Nota	2025	2024	2025	2024	
Receita líquida de prestação de serviços												
Custo dos serviços prestados	17.5	–	–	1.319.574	650.220	Lucro bruto	18	–	–	1.319.574	650.220	
Despesas administrativas	18	(484)	62	(220.199)	(150.844)	Despesas de vendas	18	–	–	564.727	231.953	
Despesas de vendas	18	–	–	(17.927)	(12.444)	Prejuízo/Lucro operacional	9.2	(484)	62	326.601	68.665	
Prejuízo/Lucro operacional	9.2	(484)	62	326.601	68.665	Equivalência Patrimonial	19	302.715	46.643	538	479	
Despesas financeiras	19	232	588	3.361	2.320	Outras receitas financeiras	19	(39)	(660)	(6.047)	1.905	
Despesas financeiras	19	(39)	(660)	(6.047)	1.905	Outras receitas (despesas), líquidas	20	1.087	(11.797)	(12.084)	(19.290)	
Resultado financeiro líquido		303.995	34.774	(14.232)	(14.586)	Resultado financeiro líquido		303.995	34.774	(14.232)	(14.586)	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social												
Imposto de renda e contribuição social	303.511	34.836	312.369	54.079		Imposto de renda e contribuição social	8.3	–	–	(18.842)	(50.236)	
Imposto de renda e contribuição social	8.3	–	–	(18.842)	(50.236)	Imposto de renda e contribuição social	8.3	(188)	4.081	9.796	35.074	
Imposto de renda e contribuição social	8.3	(188)	4.081	9.796	35.074	Lucro líquido do exercício		303.323	38.917	303.323	38.917	
Lucro líquido do exercício		303.323	38.917	303.323	38.917	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras						
Demonstração dos Resultados Abrangentes												
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)												
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado		
	Nota	2025	2024	2025	2024		Nota	2025	2024	2025	2024	
Lucro líquido do exercício		303.323	38.917	303.323	38.917	Outros resultados abrangentes		303.323	38.917	303.323	38.917	
Outros resultados abrangentes		303.323	38.917	303.323	38.917	Total do resultado abrangente do exercício		303.323	38.917	303.323	38.917	
Total do resultado abrangente do exercício		303.323	38.917	303.323	38.917	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras						
Demonstração dos Fluxos de Caixa												
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)												
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado		
	Nota	2025	2024	2025	2024		Nota	2025	2024	2025	2024	
Lucro líquido do exercício												
Ajustes do lucro líquido do exercício		303.323	38.917	303.323	38.917	Depreciação e amortização	10.8	779	2.796	113.988	39.933	
Depreciação e amortização	10.8	779	2.796	113.988	39.933	Imposto de renda e contribuição social diferidos		188	(4.081)	(9.796)	(35.074)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		188	(4.081)	(9.796)	(35.074)	Equivalência Patrimonial	9.2	(302.715)	(46.643)	(538)	(573)	
Equivalência Patrimonial	9.2	(302.715)	(46.643)	(538)	(573)	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		39	705	(72)	(320)	
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		39	705	(72)	(320)	Provisão para contingências				3.018	494	
Provisão para contingências						Despesa de pagamentos baseados em ações				97.620	65.748	
Despesa de pagamentos baseados em ações						Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(1.790)	(242)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa						Ganho/Perda na alienação de bens, equipamentos e ativos intangíveis		(1.087)	–	3.238	(4.047)	
Ganho/Perda na alienação de bens, equipamentos e ativos intangíveis		(1.087)	–	3.238	(4.047)	Variação nos ativos e passivos operacionais		19.334	(9.423)	(171.624)	173.950	
Variação nos ativos e passivos operacionais		19.334	(9.423)	(171.624)	173.950	Aplicações financeiras		11.175	–	(135.522)	–	
Aplicações financeiras		11.175	–	(135.522)	–	Contas a receber		–	–	(2.182)	5.421	
Contas a receber		–	–	(2.182)	5.421	Outros ativos		–	–	(1.122)	2.140	
Outros ativos		–	–	(1.122)	2.140	Contas a receber de partes relacionadas		8.426	(9.250)	7.680	(8.057)	
Contas a receber de partes relacionadas		8.426	(9.250)	7.680	(8.057)	Impostos a recuperar		(263)	108	(47.187)	168	
Impostos a recuperar		(263)	108	(47.187)	168	Despesas antecipadas		–	–	(7.187)	370	
Despesas antecipadas		–	–	(7.187)	370	Contas a pagar		(4)	(73)	4.115	7.134	
Contas a pagar		(4)	(73)	4.115	7.134	Contas a pagar partes relacionadas		–	–	3.328	(10.851)	
Contas a pagar partes relacionadas		–	–	3.328	(10.851)	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		–	–	(6.434)	146.632	
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		–	–	(6.434)	146.632	Obrigações tributárias		–	(208)	68.563	71.716	
Obrigações tributárias		–	(208)	68.563	71.716	Outros Passivos		–	–	5.502	4.865	
Outros Passivos		–	–	5.502	4.865	Pagamento de contingências		–	–	(682)	–	
Pagamento de contingências		–	–	(682)	–	Imposto de renda e contribuição social pagos		–	–	(60.496)	(45.588)	
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	–	(60.496)	(45.588)	Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		19.861	(17.729)	337.367	278.786	
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		19.861	(17.729)	337.367	278.786	Aquisições de ativo imobilizado e intangível		10.7/11.3	–	–	(304.012)	(573.086)
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		10.7/11.3	–	–	(304.012)	Venda de subsidiária, líquido de caixa alienado		–	–	8.426	–	
Venda de subsidiária, líquido de caixa alienado		–	–	8.426	–	Rendimentos de investimentos de curto e longo prazo, líquidos		–	–	30.266	–	
Rendimentos de investimentos de curto e longo prazo, líquidos		–	–	30.266	–	Aumento de capital em controladas		–	–	(370.000)	–	
Aumento de capital em controladas		–	–	(370.000)	–	Incorporação de controlada, líquida de caixa adquirido		69	–	2.492	–	
Incorporação de controlada, líquida de caixa adquirido		69	–	2.492	–	Dividendos Pagos		(17.637)	(20.614)	(17.637)	(20.614)	
Dividendos Pagos		(17.637)	(20.614)	(17.637)	(20.614)	Dividendos Recebidos		–	–	28.293	570	
Dividendos Recebidos		–	–	28.293	570	Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento		(17.568)	(323.629)	(318.587)	(614.281)	
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento		(17.568)	(323.629)	(318.587)	(614.281)	Pagamento de arrendamentos		(245)	(2.646)	(11.070)	(3.155)	
Pagamento de arrendamentos		(245)	(2.646)	(11.070)	(3.155)	Aumento de capital		(15.000)	370.000	–	344.000	
Aumento de capital		(15.000)	370.000	–	344.000	Baixa de capital		1.032	(26.000)	1.032	–	
Baixa de capital		1.032	(26.000)	1.032	–	Dividendos recebidos		12.225	–	–	–	
Dividendos recebidos		12.225	–	–	–	Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento		(1.988)	341.354	(10.038)	340.845	
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento		(1.988)	341.354	(10.038)	340.845	Variação de caixa e equivalentes de caixa		305	(4)	8.742	5.350	
Variação de caixa e equivalentes de caixa		305	(4)	8.742	5.350	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		10	14	30.012	24.662	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		10	14	30.012	24.6							

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

4.1.1. Incorporação Stef S.A.

Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido	
Ativo circulante		Patrimônio líquido	
Aplicações financeiras	1.459	Capital social	1.310
	1.459	Reserva de Capital	149
			1.459
Total do ativo		Total do passivo e patrimônio líquido	
1.459		1.459	

4.1.2. Incorporação Stone Seguros S.A.

Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido	
Ativo circulante		Passivo não circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	49	Provisão para contingências	2
Aplicações financeiras	985		2
Impostos a recuperar	—	Patrimônio líquido	
	1.034	Capital social	2.000
		Prejuízos acumulados	(968)
			1.032
Total do ativo		Total do passivo e patrimônio líquido	
1.034		1.032	

Os laudos foram realizados por uma empresa especializada, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, que emitiu os laudos de avaliação do patrimônio líquido. As incorporações do acervo líquido da Equals Software Participações S.A., Stef S.A. e Stone Seguros S.A., acarretou em aumento de capital da Empresa.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

5.1. Políticas contábeis: Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo (com vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 3 meses), que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, e são prontamente conversíveis em dinheiro. 5.2. Composição dos saldos

Controladora		Consolidado	
2025	2024	2025	2024
Depósitos em bancos nacionais	315	10	9.160
Depósitos em Dólar	—	—	29.594
Total	315	10	38.754
			30.012

6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

6.1. Políticas contábeis: A Companhia possui aplicações financeiras que são classificadas como custo amortizado, sendo mensurado inicialmente ao valor justo mais custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, e mensurado subsequentemente pelo Método de Juros Efetivos ("MJE"), para o qual é definida a Taxa de Juros Efetiva (TJE). Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é desreconhecido, modificado ou em caso de redução ao valor recuperável. 6.2. Composição dos saldos

Controladora		Consolidado	
2025	2024	2025	2024
Títulos públicos (a)	3.195	11.686	261.360
Instrumentos patrimoniais (b)	4.802	4.802	4.802
Total	7.997	16.488	266.162
			129.235

(a) Composto por LFTs (Letras Financeiras do Tesouro). (b) Composto por participação na Gyramais Tecnologia S.A. e Gyramais Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros.

7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

7.1. Políticas contábeis: Um recebível representa o direito da Companhia e suas controladas a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), sendo reconhecido pelo valor nominal, deduzindo valor presente e provisão para perda esperada. 7.1.1. Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas: As taxas de provisão são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perdas semelhantes (por exemplo, por tipo de produto ou tipo de cliente). A provisão é inicialmente baseada nas taxas históricas de inadimplência observadas pelo Grupo. O Grupo calibra a provisão para ajustar a experiência histórica de perda de crédito com informações prospectivas todos os anos. A avaliação da correlação entre taxas de inadimplência históricas observadas, condições econômicas previstas e perdas de crédito esperadas é uma estimativa significativa. O montante de perdas de crédito esperada é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito do Grupo e a previsão de condições econômicas também podem não ser representativas do real nível de inadimplência do cliente no futuro. 7.2. Composição dos saldos

Consolidado	
2025	2024
Contas a receber de clientes (a)	8.232
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(140)
Total	8.092
	4.120

(a) Composto principalmente por contas a receber de serviços de tecnologia prestados a clientes. O movimento de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é o seguinte:

Consolidado	
2025	2024
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(1.930)
Constituição	(730)
Reversão	1.790
Saldo final em 31 de dezembro	(140)
	(1.930)

8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

8.1. Políticas contábeis: 8.1.1. Imposto de renda e contribuição social correntes: O ativo e o passivo fiscal correntes são mensurados pelo valor que se espera que seja recuperado ou pago às autoridades fiscais. As regras fiscais utilizadas para determinar os ativos e passivos fiscais são as que estão em vigor à data do balanço nos países onde a Companhia e suas controladas operam e geram lucro tributável. A alíquota combinada aplicada a todas as entidades no Brasil é de 34%, compreendendo o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre o lucro tributável de cada pessoa jurídica brasileira (não em base consolidada). A Companhia e suas controladas reconhecem o IRPJ e a CSLL pelo regime de competência. De acordo com as regras fiscais brasileiras, as empresas podem compensar o valor nominal histórico de prejuízos fiscais apurados em anos anteriores com resultados de anos subsequentes a qualquer momento (ou seja, sem limitações com relação a períodos), desde que tal compensação não exceda a 30% do lucro tributável anual do exercício em que os prejuízos fiscais são utilizados. Os pagamentos são efetuados mensalmente como antecipação do valor total devido até o final do ano. 8.1.2. Impostos diferidos: O ativo e o passivo fiscal diferidos são obtidos com base nas diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e o seu valor contábil em cada período. Ativos fiscais diferidos também podem ser reconhecidos sobre prejuízos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que a Companhia e suas controladas gerem lucros tributáveis futuros que permitam sua recuperação. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está fundamentada em estudos técnicos elaborados pela Companhia e suas controladas que demonstram a expectativa de lucros tributáveis futuros de acordo com as projeções da administração. A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração do resultado na rubrica Imposto de renda e contribuição social, exceto quando se refere a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes, ocasião em que os respectivos impostos diferidos ativos ou passivos também são reconhecidos em contrapartida a outros resultados abrangentes. Neste caso, a Companhia e suas controladas apresentam estas rubricas na Demonstração do resultado abrangente em base líquida. A administração avalia periodicamente as situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e constitui provisões, quando apropriado. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no Balanço patrimonial quando existe o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, geralmente quando relacionados à mesma entidade legal e à mesma jurisdição. Assim, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou em diferentes países são geralmente apresentados separadamente e não em uma base líquida. 8.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas: 8.2.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base na época provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal. 8.3. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

Controladora		Consolidado	
2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	303.511	34.836	312.369
Alíquotas vigentes	34 %	34 %	34 %
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(103.194)	(11.844)	(106.205)
Efeitos de receitas (despesas) não tributáveis (dedutíveis) para fins fiscais			
Lucro (prejuízo) de entidades sujeitas a diferentes alíquotas de imposto	—	—	7.904
Impostos diferidos não reconhecidos	—	—	267
Resultado de equivalência patrimonial	102.923	15.857	182
Lei do Bem (Pesquisa e Desenvolvimento)	—	—	78.475
Outras diferenças permanentes	83	68	10.331
Despesa total de imposto de renda e contribuição social	(188)	4.081	(9.046)
Alíquota efetiva	0,1 %	-11,7 %	2,9 %
Impostos correntes	—	—	(18.842)
Impostos diferidos	(188)	4.081	9.796
Despesa total de imposto de renda e contribuição social	(188)	4.081	(9.046)
			(15.162)

8.4. Tributos diferidos por natureza: As variações líquidas do imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionadas ao seguinte:

Controladora	
2024	Reconhecido em resultado
Diferenças temporárias	4.394
Prejuízo fiscal/Base negativa	169
Total	4.563
	(188)
	(536)
	3.839

(a) Em 01 de dezembro de 2025, a Companhia incorporou a totalidade do Patrimônio Líquido da Equals Software, conforme detalhado na nota explicativa 4.1.

Consolidado	
2024	Movimentação
Diferenças temporárias	55.600
Prejuízo fiscal	13.550
Total	69.150
	9.796
	78.946

9 INVESTIMENTOS

9.1. Políticas contábeis: Uma coligada é uma entidade sobre a qual a investidora tenha influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da investida, sem haver, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. Controlada é uma entidade controlada por outra entidade, denominada controlador, por meio do exercício de poder deste e exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a controlada. Os investimentos em coligada e em controlada (nas demonstrações contábeis individuais) do Grupo são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento em coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) é inicialmente reconhecido ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para reconhecer as alterações na participação do Grupo nos ativos líquidos das coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) desde a data de aquisição. O ágio relacionado a uma coligada ou controlada (nas demonstrações contábeis individuais)

9.2. Movimentação dos investimentos

Aporte (redução) de capital		Dividendos		Pagamento baseado em ação		Incorporação		Patrimônio líquido		Resultado	
2024	2024	2025	2025	2024	2024	2025	2025	2024	2024	2025	2025
Buy4	31/12/2024	568.705	—	(292)	45.584	—	—	—	—	256.715	870.712
Equals Software (a)		43.434	—	—	654	(44.652)	420	(1.628)	31.497	144	—
Franquia		11.236	—	(11.363)	298	—	—	—	12.074	34.381	30.040
Stone Log		18.702	—	—	3.605	—	—	—	—	—	—
Vitta Tecnologia		1.180	15.000	—	984	11.355	1.208	—	—	1.747	31.474
Controladas		643.257	15.000	(11.655)	51.125	(33.297)	—	—	—	302.177	966.607
Delivery Much		60.750	(1.032)	(570)	—	—	—	—	—	538	59.686
Coligadas		60.750	(1.032)	(570)	—	—	—	—	—	538	59.686
Total		704.007	13.968	(12.225)	51.125	(33.297)	—	—	—	302.715	1.026.293

(a) Em 01 de dezembro de 2025, a Companhia incorporou a totalidade do Patrimônio Líquido da Equals Software, conforme detalhado na nota explicativa 4.1.

Aportes de capital		Dividendos		Pagamento baseado em ação		Venda		Patrimônio líquido		Resultado	
2023	2023	2024	2024	2023	2023	2024	2024	2023	2023	2024	2024
Buy4	122.030	370.000	—	—	45.933	—	—	—	—	30.742	568.705
Equals Software	46.260	320	—	(28.293)	5.615	—	4.670	(13.431)	43.434	—	—
Franquia	17.303	—	—	—	107	—	(255)	22.374	11.236	—	—
Stone Log	7.401	—	—	—	4.739	—	—	6.562	18.702	—	—
Vitta Tecnologia	—	5.608	—	—	70	—	(4.415)	(83)	1.180	—	—
Controladas	192.994	375.928	(28.293)	56.464	—	—	—	46.164	643.257	—	—
Agilize	8.529	—	—	—	—	(8.435)	—	(94)	—	—	—
Delivery Much	60.177	—	—	—	—	—	—	573	60.750	—	—
Coligadas	68.706	—	—	—	—	—	—	479	60.750	—	—
Total	261.700	375.928	(28.293)	56.464	(8.435)	—	—	46.643	704.007	—	—

Abaixo é apresentada a abertura entre ágio e valor patrimonial da participação da Companhia no valor contábil do patrimônio líquido das investidas:

2025	
Ágio	Valor da participação no patrimônio líquido contábil
Buy4	—
Franquia	—
Stone Log	—
Vitta Tecnologia	—
Delivery Much	—
Total	—

10 IMOBILIZADO

10.1. Políticas contábeis: Todos os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, se aplicável, líquido de créditos de impostos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão ao Grupo e que o custo do item seja relevante e possa ser mensurado com confiabilidade. Todos os outros gastos com reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado a seguir:

Vida útil estimada (anos)(a)	
2025	2024
Equipamentos de informática	5
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	5
Móveis e utensílios	10

(a) Em 31 de dezembro de 2024 o quadro de vida útil apresentava as informações considerando a categoria do ativo, e itens oriundos de cisão com vida útil remanescente. Em 31 de dezembro de 2025, o quadro de vida útil passou a apresentar apenas as informações de vida útil por categoria de ativo. Não foram feitas mudanças na estimativa da vida útil dos ativos do Grupo. Os valores residuais, as vidas úteis e os métodos de depreciação dos ativos são revisados a cada data-base e ajustados de forma prospectiva, quando apropriado. Ganhos e perdas em alienações ou baixas são determinados pela comparação do valor obtido na venda (se houver) com o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. 10.2. Arrendamentos: A determinação se um contrato é, ou contém, um arrendamento baseia-se na substância do contrato na data de início do contrato. Caso o cumprimento do contrato dependa do uso de ativos específicos ou o contrato transfira o direito de uso do ativo, tais ativos são definidos como uma transação de arrendamento. 10.3. Grupo como arrendatário: O Grupo aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor para os quais é adotada a opção de isenção de reconhecimento. O Grupo reconhece passivos de arrendamento, que representam a obrigação de realizar pagamentos ao arrendador, em contrapartida a ativos de direito de uso, que representam o direito de usar os ativos subjacentes disponibilizados pelo arrendador. 10.4. Ativos de direito de uso: O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início da locação (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo deduzidos subsequentemente por depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados (aumentados ou reduzidos) por qualquer remensuração de passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, dos custos diretos iniciais incorridos e de pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo método linear pelo menor entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de direito de uso, conforme segue:

Vida útil estimada (anos)	
2025	2024
Imóveis	1-6
Veículos	2-3
Equipamentos	2

Se a propriedade do bem arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou o custo refletir o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada com base na vida útil estimada do bem. O ativo de direito de uso está também sujeito à redução ao valor recuperável. 10.5. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece na rubrica de Empréstimos e financiamentos os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos qualquer incentivo de arrendamento recebido e valores que se espera que sejam pagos como garantias de valor residual. Os pagamentos do arrendamento também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescisão. Os pagamentos variáveis do arrendamento são reconhecidos como despesa no período em que o ocorre o evento ou a condição que resulta na obrigação de pagamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a taxa incremental sobre empréstimo na data de início do arrendamento se a taxa de juros implícita no arrendamento não for prontamente determinável. Após a data de início, o valor do passivo do arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é reavaliado se houver uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos fixos em essência do arrendamento ou uma mudança na avaliação de compra do ativo subjacente. 10.6. Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor: O Grupo aplica a isenção de reconhecimento aos seus arrendamentos de curto prazo de imóveis, softwares, veículos e outros equipamentos (contratos com prazo igual ou inferior a 12 meses e que não contém uma opção de compra). O Grupo também aplica a isenção de reconhecimento a arrendamentos de equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor (abaixo de cinco mil dólares norte-americanos). Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

é incluído no valor contábil do investimento e não é testado separadamente. A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados das operações das coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais). Qualquer alteração no VJORA das coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) é apresentada como parte do VJORA do Grupo. Além disso, quando houver uma mudança reconhecida diretamente no patrimônio líquido das coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais), o Grupo reconhece a sua participação nas mudanças, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre a Empresa e suas coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) são eliminados na extensão da participação na investida. O total da participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) é demonstrado na demonstração do resultado fora do resultado operacional e repetida o lucro ou prejuízo após impostos e participações de não controladoras nas investidas. As demonstrações financeiras das investidas são preparadas para o mesmo período de encerramento do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para alinhar as políticas contábeis às do Grupo. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável sobre o investimento em sua investida. Em cada data-base, o Grupo determina se existe evidência objetiva de que o investimento na investida possa ter se desvalorizado. Se houver tal evidência, o Grupo determina o montante da redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o seu valor contábil e, em seguida, reconhece a perda por participação nos lucros da investida na demonstração do resultado. Após a perda de controle sobre uma controlada (nas demonstrações contábeis individuais) ou perda de influência significativa sobre uma coligada, o Grupo avalia e reconhece o investimento residual pelo seu valor justo. Qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa, o valor justo do investimento residual e o resultado da alienação é reconhecida no resultado. Nenhum dos investimentos em coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) apresentou restrições significativas na transferência de recursos na forma de dividendos em dinheiro ou pagamento de obrigações, durante o período reportado.

10.7. Composição dos saldos

Controladora	
2024	Adições
Custo	6
Equipamentos de informática	1.630
Instalações	392
Máquinas e equipamentos	1.181
Móveis e utensílios	10.790
Imobilizado em andamento	(10.790)
Direito de uso – Imóveis	(10.790)
Total do custo	13.999
Depreciação acumulada	(6)
Equipamentos de informática	(880)
Instalações	(392)
Máquinas e equipamentos	(517)
Móveis e utensílios	(2.247)
Imobilizado em andamento	(2.247)
Direito de uso – Imóveis	(2.247)
Total da depreciação acumulada	(7.996)
Imobilizado, líquido	6.003

Controladora	
2023	Adições
Custo	6
Equipamentos de informática	1.278
Instalações	1.181
Móveis e utensílios	10.790
Imobilizado em andamento	(10.790)
Direito de uso – Imóveis	(10.790)
Total do custo	11.406
Depreciação acumulada	(6)
Equipamentos de informática	(154)
Instalações	(374)
Máquinas e equipamentos	(237)
Móveis e utensílios	(2.347)
Imobilizado em andamento	(2.347)
Direito de uso – Imóveis	(2.347)
Total da depreciação acumulada	(2.744)
Imobilizado, líquido	8.662

Consolidado	
2024	Adições
Custo	145.426
Equipamentos de informática	10.701
Instalações	1.067
Máquinas e equipamentos	2.101
Móveis e utensílios	10
Imobilizado em andamento	33.677
Direito de uso – Imóveis	(1)
Direito de uso – Veículos	(1)
Direito de uso – Equipamentos	(57)
Total do custo	193.038
Depreciação acumulada	(106.934)
Equipamentos de informática	(4.879)
Instalações	(577)
Máquinas e equipamentos	(781)
Móveis e utensílios	(17.044)
Imobilizado em andamento	1
Direito de uso – Imóveis	(54)
Direito de uso – Veículos	(2)
Direito de uso – Equipamentos	(55)
Total da depreciação acumulada	(130.268)
Imobilizado, líquido	62.770

Consolidado	
2023	Adições
Custo	139.224
Equipamentos de informática	7.475
Instalações	480
Máquinas e equipamentos	1.911
Móveis e utensílios	—
Imobilizado em andamento	—
Veículos	—
Direito de uso – Imóveis	33.816
Direito de uso – Veículos	1.534
Direito de uso – Equipamentos	254
Total do custo	184.694
Depreciação acumulada	(85.291)
Equipamentos de informática	(3.251)
Instalações	(72)
Máquinas e equipamentos	(429)
Móveis e utensílios	(429)
Imobilizado em andamento	—
Veículos	—
Direito de uso – Imóveis	(14.815)
Direito de uso – Veículos	(1.291)
Direito de uso – Equipamentos	(199)
Total da depreciação acumulada	(106.036)
Imobilizado, líquido	78.658

10.8. Despesas de depreciação e amortização: A despesa de depreciação e amortização foi lançada nas seguintes rubricas da demonstração do resultado:

continua

10.9. Perda por redução ao valor recuperável:

Em 31 de dezembro de 2025, não havia indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativo imobilizado.

11 INTANGÍVEL

11.1. Políticas contábeis:

11.1.1. Reconhecimento inicial:

Certos custos diretos de desenvolvimento associados a software desenvolvido internamente e aprimoramentos de software da plataforma de tecnologia do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis ao longo da fase de desenvolvimento. Os custos de pesquisa e desenvolvimento de pré-viabilidade, bem como os custos de manutenção e treinamento, são debitados ao resultado quando incorridos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisição.

11.1.2. Reconhecimento subsequente:

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. 31 de dezembro de 2025, o Grupo detém apenas marcas e patentes e ágio como ativos intangíveis de vida indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil estimada pelo método linear. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Em ambos os casos o ativo intangível é submetido a teste de redução ao valor recuperável ("teste de impairment") sempre que houver indícios de que o seu valor contábil pode não ser recuperado. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida, o teste de impairment é obrigatório anualmente. O valor contábil de um ativo intangível é composto pelo seu custo líquido de amortizações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. A vida útil e o método de amortização para ativos intangíveis com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social ou quando identificada mudança no padrão de uso do ativo. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos são consideradas para modificar o período ou método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis, com efeitos prospectivos. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida no resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. As vidas úteis dos ativos intangíveis são demonstradas abaixo:

Controladora

2025

2024

2025

2024

Custo dos serviços

—

—

95.824

32.539

Despesas gerais e administrativas

779

2.794

11.563

5.157

Despesas de vendas

—

—

6.601

2.237

Despesas de depreciação e amortização

779

2.794

113.988

39.933

Despesa de depreciação

767

2.792

29.656

31.199

Despesa de amortização

12

2

84.332

8.734

Despesas de depreciação e amortização

779

2.794

113.988

39.933

10.9. Perda por redução ao valor recuperável:

Em 31 de dezembro de 2025, não havia indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativo imobilizado.

11 INTANGÍVEL

11.1. Políticas contábeis:

11.1.1. Reconhecimento inicial:

Certos custos diretos de desenvolvimento associados a software desenvolvido internamente e aprimoramentos de software da plataforma de tecnologia do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis ao longo da fase de desenvolvimento. Os custos de pesquisa e desenvolvimento de pré-viabilidade, bem como os custos de manutenção e treinamento, são debitados ao resultado quando incorridos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisição.

11.1.2. Reconhecimento subsequente:

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. 31 de dezembro de 2025, o Grupo detém apenas marcas e patentes e ágio como ativos intangíveis de vida indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil estimada pelo método linear. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Em ambos os casos o ativo intangível é submetido a teste de redução ao valor recuperável ("teste de impairment") sempre que houver indícios de que o seu valor contábil pode não ser recuperado. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida, o teste de impairment é obrigatório anualmente. O valor contábil de um ativo intangível é composto pelo seu custo líquido de amortizações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. A vida útil e o método de amortização para ativos intangíveis com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social ou quando identificada mudança no padrão de uso do ativo. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos são consideradas para modificar o período ou método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis, com efeitos prospectivos. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida no resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. As vidas úteis dos ativos intangíveis são demonstradas abaixo:

Controladora

2025

2024

2025

2024

Custo dos serviços

—

—

95.824

32.539

Despesas gerais e administrativas

779

2.794

11.563

5.157

Despesas de vendas

—

—

6.601

2.237

Despesas de depreciação e amortização

779

2.794

113.988

39.933

Despesa de depreciação

767

2.792

29.656

31.199

Despesa de amortização

12

2

84.332

8.734

Despesas de depreciação e amortização

779

2.794

113.988

39.933

10.9. Perda por redução ao valor recuperável:

Em 31 de dezembro de 2025, não havia indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativo imobilizado.

11 INTANGÍVEL

11.1. Políticas contábeis:

11.1.1. Reconhecimento inicial:

Certos custos diretos de desenvolvimento associados a software desenvolvido internamente e aprimoramentos de software da plataforma de tecnologia do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis ao longo da fase de desenvolvimento. Os custos de pesquisa e desenvolvimento de pré-viabilidade, bem como os custos de manutenção e treinamento, são debitados ao resultado quando incorridos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisição.

11.1.2. Reconhecimento subsequente:

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. 31 de dezembro de 2025, o Grupo detém apenas marcas e patentes e ágio como ativos intangíveis de vida indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil estimada pelo método linear. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Em ambos os casos o ativo intangível é submetido a teste de redução ao valor recuperável ("teste de impairment") sempre que houver indícios de que o seu valor contábil pode não ser recuperado. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida, o teste de impairment é obrigatório anualmente. O valor contábil de um ativo intangível é composto pelo seu custo líquido de amortizações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. A vida útil e o método de amortização para ativos intangíveis com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social ou quando identificada mudança no padrão de uso do ativo. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos são consideradas para modificar o período ou método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis, com efeitos prospectivos. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida no resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. As vidas úteis dos ativos intangíveis são demonstradas abaixo:

Controladora

2025

2024

2025

2024

Custo dos serviços

—

—

95.824

32.539

Despesas gerais e administrativas

779

2.794

11.563

5.157

Despesas de vendas

—

—

6.601

2.237

Despesas de depreciação e amortização

779

2.794

113.988

39.933

Despesa de depreciação

767

2.792

29.656

31.199

Despesa de amortização

12

2

84.332

8.734

Despesas de depreciação e amortização

779

2.794

113.988

39.933

10.9. Perda por redução ao valor recuperável:

Em 31 de dezembro de 2025, não havia indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativo imobilizado.

11 INTANGÍVEL

11.1. Políticas contábeis:

11.1.1. Reconhecimento inicial:

Certos custos diretos de desenvolvimento associados a software desenvolvido internamente e aprimoramentos de software da plataforma de tecnologia do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis ao longo da fase de desenvolvimento. Os custos de pesquisa e desenvolvimento de pré-viabilidade, bem como os custos de manutenção e treinamento, são debitados ao resultado quando incorridos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisição.

11.1.2. Reconhecimento subsequente:

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. 31 de dezembro de 2025, o Grupo detém apenas marcas e patentes e ágio como ativos intangíveis de vida indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil estimada pelo método linear. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Em ambos os casos o ativo intangível é submetido a teste de redução ao valor recuperável ("teste de impairment") sempre que houver indícios de que o seu valor contábil pode não ser recuperado. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida, o teste de impairment é obrigatório anualmente. O valor contábil de um ativo intangível é composto pelo seu custo líquido de amortizações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. A vida útil e o método de amortização para ativos intangíveis com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social ou quando identificada mudança no padrão de uso do ativo. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos são consideradas para modificar o período ou método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis, com efeitos prospectivos. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida no resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. As vidas úteis dos ativos intangíveis são demonstradas abaixo:

Controladora

2025

2024

2025

2024

Custo dos serviços

—

—

95.824

32.539

Despesas gerais e administrativas

779

2.794

11.563

5.157

Despesas de vendas

—

—

6.601

2.237

Despesas de depreciação e amortização

779

2.794

113.988

39.933

Despesa de depreciação

767

2.792

29.656

31.199

Despesa de amortização

12

2

84.332

8.734

Despesas de depreciação e amortização

779

2.794

113.988

39.933

10.9. Perda por redução ao valor recuperável:

Em 31 de dezembro de 2025, não havia indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativo imobilizado.

11 INTANGÍVEL

11.1. Políticas contábeis:

11.1.1. Reconhecimento inicial:

Certos custos diretos de desenvolvimento associados a software desenvolvido internamente e aprimoramentos de software da plataforma de tecnologia do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis ao longo da fase de desenvolvimento. Os custos de pesquisa e desenvolvimento de pré-viabilidade, bem como os custos de manutenção e treinamento, são debitados ao resultado quando incorridos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisição.

11.1.2. Reconhecimento subsequente:

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. 31 de dezembro de 2025, o Grupo detém apenas marcas e patentes e ágio como ativos intangíveis de vida indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil estimada pelo método linear. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Em ambos os casos o ativo intangível é submetido a teste de redução ao valor recuperável ("teste de impairment") sempre que houver indícios de que o seu valor contábil pode não ser recuperado. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida, o teste de impairment é obrigatório anualmente. O valor contábil de um ativo intangível é composto pelo seu custo líquido de amortizações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. A vida útil e o método de amortização para ativos intangíveis com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social ou quando identificada mudança no padrão de uso do ativo. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos são consideradas para modificar o período ou método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis, com efeitos prospectivos. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida no resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. As vidas úteis dos ativos intangíveis são demonstradas abaixo:

Controladora

2025

2024

2025

2024

Custo dos serviços

—

—

95.824

32.539

Despesas gerais e administrativas

779

2.794

11.563

5.157

Despesas de vendas

—

—

6.601

2.237

Despesas de depreciação e amortização

779

2.794

113.988

39.933

Despesa de depreciação

767

2.792

29.656

31.199

Despesa de amortização

12

2

84.332

8.734

Despesas de depreciação e amortização

779

2.794

113.988

39.933

10.9. Perda por redução ao valor recuperável:

Em 31 de dezembro de 2025, não havia indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativo imobilizado.

11 INTANGÍVEL

11.1. Políticas contábeis:

11.1.1. Reconhecimento inicial:

Certos custos diretos de desenvolvimento associados a software desenvolvido internamente e aprimoramentos de software da plataforma de tecnologia do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis ao longo da fase de desenvolvimento. Os custos de pesquisa e desenvolvimento de pré-viabilidade, bem como os custos de manutenção e treinamento, são debitados ao resultado quando incorridos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisição.

11.1.2. Reconhecimento subsequente:

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. 31 de dezembro de 2025, o Grupo detém apenas marcas e patentes e ágio como ativos intangíveis de vida indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil estimada pelo método linear. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Em ambos os casos o ativo intangível é submetido a teste de redução ao valor recuperável ("teste de impairment") sempre que houver indícios de que o seu valor contábil pode não ser recuperado. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida, o teste de impairment é obrigatório anualmente. O valor contábil de um ativo intangível é composto pelo seu custo líquido de amortizações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. A vida útil e o método de amortização para ativos intangíveis com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social ou quando identificada mudança no padrão de uso do ativo. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos são consideradas para modificar o período ou método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis, com efeitos prospectivos. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida no resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. As vidas úteis dos ativos intangíveis são demonstradas abaixo:

Controladora

2025

2024

2025

2024

Custo dos serviços

—

—

95.824

32.539

Despesas gerais e administrativas

779

2.794

11.563

5.157

Despesas de vendas

—

—

6.601

2.237

Despesas de depreciação e amortização

779

2.794

113.988

39.933

Despesa de depreciação

767

2.792

29.656

31.199

Despesa de amortização

12

2

84.332

8.734

Despesas de depreciação e amortização

779

2.794

113.988

39.933

10.9. Perda por redução ao valor recuperável:

Em 31 de dezembro de 2025, não havia indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativo imobilizado.

11 INTANGÍVEL

11.1. Políticas contábeis:

11.1.1. Reconhecimento inicial:

Certos custos diretos de desenvolvimento associados a software desenvolvido internamente e aprimoramentos de software da plataforma de tecnologia do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis ao longo da fase de desenvolvimento. Os custos de pesquisa e desenvolvimento de pré-viabilidade, bem como os custos de manutenção e treinamento, são debitados ao resultado quando incorridos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisição.

11.1.2. Reconhecimento subsequente:

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. 31 de dezembro de 2025, o Grupo detém apenas marcas e patentes e ágio como ativos intangíveis de vida indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil estimada pelo método linear. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Em ambos os casos o ativo intangível é submetido a teste de redução ao valor recuperável ("teste de impairment") sempre que houver indícios de que o seu valor contábil pode não ser recuperado. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida, o teste de impairment é obrigatório anualmente. O valor contábil de um ativo intangível é composto pelo seu custo líquido de amortizações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. A vida útil e o método de amortização para ativos intangíveis com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social ou quando identificada mudança no padrão de uso do ativo. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos são consideradas para modificar o período ou método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis, com efeitos prospectivos. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida no resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. As vidas úteis dos ativos intangíveis são demonstradas abaixo:

Controladora

2025

2024

2025

2024

Custo dos serviços

—

—

95.824

32.539

Despesas gerais e administrativas

779

2.794

11.563

5.157

Despesas de vendas

—

—

6.601

2.237

Despesas de depreciação e amortização

779

2.794

113.988

39.933

Despesa de depreciação

767

2.792

29.656

31.199

Despesa de amortização

12

2

84.332

8.734

Despesas de depreciação e amortização

779

2.794

113.988

39.933

10.9. Perda por redução ao valor recuperável:

Em 31 de dezembro de 2025, não havia indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativo imobilizado.

11 INTANGÍVEL

11.1. Políticas contábeis:

11.1.1. Reconhecimento inicial:

Certos custos diretos de desenvolvimento associados a software desenvolvido internamente e aprimoramentos de software da plataforma de tecnologia do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis ao longo da fase de desenvolvimento. Os custos de pesquisa e desenvolvimento de pré-viabilidade, bem como os custos de manutenção e treinamento, são debitados ao resultado quando incorridos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisição.

11.1.2. Reconhecimento subsequente:

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. 31 de dezembro de 2025, o Grupo detém apenas marcas e patentes e ágio como ativos intangíveis de vida indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil estimada pelo método linear. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Em ambos os casos o ativo intangível é submetido a teste de redução ao valor recuperável ("teste de impairment") sempre que houver indícios de que o seu valor contábil pode não ser recuperado. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida, o teste de impairment é obrigatório anualmente. O valor contábil de um ativo intangível é composto pelo seu custo líquido de amortizações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. A vida útil e o método de amortização para ativos intangíveis com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social ou quando identificada mudança no padrão de uso do ativo. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos são consideradas para modificar o período ou método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis, com efeitos prospectivos. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida no resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. As vidas úteis dos ativos intangíveis são demonstradas abaixo:

Controladora

2025

2024

2025

2024

Custo dos serviços

—

—

95.824

32.539

Despesas gerais e administrativas

779

2.794

11.563

5.157

Despesas de vendas

—

—

6.601

2.237

Despesas de depreciação e amortização

779

2.794

113.988

39.933

Despesa de depreciação

767

2.792

29.656

31.199

Despesa de amortização

12

2

84.332

8.734

Despesas de depreciação e amortização

779

2.794

113.988

39.933

10.9. Perda por redução ao valor recuperável:

Em 31 de dezembro de 2025, não havia indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativo imobilizado.

11 INTANGÍVEL

11.1. Políticas contábeis:

11.1.1. Reconhecimento inicial:

Certos custos diretos de desenvolvimento associados a software desenvolvido internamente e aprimoramentos de software da plataforma de tecnologia do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis ao longo da fase de desenvolvimento. Os custos de pesquisa e desenvolvimento de pré-viabilidade, bem como os custos de manutenção e treinamento, são debitados ao resultado quando incorridos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisição.

11.1.2. Reconhecimento subsequente:

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. 31 de dezembro de 2025, o Grupo detém apenas marcas e patentes e ágio como ativos intangíveis de vida indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil estimada pelo método linear. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Em ambos os casos o ativo intangível é submetido a teste de redução ao valor recuperável ("teste de impairment") sempre que houver indícios de que o seu valor contábil pode não ser recuperado. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida, o teste de impairment é obrigatório anualmente. O valor contábil de um ativo intangível é composto pelo seu custo líquido de amortizações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. A vida útil e o método de amortização para ativos intangíveis com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social ou quando identificada mudança no padrão de uso do ativo. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos são consideradas para modificar o período ou método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis, com efeitos prospectivos. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida no resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. As vidas úteis dos ativos intangíveis são demonstradas abaixo:

Controladora

2025

2024

2025

2024

Custo dos serviços

—

—

95.824

32.539

Despesas gerais e administrativas

779

2.794

11.563

5.157

Despesas de vendas

—

—

6.601

2.237

Despesas de depreciação e amortização

779

2.794

113.988

39.933

Despesa de depreciação

767

2.792

29.656

31.199

Despesa de amortização

12

2

84.332

8.734

Despesas de depreciação e amortização

779

2.794

113.988

39.933

10.9. Perda por redução ao valor recuperável:

Em 31 de dezembro de 2025, não havia indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativo imobilizado.

11 INTANGÍVEL

11.1. Políticas contábeis:

11.1.1. Reconhecimento inicial:

Certos custos diretos de desenvolvimento associados a software desenvolvido internamente e aprimoramentos de software da plataforma de tecnologia do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis ao longo da fase de desenvolvimento. Os custos de pesquisa e desenvolvimento de pré-viabilidade, bem como os custos de manutenção e treinamento, são debitados ao resultado quando incorridos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisição.

11.1.2. Reconhecimento subsequente:

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. 31 de dezembro de 2025, o Grupo detém apenas marcas e patentes e ágio como ativos intangíveis de vida indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil estimada pelo método linear. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Em ambos os casos o ativo intangível é submetido a teste de redução ao valor recuperável ("teste de impairment") sempre que houver indícios de que o seu valor contábil pode não ser recuperado. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida, o teste de impairment é obrigatório anualmente. O valor contábil de um ativo intangível é composto pelo seu custo líquido de amortizações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. A vida útil e o método de amortização para ativos intangíveis com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social ou quando identificada mudança no padrão de uso do ativo. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos são consideradas para modificar o período ou método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis, com efeitos prospectivos. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida no resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. As vidas úteis dos ativos intangíveis são demonstradas abaixo:

Controladora

2025

2024

2025

2024

Custo dos serviços

—

—

95.824

32.539

Despesas gerais e administrativas

779

2.794

11.563

5.157

Despesas de vendas

—

—

6.601

2.237

Despesas de depreciação e amortização

779

2.794

113.988

39.933

Despesa de depreciação

767

2.792

29.656

31.199

Despesa de amortização

12

2

84.332

8.734

Despesas de depreciação e amortização

779

2.794

113.988

39.933

10.9. Perda por redução ao valor recuperável:

Em 31 de dezembro de 2025, não havia indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativo imobilizado.

11 INTANGÍVEL

11.1. Políticas contábeis:

11.1.1. Reconhecimento inicial:

Certos custos diretos de desenvolvimento associados a software desenvolvido internamente e aprimoramentos de software da plataforma de tecnologia do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis ao longo da fase de desenvolvimento. Os custos de pesquisa e desenvolvimento de pré-viabilidade, bem como os custos de manutenção e treinamento, são debitados ao resultado quando incorridos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisição.

11.1.2. Reconhecimento subsequente:

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. 31 de dezembro de 2025, o Grupo detém apenas marcas e patentes e ágio como ativos intangíveis de vida indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil estimada pelo método linear. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Em ambos os casos o ativo intangível é submetido a teste de redução ao valor recuperável ("teste de impairment") sempre que houver indícios de que o seu valor contábil pode não ser recuperado. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida, o teste de impairment é obrigatório anualmente. O valor contábil de um ativo intangível é composto pelo seu custo líquido de amortizações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. A vida útil e o método de amortização para ativos intangíveis com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social ou quando identificada mudança no padrão de uso do ativo. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos são consideradas para modificar o período ou método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis, com efeitos prospectivos. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida no resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. As vidas úteis dos ativos intangíveis são demonstradas abaixo:

Controladora

2025

2024

2025

2024

Custo dos serviços

—

—

95.824

32.539

Despesas gerais e administrativas

779

2.794

11.563

5.157

Despesas de vendas

—

—

6.601

2.237

Despesas de depreciação e amortização

779

2.794

113.988

39.933

Despesa de depreciação

767

2.792

29.656

31.199

Despesa de amortização

12

2

84.332

8.734

Despesas de depreciação e amortização

779

2.794

113.988

39.933

10.9. Perda por redução ao valor recuperável:

Em 31 de dezembro de 2025, não havia indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativo imobilizado.

11 INTANGÍVEL

11.1. Políticas contábeis:

11.1.1. Reconhecimento inicial:

Certos custos diretos de desenvolvimento associados a software desenvolvido internamente e aprimoramentos de software da plataforma de tecnologia do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis ao longo da fase de desenvolvimento. Os custos de pesquisa e desenvolvimento de pré-viabilidade, bem como os custos de manutenção e treinamento, são debitados ao resultado quando incorridos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisição.

11.1.2. Reconhecimento subsequente:

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. 31 de dezembro de 2025, o Grupo detém apenas marcas e patentes e ágio como ativos intangíveis de vida indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil estimada pelo método linear. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Em ambos os casos o ativo intangível é submetido a teste de redução ao valor recuperável ("teste de impairment") sempre que houver indícios de que o seu valor contábil pode não ser recuperado. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida, o teste de impairment é obrigatório anualmente. O valor contábil de um ativo intangível é composto pelo seu custo líquido de amortizações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. A vida útil e o método de amortização para ativos intangíveis com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social ou quando identificada mudança no padrão de uso do ativo. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos são consideradas para modificar o período ou método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis, com efeitos prospectivos. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida no resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. As vidas úteis dos ativos intangíveis são demonstradas abaixo:

Controladora

2025

2024

2025

2024

Custo dos serviços

—

—

95.824

32.539

Despesas gerais e administrativas

779

2.794

11.563

5.157

Despesas de vendas

—

—

6.601

2.237

Despesas de depreciação e amortização

779

2.794

113.988

... continuação	
STNE Investimentos S.A.	
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	
Aos Acionistas e Diretoria da STNE Investimentos S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da STNE Investimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações	financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 28 de abril de 2026. Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP 034.519/0 Fabício Aparecido Pimenta Contador CRC 1SP 241.659/O-9

Publique no

Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

 Contato: (11) 3361-8833

 Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA

MERCANTIL

São Paulo

Reserva Novos Parques Urbanos S.A.

Reserva Novos Parques Urbanos S.A.

CNPJ nº 46.574.244/0001-89

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Notas

2025

2024

Ativo

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Contas a receber

Impostos a recuperar

Despesas antecipadas

Contas a receber de partes relacionadas

Outros ativos

Total do ativo circulante

Ativo não circulante

Imobilizado

Intangível

Total do ativo não circulante

Total do ativo

2025

2024

11.791

1.958

38

373

600

653

10.795

14.498

930

78.045

82.975

93.770

2024

11.791

1.958

38

373

600

653

14.498

11.791

78.045

82.975

93.770

Passivo e patrimônio líquido

Passivo circulante

Fornecedores

Empréstimos

Obrigações trabalhistas

Obrigações tributárias

Contas a pagar a partes relacionadas

Concessão de serviço público

Adiantamento de clientes

Receita diferida

Outras obrigações

Total do passivo circulante

Passivo não circulante

Empréstimos

Receita diferida

Provisão para demandas judiciais

Total do passivo não circulante

Patrimônio líquido

Capital social

AFAC

Prejuízos acumulados

Total do patrimônio líquido

Total do passivo e patrimônio líquido

2025

2024

1.982

52.503

541

1.830

—

204

334

2.850

2.082

62.326

—

29.533

22

29.555

17.1

17.2

(31.725)

1.889

93.770

1.160

169

519

640

—

173

293

2.006

8.000

6.080

45.000

29.241

224

74.465

22.400

16.930

(33.653)

5.677

86.222

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Notas

Capital social

AFAC

Prejuízos acumulados

Total

Saldos em 31 de dezembro de 2023

Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Aumento de capital

Prejuízo do exercício

Saldos em 31 de dezembro de 2024

Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital

Lucro líquido do exercício

Saldos em 31 de dezembro de 2025

2025

2024

19.300

2.975

—

—

22.400

16.930

282

22.400

2024

2.975

—

—

16.930

282

—

11.214

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Notas

2025

2024

Receita operacional líquida

Custo dos serviços prestados

Lucro bruto

Despesas operacionais:

Despesas comerciais, gerais e administrativas

Lucro/(Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e do IRPJ e da CSLL

Resultado financeiro

Receitas financeiras

Despesas financeiras

Total

Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL

IRPJ e CSLL

Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício

2025

2024

18

19

19.384

20

11.110

21

21

(8.299)

2.811

22

1.928

2024

33.060

(30.764)

2.296

(5.648)

(3.352)

180

(6.090)

(5.910)

(9.262)

(883)

(9.262)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

2025

2024

Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício

Outros componentes do resultado abrangente

Total do resultado abrangente do exercício

1.928

(9.262)

(9.262)

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício

Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais

Depreciação e amortização

Juros incorridos sobre empréstimo

Provisão para demandas judiciais

Apropriação de cessão de direito de uso estacionamento e espaço físico

(Aumento) redução nos ativos:

Contas a receber

Impostos a recuperar

Despesas antecipadas

Outros ativos

Contas a receber de partes relacionadas

Aumento (redução) nos passivos

Fornecedores

Obrigações trabalhistas

Obrigações tributárias

Concessão de serviço público

Contas a pagar a partes relacionadas

Adiantamento de clientes

Receita diferida

Outras obrigações

Juros sobre empréstimos pagos

Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Aquisição de ativo imobilizado e intangível

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Captação de empréstimos

Pagamento de principal e juros sobre empréstimos

Aumento de capital social

Adiantamento para futuro aumento de capital

Devolução de AFAC

Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento

(Redução)/aumento de caixa e equiv. de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

(Redução)/aumento de caixa e equiv. de caixa

2025

2024

1.928

2.775

(202)

3.000

2.775

8.471

(202)

(2.367)

2.775

(2.459)

—

48

(315)

(600)

822

22

1.190

33

(282)

41

3.509

1.236

(2.004)

11.846

(14.026)

(14.026)

14.220

(13.353)

—

—

(5.716)

(4.849)

(7.029)

11.791

4.762

(7.029)

2024

(2.116)

—

(9.262)

5.677

(5.716)

1.928

1.928

2.659

5.034

224

(2.000)

(3.345)

675

(12)

(194)

(310)

300

(1.347)

403

59

64

(732)

(507)

1.800

1.000

—

—

—

(4.326)

(4.594)

(4.594)

45.000

(43.473)

3.100

13.955

—

—

18.582

9.662

2.129

11.791

9.662

1. Contexto operacional:

A Reserva Novos Parques Urbanos S.A. (RNP ou Companhia), uma sociedade anônima, de propósito específico, constituída em 27 de maio de 2022, com sede na Avenida Arruda Botelho, 170, São Paulo - SP. A Companhia é controlada diretamente pela Livepark Entretenimento e Participações Ltda, que detinha 100% do capital social. A Companhia tem como objeto social, específica e exclusivamente, a realização das atividades descritas na Edital da concorrência internacional nº 02/2021 (Concorrência), e no contrato de Concessão (Contrato de Concessão) celebrado entre a Companhia e a Secretária de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Poder Concedente), compreendendo as atividades de Administração de parques em geral e outras atividades de recreação não especificadas anteriormente. Em 09 de agosto de 2022, a Companhia assinou contrato de concessão com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretária de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), para concessão de atividades de reforma, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da área de concessão, correspondente à parcela territorial, realizando os investimentos de acordo com o caderno de encargos do Edital da área correspondente das unidades Parque Cândido Portinari e Villa Lobos e Dr. Fernando Costa, relativo ao Parque da Água Branca, pelo período de 30 anos, tendo seu início em 1º de setembro de 2022. O contrato de concessão prevê que a Companhia realize pagamento de outorga fixa e variável, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4. A RNP venceu o leilão com uma oferta de outorga fixa no valor de R\$ 62.700 (representando um deságio de 30,5%), na data-base de março de 2022. O valor da outorga fixa foi pago pela Companhia em 29 de julho de 2022, com os valores atualizados pelo IPC/FIPE entre os meses de abril a junho de 2022 (último mês divulgado), no montante de R\$ 65.509. 1.1. Principais ações para viabilizar a continuidade das operações dos Parques pela iniciativa privada:

O modelo de negócio da RNP possui a exploração de diversas receitas, tais como alimentos e bebidas, alugueis de bicicletas, estacionamento, aluguel de áreas para eventos, patrocínios, entre outras, dado que os parques possuem um volume de visitação de aproximadamente 15 milhões de pessoas por ano. Com a reestruturação da área comercial e de eventos, focando nas receitas mais significativas da Companhia que são as de aluguel de áreas para eventos e de patrocínios. Com planejamento e gestão ativa, estamos projetando uma curva de crescimento exponencial ao longo do próximo ano, uma vez que existem inaugurações previstas de janeiro a outubro de 2026. Nesse contexto, estão previstas as seguintes aberturas: • Espaço América - Inauguração em abril de 2026, com receita estimada de R\$120 mil/mês; • Orla SP - Inauguração em janeiro de 2026, com receita estimada de R\$170 mil/mês; • Nuestro Secreto - Inauguração em agosto de 2026, com receita estimada de R\$50 mil/mês; • Vila Conecta - Inauguração em outubro de 2026, com receita estimada de R\$100 mil/mês. No Parque da Água Branca, o segundo ano do evento Casa Cor está previsto para o mês de maio de 2026, inaugurando da nova feira orgânica e a inauguração do HUB Gastronômico com expectativa de geração de receita mensal de R\$ 240 mil. Com essas inaugurações, patrocínios e ativações, estimamos um incremento total de aproximadamente R\$8.000 nas receitas ao longo de 2026. Paralelamente, renovamos nossa parceria com eventos estratégicos, que trarão contribuições relevantes para o resultado do ano; • Taste - a ser realizado em maio de 2026 com receita estimada de R\$ 450 mil; • Cirque du Soleil - a ser realizado em julho de 2026 com receita estimada de R\$ 2.600 mil; • São João VL/AB - a ser realizado em junho de 2026 e com receita estimada de R\$ 240 mil; • Oktoberfest - a ser realizado em outubro de 2026 e com receita estimada de R\$ 400 mil; • SP Gastronomia - a ser realizado em novembro de 2026 e com receita estimada de R\$ 430 mil. Essas ações fortalecem significativamente nosso calendário de eventos e contribuem para a consolidação do plano de crescimento projetado para o próximo ano. Estamos projetando também para inauguração dos eventos Fazenda churrascada e Casa Cor o estacionamento mais amplo (em negociação com a Indigo e Progress Park) para atender a demanda "Operação de estacionamento no Parque da Água Branca". Adicionalmente, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de março de 2026, foi aprovada a emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, no montante total de R\$ 60.000 mil, com prazo de vencimento de 12 (doze) anos e 6 (seis) meses. Os recursos captados serão utilizados, exclusivamente, para a liquidação antecipada de empréstimos e para o reforço de caixa da Companhia. A emissão das debêntures permitirá uma melhor gestão do caixa da Companhia, uma vez que a primeira parcela será devolvida apenas em setembro de 2029. Além disso, haverá melhoria do capital circulante líquido da Companhia, atualmente negativo em função do empréstimo que será liquidado com os recursos das debêntures. Redução de custos:

A Companhia implementou um conjunto de iniciativas estruturadas voltadas à otimização de custos e despesas operacionais, com foco na sustentabilidade financeira e no aumento da eficiência operacional, sem prejuízo à qualidade dos serviços prestados. Dentre as principais medidas adotadas, destacam-se a renegociação de contratos com fornecedores, a revisão e racionalização de processos internos, a otimização da alocação de recursos humanos, bem como a redução de custos fixos e a eliminação de despesas não essenciais. Como resultado dessas ações, observou-se o controle das despesas operacionais ao longo do período da concessão dado o crescimento, evidenciando o comprometimento da Administração com a disciplina financeira e a gestão orientada à geração de resultados. Essas iniciativas estão alinhadas à estratégia de fortalecimento da posição financeira da Companhia e de suporte à expansão sustentável de suas operações no médio e longo prazo. Com base nas avaliações realizadas, a Administração não identificou a existência de incerteza material que possa levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Dessa forma, as demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pressuposto de continuidade operacional ("going concern").

2. Apresentação das demonstrações contábeis e políticas contábeis materiais:

A autorização, pela diretoria, para a emissão destas demonstrações contábeis ocorreu em 29 de abril de 2026. 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação:

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.3. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. 2.3. Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem

em julgamento. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a constitucionalidade de tributos. 3.10. Tributação: Impostos sobre as vendas:

As receitas de serviços e venda de mercadorias estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) -1,65%; • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) -7,60%; e • Imposto sobre serviços (ISS) - 5%. Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributatórios diferidos. O imposto diferido é reconhecido sobre diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações contábeis e suas respectivas bases de cálculo (conhecidas como diferenças temporárias). Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que aumentem o lucro tributável no futuro. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que reduzam o lucro tributável no futuro e quaisquer prejuízos fiscais não utilizados ou créditos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são mensurados pelo maior valor que, com base no lucro tributável corrente ou lucro estimado, seja mais provável do que improvável que seja recuperado. O valor contábil líquido de impostos diferidos ativos é revisado a cada data de balanço e ajustado para refletir a avaliação atual dos lucros tributáveis futuros. Quaisquer ajustes são reconhecidos em lucros e perdas. O imposto diferido é calculado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao lucro tributável (prejuízo fiscal) dos períodos nos quais se espera que o imposto diferido ativo seja realizado ou que o imposto diferido passivo seja liquidado, com base nas alíquotas que tenham sido promulgadas ou substantivamente promulgadas até o final do período do relatório. A Administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Imposto de Renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado. 3.11. Provisões:

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação. 3.12. Receita diferida:

Correspondem aos recebimentos efetuados antecipadamente pelo direito de uso e exploração de espaço dos parques, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados. A Companhia celebrou contrato para direito de uso da área do Estacionamento para a empresa PB Administradora de Estacionamentos Ltda. A apropriação da receita é realizada pelo período do contrato. Estão classificados como passivo circulante e quando superior a 12 meses após a data do balanço, estão classificados no passivo não circulante. 3.13. Reconhecimento de receita:

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrito a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto. A Companhia, baseada no modelo de cinco etapas da norma: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida; analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem: O estacionamento da Companhia é operado por uma empresa terceira. As receitas decorrentes dessa operação são reconhecidas de acordo com o percentual de utilização do estacionamento a título de locação de espaço ao final de cada mês. As receitas provenientes de contratos de locação de uso de espaço são reconhecidas no resultado à medida que os prazos dos contratos vão incorrendo com base na vigência e característica dos contratos. Receita e despesa financeira:

A receita financeira está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados juntamente com o investimento. 3.14. Contratos de concessão ICPC 01 (R1):

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. Quando incorridos, investimentos com a infraestrutura, dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere a Companhia o direito de controle do uso e posse da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura em virtude da prestação de serviços públicos em nome do poder concedente.

continuação

Reserva Novos Parques Urbanos S.A.

demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas con-

tábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma

perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capa-

cidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2026

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP 034.766/O-0
Clayton da Silva Codo
Contador - CRC 1SP-234.906/O-1

 Grant Thornton

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA

São Paulo

MERCANTIL



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



ARA Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 21.286.866/0001-80

Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)					
Ativo	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	343	42	12.474	5.415
Contas a receber	5	–	–	83.476	91.862
Estoques	6	–	–	13.593	11.306
Tributos a recuperar	–	154	86	1.958	2.043
Contas a receber de partes relacionadas	7.2	8.260	14.320	–	–
Créditos diversos	8	664	680	2.069	1.869
Total do ativo circulante		9.421	15.128	113.570	112.495
Não circulante					
Contas a receber	5	–	–	812	812
Créditos diversos	8	331	1.262	331	1.262
Depósitos judiciais	15	25	25	25	25
		356	1.287	1.168	2.099
Investimentos	9	96.253	91.905	–	–
Imobilizado	10	2.238	2.107	7.789	6.982
Intangível	11	–	–	5.648	5.972
		98.491	94.012	13.437	12.954
Total do ativo não circulante		98.491	94.012	13.437	12.954
Total do ativo		108.268	110.427	128.175	127.548
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	12	193	168	9.449	6.933
Obrigações trabalhistas e tributárias	13	155	163	10.496	13.001
Contas a pagar	–	86	115	694	401
Dividendos a pagar	16.2	35.815	–	35.815	–
Total do passivo circulante		36.249	446	56.454	20.335
Não circulante					
Provisão para perda em investimento	9	354	2.838	–	–
Dividendos a pagar	16.2	71.629	–	71.629	–
Provisões para contingências	15.1	–	–	56	70
Total do passivo não circulante		71.983	2.838	71.685	70
Patrimônio líquido					
Capital social	16.1	30	30	30	30
Reserva legal	–	6	6	6	6
Reserva de lucros	–	–	107.107	–	107.107
Total do patrimônio líquido		36	107.143	36	107.143
Total do passivo e patrimônio líquido		108.268	110.427	128.175	127.548
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.					
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)					
1. Informações sobre a Companhia e contexto operacional – 1.1. Informações sobre a controladora: A ARA Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 24 de outubro de 2014, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia atua como holding e administradora de suas controladas, as quais desenvolvem atividades relacionadas à gestão, desenvolvimento, modelagem, produção, importação, exportação, comercialização, licenciamento e expansão da marca Santa Lolla, com atuação nos segmentos de calçados, bolsas, acessórios e artigos de vestuário. A marca Santa Lolla está presente no mercado nacional há mais de 20 anos e tem seu posicionamento direcionado, principalmente, ao público feminino, por meio de um portfólio diversificado de produtos, incluindo calçados, bolsas, acessórios e itens de vestuário. O modelo de negócios do Grupo combina a gestão e o licenciamento da marca, a comercialização de produtos por meio de franquias, lojas multimarcas, e-commerce e loja própria, bem como atividades de marketing, comunicação e suporte à rede de distribuição. O Grupo desenvolve, anualmente, coleções alinhadas às tendências nacionais e internacionais de moda, com foco na renovação recorrente do portfólio, fortalecimento da marca, atendimento à rede de franqueados e expansão dos canais de venda. Em 31 de dezembro de 2025, o portfólio da marca era composto por mais de 7.000 itens e contemplava cinco novas coleções ao longo do ano. Em 31 de dezembro de 2025, a marca Santa Lolla possuía 318 franquias (309 em 2024), distribuídas no território nacional e internacional, 2.360 pontos de venda em lojas multimarcas (2.615 em 2024), uma loja própria no formato concept store localizada na Rua Oscar Freire, na cidade de São Paulo, além de atuação por meio de plataforma de e-commerce. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a estrutura societária e operacional vigente em 31 de dezembro de 2025, contemplando as atividades da Controladora e de suas controladas, conforme descritas a seguir. 1.2. Informações sobre as empresas controladas: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das controladas nas quais a Controladora detém, direta ou indiretamente, controle sobre as atividades relevantes, exposição a retornos variáveis e capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre as investidas.					
Empresa	Participação	Principais atividades			
Stella Franquias	100%	Administração e expansão da rede de franquias, vendas e licenciamento de marcas.			
RVF Franquias	100%	Licenciamento de marcas e representação comercial por conta de terceiros.			
SKO Comércio, Importação e Exportação de Calçados, Bolsas e Acessórios	100%	Importação, exportação e comercialização de calçados, bolsas, acessórios e artigos de vestuário, bem como representação comercial relacionada a esses produtos.			
Verden Comércio de Calçados	100%	Comércio varejista de calçados, bolsas, cintos, artigos de vestuário, bijuterias e produtos congêneres.			
Tror Assessoria em Marketing	100%	Assessoria em marketing, comunicação, produção audiovisual e publicidade dos produtos e da marca.			
Alle Franquias	100%	Exploração do ramo de franquias, venda e licenciamento de marcas e comércio varejista de calçados.			
Merke Assessoria de Marketing	100%	Assessoria em marketing, comunicação, produção audiovisual, publicidade dos produtos e da marca e comércio varejista de calçados.			
As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que a Controladora obtém o controle e deixam de ser consolidadas quando esse controle deixa de existir. Os principais procedimentos de consolidação estão descritos na Nota 3.1.					
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas – 2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, consubstanciadas no Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e na NBC TG 1000 (R1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, consideradas as alterações posteriores aplicáveis. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 28 de abril de 2026, data até a qual foram avaliados os eventos subsequentes. 2.2. Base de apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em política contábil específica. As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência. As demonstrações financeiras individuais contemplam os saldos e transações da Controladora, incluindo os investimentos em controladas avaliados pelo método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas contemplam os saldos e transações da Companhia e de suas controladas, com eliminação dos saldos, receitas, despesas e resultados não realizados, quando aplicável, decorrentes de transações entre as empresas do Grupo. A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração utilize estimativas, premissas e julgamentos que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas, despesas e divulgações relacionadas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente e seus efeitos são reconhecidos no período em que são revisadas e em períodos futuros afetados, quando aplicável. As principais estimativas e julgamentos utilizados pela Administração referem-se, principalmente, à determinação das perdas esperadas sobre contas a receber, análise de realização dos estoques e de eventuais perdas por obsolescência ou baixa rotatividade, definição das vidas úteis econômicas de ativos imobilizados e intangíveis, avaliação de recuperabilidade de ativos, mensuração de provisões para demandas judiciais e administrativas, avaliação de investimentos em controladas, análise de ajuste a valor presente de ativos e passivos, quando relevante, e reconhecimento de receitas conforme a essência econômica das operações. A liquidação das transações envolvendo estimativas pode resultar em valores diferentes daqueles registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em razão das incertezas inerentes ao processo de mensuração contábil. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Exceto quando indicado de outra forma, os valores estão apresentados em milhares de reais. 2.4. Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando política contábil específica exigir ou permitir mensuração em outra base. O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, segundo o qual os efeitos das transações e demais eventos são reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente de seu recebimento ou pagamento. 2.5. Continuidade operacional: A Administração avaliou a capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando normalmente e concluiu que o uso do pressuposto de continuidade operacional é apropriado na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Essa avaliação considerou, entre outros fatores, a geração de caixa operacional do Grupo, a posição de caixa e equivalentes de caixa, a rentabilidade das operações, a capacidade de cumprimento das obrigações de curto e longo prazos, o cronograma de liquidação dos					
Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)					
	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita operacional líquida	17	–	–	239.016	237.817
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	18	–	–	(71.761)	(73.315)
Lucro bruto		–	–	167.255	164.502
Despesas/receitas operacionais:					
Despesas gerais, administrativas e comerciais	19	(6.544)	(5.659)	(83.000)	(68.824)
Outras receitas e despesas operacionais	20	857	1.847	(1.356)	(848)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(5.687)	(3.812)	82.899	94.830
Despesas financeiras	21	(37)	(4)	(6.465)	(1.668)
Receitas financeiras	21	164	32	2.085	3.217
Lucro (prejuízo) antes das participações societárias		(5.560)	(3.784)	78.519	96.379
Resultado de equivalência patrimonial	9	64.470	80.328	–	–
Lucro antes das provisões tributárias		58.910	76.544	78.519	96.379
Imposto de renda e contribuição social	14	–	–	(19.609)	(19.835)
Lucro líquido do exercício		58.910	76.544	58.910	76.544
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.					
Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)					
	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro do exercício		58.910	76.544	58.910	76.544
(+/-) Outros resultados abrangentes		–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício		58.910	76.544	58.910	76.544
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.					
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)					
	Nota	Capital social 2025	Reserva de Lucro 2025	Reserva de Lucro 2024	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	30	6	80.964	–	81.000
Lucro líquido do exercício	–	–	–	76.544	76.544
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	–	–	(19.136)	(19.136)
Dividendos extraordinários propostos	16.3	–	–	(31.152)	(31.152)
Transferência para reserva de lucros	16.3	–	–	26.143	(26.143)
Outras movimentações	–	–	–	(113)	(113)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	30	6	107.107	–	107.143
Lucro líquido do exercício	–	–	–	58.910	58.910
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	–	–	(14.709)	(14.709)
Dividendos extraordinários propostos	16.3	–	–	(107.444)	(43.864)
Transferência para reserva de lucros	16.3	–	–	337	(337)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	30	6	–	–	36
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.					
Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)					
	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	–	58.910	76.544	78.519	96.379
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do resultado à geração de caixa pelas atividades operacionais					
Depreciação	129	–	203	888	818
Amortização	–	–	–	529	538
Provisão de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	–	–	–	63	2.334
Resultado de equivalência patrimonial	(64.470)	(80.328)	–	–	–
Outras movimentações em controladas	–	(113)	–	–	(113)
Provisão para demandas judiciais	–	–	(14)	(212)	(212)
Variação nos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber	–	–	8.323	(21.377)	(942)
Estoques	–	–	(2.287)	(942)	(942)
Tributos a recuperar	(68)	(31)	85	(1.218)	(1.218)
Créditos diversos	947	737	731	377	377
Depósitos judiciais	–	–	–	99	99
Fornecedores	25	21	2.516	(1.941)	(1.941)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(8)	30	(4.676)	634	634
Contas a pagar	(29)	(293)	293	(448)	(448)
Adiantamento de clientes	–	–	–	(439)	(439)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(17.438)	(17.989)	(17.989)
Fluxo de caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades operacionais		(4.564)	(3.230)	67.532	56.500
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	(260)	(20)	(1.695)	(1.554)	(1.554)
Aquisição de intangível	–	–	(205)	(3.068)	(3.068)
Lucros recebidos de controladas	85.428	67.573	–	–	–
Aporte de capital em controladas	(27.790)	–	–	–	–
Fluxo de caixa originado das (aplicado nas) atividades de investimento		57.378	67.553	(1.900)	(4.622)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Lucros distribuídos	(58.573)	(50.288)	(58.573)	(50.288)	(50.288)
Mutuo a receber de partes relacionadas	6.060	(14.120)	–	–	–
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(52.513)	(64.408)	(58.573)	(50.288)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		301	(85)	7.059	1.590
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	42	127	5.415	3.825	3.825
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	343	42	12.474	5.415	5.415
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		301	(85)	7.059	1.590
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.					
possíveis são divulgadas em nota explicativa, quando relevantes, e as perdas classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando a Administração entender que a divulgação seja necessária para adequada compreensão das demonstrações financeiras. 3.12. Impostos e contribuições: 3.12.1. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – corrente: A Companhia optou pelo regime de lucro presumido, onde a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é calculada à razão de 32% sobre a receita bruta proveniente da prestação de serviço, 8% e 12%, respectivamente, sobre as receitas auferidas na venda de produtos e 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% para lucros superiores a R\$ 240.000 anuais para o imposto de renda (IRPJ), e de 9% para a contribuição social (CSLL). Conforme facultado pela legislação tributária, algumas controladas optaram pelo Lucro Real onde o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para a adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, são consideradas para apuração do lucro tributável corrente. 3.12.2. Imposto sobre vendas: As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes principais impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS): alíquotas de 1,65% e 0,65%; • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): alíquota de 7,6% e 3,0%; • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS): alíquota média de 12%; • Imposto Sobre Serviço de qualquer natureza (ISS): alíquota de 5%. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas na demonstração do resultado. 3.12.3. Reforma Tributária sobre o Consumo – IBS e CBS: Em decorrência da Emenda Constitucional nº 132/2023 (Reforma Tributária sobre o consumo), foi instituída a substituição gradual dos tributos atuais pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS					

... continuação

balancos patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios e/ou períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

4. Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa	—	—	14	15
Bancos conta movimento	—	—	1.633	1.341
Aplicações financeiras	343	42	10.827	4.049
	343	42	12.474	5.415

As aplicações financeiras são substancialmente representadas por aplicações de liquidez imediata, mantidas em instituições financeiras de primeira linha, remuneradas com base em percentuais do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a risco insignificante de mudança de valor. Por essa razão, foram classificadas como equivalentes de caixa. A Administração monitora a exposição ao risco de crédito das instituições financeiras com as quais mantém recursos aplicados, buscando priorizar instituições com adequada capacidade financeira e baixo risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia e suas controladas não possuíam saldos relevantes de caixa e equivalentes de caixa com restrição de uso.

5. Contas a receber	Consolidado	
	2025	2024
Royalties e comissões	79.571	90.215
Operadora de crédito	9.534	7.213
	89.105	97.428

(+) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	84.288	92.674
Ativo circulante	83.476	91.862
Ativo não circulante	812	812
	84.288	92.674

5.1. Entendimento das operações: a) **Royalties e comissões:** referem-se aos valores a receber decorrentes de royalties, comissões e operações de vendas diretas realizadas no curso normal das atividades do Grupo; b) **Operadora de crédito:** referem-se aos valores a receber de operadoras de cartões, meios de pagamento e demais intermediadores financeiros relacionados às vendas realizadas no varejo, inclusive por meio de loja própria e canais digitais. Os valores são reconhecidos quando a venda é realizada e a Companhia passa a ter direito ao recebimento, sendo liquidados conforme os prazos contratados com as respectivas operadoras. O saldo classificado no ativo não circulante refere-se a valores a receber com prazo de realização superior a doze meses, decorrentes de acordos comerciais ou renegociações específicas com clientes, conforme cronograma de recebimento pactuado.

5.2. Composição do contas a receber por intervalo de vencimento: As políticas de concessão de crédito são definidas e monitoradas pela Administração, considerando o histórico de relacionamento com os clientes, comportamento de pagamento, concentração de risco, prazos de vencimento e demais informações disponíveis, com o objetivo de mitigar perdas decorrentes de inadimplência. A composição do contas a receber por intervalo de vencimento é a seguinte:

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	63.663	74.554
Vencidos até 30 dias	7.078	7.052
Vencidos de 31 a 90 dias	7.392	6.235
Vencidos de 91 a 180 dias	6.155	4.833
Vencidos acima de 180 dias	4.817	4.754
	89.105	97.428

5.3. Provisão de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa: A provisão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise periódica da carteira de recebíveis, considerando a idade dos títulos vencidos, histórico de inadimplência, negociações e acordos de extensão de prazo, comportamento de pagamento dos clientes, expectativa de recuperação e demais evidências disponíveis na data-base. Como política geral, a Administração provisiona os títulos vencidos há mais de 180 dias, exceto quando existem evidências objetivas de recuperação, tais como acordos formais de renegociação em curso e histórico de cumprimento dos pagamentos renegociados. A movimentação da provisão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	(4.754)	(2.420)
Complemento de PCLD	(63)	(2.334)
Saldo final	(4.817)	(4.754)
6. Estoques	Consolidado	
	2025	2024
Mercadoria para revenda	9.139	5.649
Importação em andamento	4.454	5.557
	13.593	11.306

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido. O custo inclui gastos de aquisição, transporte, armazenagem, impostos não recuperáveis e demais custos necessários para colocar os estoques em suas condições e localizações atuais. As mercadorias para revenda são compostas, principalmente, por calçados, bolsas, acessórios e artigos de vestuário destinados ao atendimento da rede de franquias, lojas multimarcas, loja própria e e-commerce. As importações em andamento correspondem a mercadorias adquiridas no exterior ainda em trânsito ou em processo de desembaraço aduaneiro na data-base, cujo custo inclui valores incorridos até 31 de dezembro de 2025 relacionados à aquisição e demais gastos necessários para colocar os itens em condições de venda. A Administração avalia periodicamente a necessidade de constituição de provisão para perdas em estoques, considerando itens de baixa rotatividade, obsoletos, danificados, fora de coleção ou cujo custo exceda o valor realizável líquido. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, com base nas análises realizadas, a Administração não identificou necessidade de constituição de provisão relevante para perdas em estoques.

7. Transações com partes relacionadas – As transações com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a operações entre a Controladora e suas controladas diretas, integralmente detidas, realizadas no curso normal das atividades do Grupo. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos e transações entre a Controladora e suas controladas são eliminados no processo de consolidação. **7.1. Remuneração da Administração:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração total paga aos administradores e reconhecida na demonstração do resultado foi de R\$ 71 na controladora e R\$ 126 no consolidado (R\$ 70 e R\$ 119, respectivamente, em 2024). A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo aos membros da Administração. **7.2. Contas a receber de partes relacionadas:** Os saldos de contas a receber de partes relacionadas referem-se a operações de mútuo celebradas entre a Controladora e suas controladas, com o objetivo de suprir recursos para a manutenção das atividades operacionais e necessidades de caixa das investidas. Essas operações possuem vencimento previsto para o exercício social seguinte e estão classificadas no ativo circulante da Controladora. As operações não possuem encargos financeiros, garantias ou cláusulas de atualização monetária, salvo se disposto de forma diversa em contrato específico. A Administração avaliou os prazos e condições de liquidação desses saldos e concluiu que eventual efeito de ajuste a valor presente não é relevante para as demonstrações financeiras individuais. A composição dos saldos é apresentada a seguir:

Descrição	Controladora	
	2025	2024
Verden Comércio de Calçados Ltda.	2.250	8.670
Alle Franquias Ltda.	—	3.000
Tror Assessoria em Marketing Ltda.	6.010	2.650
Saldo final	8.260	14.320

A Administração avaliou os prazos, condições de liquidação e ausência de encargos financeiros dessas operações e concluiu que eventual ajuste a valor presente não produziria efeito relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

8. Créditos diversos	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Alienação de investimento – “ZOT”	931	1.862	1.862	1.862
Adiantamento a fornecedores	11	—	1.158	925
Outros créditos	53	80	311	344
	995	1.942	2.400	3.131
Circulante	664	680	2.069	1.869
Não circulante	331	1.262	331	1.262
	995	1.942	2.400	3.131

Os adiantamentos a fornecedores referem-se, substancialmente, a valores pagos antecipadamente a fornecedores nacionais e estrangeiros relacionados à aquisição de produtos acabados, mercadorias para revenda, serviços operacionais e demais insumos necessários às atividades do Grupo. A Administração acompanha a realização desses saldos por meio da entrega dos bens ou prestação dos serviços contratados. A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade dos créditos diversos, considerando a natureza dos saldos, os prazos de realização, a existência de documentação suporte, histórico de recebimentos ou realização e demais informações disponíveis na data-base. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não foram identificadas perdas relevantes sobre esses saldos. **8.1. Alienação de investimento – “ZOT”** Em 30 de junho de 2019, a Companhia alienou a totalidade de sua participação na controlada ZOT Alliance Importação e Exportação Ltda., apurando o seguinte resultado na operação:

Descrição	R\$	
	2025	2024
Valor total da venda	4.312	—
(-) Custo do investimento	4.783	—
Prejuízo auferido na alienação da controlada	(471)	—

O contrato celebrado entre as partes estabelece que o fluxo de recebimento dessa operação ocorrerá em parcelas mensais não lineares, conforme resumido a seguir:

Descrição	R\$	
	2025	2024
Valor total da venda	4.312	—
(+) Juros incorridos na operação	225	—
(-) Recebimentos durante os exercícios de 2019 a 2024	(2.675)	—
(-) Recebimentos durante o exercício de 2025	(931)	—
Saldo a receber em 31/12/2025	630	—
Ativo circulante	931	—
Ativo não circulante	331	—
	931	—

ARA Empreendimentos e Participações S.A.

Durante o exercício de 2025, foram recebidos R\$ 931, reduzindo o saldo a receber de R\$ 1.862 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 931 em 31 de dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo remanescente a receber dessa operação é apresentado na rubrica de créditos diversos, sendo R\$ 600 no ativo circulante e R\$ 331 no ativo não circulante, de acordo com o cronograma contratual de recebimento. A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade desse saldo, considerando os recebimentos realizados, as condições contratuais e as informações disponíveis sobre a contraparte.

9. Investimentos – 9.1. Composição dos investimentos: Os investimentos da Controladora em suas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base nas demonstrações financeiras das investidas levantadas na mesma data-base da Controladora.

Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	% – Participação	Controladora	
		2025	2024
Stella Franquias	100	29.360	33.851
RVF Franquias	100	10.152	12.897
SKO Comércio, Impo. E Export. de Calçados	100	29.351	24.270
Tror Assessoria em Marketing	100	—	2.646
Verden Comércio de Calçados	100	15.778	7.038
Merke Assessoria de Marketing	100	10.754	11.203
Alle Franquias	100	858	—
		96.253	91.905

9.2. Movimentação dos investimentos – Controladora

Stella Franquias		RVF Franquias		SKO Comércio		Verden Comércio		Tror Assessoria		Merke Assessoria		Alle Franquias		Total	
2025		2024		2025		2024		2025		2024		2025		2024	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		21.684		7.502		21.455		12.457		4.152		8.986		76	
(+/-) Aumento de capital social		—		—		—		—		—		—		—	
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial		41.037		14.185		12.055		(5.346)		(1.506)		22.817		(2.914)	
(-) Distribuição de lucros		(28.870)		(8.790)		(9.240)		(73)		—		(20.600)		—	
(+/-) Adiantamento para futuro aumento de capital		—		—		—		—		—		—		—	
Saldos em 31 de dezembro de 2024		33.851		12.897		24.270		7.038		2.646		11.203		(2.838)	
(+/-) Aumento de capital social		—		—		—		22.240		—		5.550		—	
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial		27.803		14.945		12.081		(8.576)		(3.000)		23.071		(1.854)	
(-) Distribuição de lucros		(32.294)		(17.690)		(7.000)		(4.924)		—		(23.520)		—	
Saldos em 31 de dezembro de 2025		29.360		10.152		29.351		15.778		(354)		10.754		858	

10. Imobilizado

	% – Taxa anual de depreciação	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Equipamentos para processamento de dados	20	44	37	2.097	1870
Equipamentos telefônicos e acessórios	20	—	—	50	50
Imóveis	—	—	—	934	934
Benefeitorias em propriedades de terceiros	4	2.240	2.240	4.169	3.524
Instalações	10	6	6	1.273	933
Máquinas e equipamentos	10	11	11	565	545
Móveis e utensílios	10	54	54	1.654	1.445
Veículos	20	254	675	254	675
		2.609	3.023	10.996	9.976
(-) Depreciações acumuladas (i)		(371)	(916)	(3.207)	(2.994)
		2.238	2.107	7.789	6.982

(i) A redução da depreciação acumulada decorre, principalmente, da baixa de ativos imobilizados, com a correspondente baixa da depreciação desses bens.

10.1. Movimentação do imobilizado

	Adi-ção		Depre-ciação		Adi-ção		Depre-ciação		Consolidado	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024
Equipamentos para processamento de dados	6	20	(4)	22	6	(7)	21	21	6	(7)
Instalações	6	—	(1)	5	—	(1)	4	4	6	—
Benefeitorias em propriedades de terceiros	2.122	—	(90)	2.032	—	(90)	1.942	1.942	2.122	—
Máquinas e equipamentos	8	—	(1)	7	—	(1)	6	6	8	—
Móveis e utensílios	45	—	(5)	40	—	(5)	35	35	45	—
Veículos	103	—	(102)	1	254	(25)	230	230	103	—
	2.290	20	(203)	2.107	260	(129)	2.238	2.238	2.290	20

	Adi-ção		Depre-ciação		Adi-ção		Depre-ciação		Consolidado	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024
Benefeitorias em propriedades de terceiros	2.861	524	(124)	3.261	645	(159)	3.747	3.747	2.861	524
Equipamentos para processamento de dados	1.000	204	(308)	896	226	(340)	782	782	1.000	204
Equipamentos telefônicos e acessórios	41	—	(10)	31	—	(9)	22	22	41	—
Imóveis	847	—	(75)	772	—	(38)	734	734	847	—
Instalações	96	744	(37)	803	341	(116)	1.028	1.028	96	744
Máquinas e equipamentos	300	40	(56)	284	20	(53)	251	251	300	40
Móveis e utensílios	1.000	42	(108)	934	209	(147)	996	996	1.000	42
Veículos	101	—	(101)	1	254	(26)	229	229	101	—
	6.246	1.554	(818)	6.982	1.695	(888)	7.789	7.789	6.246	1.554

10.1. Outras considerações: A Companhia e suas controladas avaliaram a adequação das vidas úteis econômicas dos ativos imobilizados e concluíram que as taxas de depreciação atualmente utilizadas refletem, de forma apropriada, o padrão de consumo dos benefícios econômicos desses ativos. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Administração não identificou indicativos de perda por redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados. A Companhia e suas controladas não possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia ou com restrição relevante de uso em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

11. Intangível	% – Taxa anual de amortização	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Software	20	110	110	3.152	3.061
Direito de uso de ponto de comercialização (i)	—	—	—	4.462	4.349
		110	110	7.614	7.410
(-) Amortizações acumuladas		(110)	(110)	(1.966)	(1.438)
		—	—	5.648	5.972

(i) Os direitos de uso de pontos de comercialização referem-se a direitos contratuais de exploração comercial de determinados pontos de venda, classificados como ativos intangíveis de



CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

CNPJ nº 02.380.162/0001-28



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. Bebedouro, 28 de abril de 2026.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.835	20.459	Fornecedores	—	95	1.932
Contas a receber	6	—	7.254	Credores pela concessão	12	—	156
Impostos a recuperar	8	757	288	Obrigações sociais e trabalhistas	11	299	4.831
Adiantamentos a fornecedores e outros	—	—	16	Obrigações tributárias	10	30	1.055
Despesas antecipadas	—	31	362	Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	10	—	1.157
		4.623	28.379	Adiantamento de clientes	—	—	186
				Outras contas a pagar	—	—	142
						424	9.459
Não circulante				Não circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	8	—	3.516	Provisão para contingências	13	7.056	4.282
Depósitos judiciais	13	525	1.508			7.056	4.282
Reembolso de seguros	13	—	1.500	Patrimônio líquido	14		
Valores a Receber Acionistas	7	29.556	18.345	Capital social		37.300	37.300
Imobilizado	—	—	13	Reserva legal		—	7.460
Intangível	9	—	5.500	Reserva de Reavaliação		—	104
		30.081	30.382	Reserva de lucros		—	156
				Prejuízo Acumulados		(10.076)	—
						27.224	45.020
						34.704	58.761
Total do ativo		34.704	58.761	Total do passivo e patrimônio líquido		34.704	58.761

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva legal	Reavaliação de Ativo	Reserva de lucros	Lucros e Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	35.100	7.020	—	6.496	—	48.616
Lucro líquido do período	—	—	—	—	26.396	26.396
Reavaliação de Ativos	—	—	104	—	—	104
Distribuição de Dividendos	—	—	—	(30.096)	—	(30.096)
Aumento de Capital	2.200	—	—	(2.200)	—	—
Reserva Legal	—	440	—	(440)	—	—
Transferência para reserva de lucros	—	—	—	26.396	(26.396)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024	37.300	7.460	104	156	45.020	90.240
Prejuízo líquido do período	—	—	—	—	(17.796)	(17.796)
Reavaliação de Ativos	—	—	(104)	—	104	—
Absorção da reserva legal	—	(7.460)	—	—	7.460	—
Absorção reserva de lucros	—	—	—	(156)	156	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025	37.300	—	—	—	(10.076)	27.224

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional – A Concessionária de Rodovias TEBE S.A. ("Companhia" ou "TEBE") foi constituída em 12 de janeiro de 1998, e iniciou suas atividades em 02 de março do mesmo ano, de acordo com o Termo de Concessão de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.841 de 06 de junho de 1997. A Companhia tem como atividade preponderante a manutenção e operação do Lote 3 da malha rodoviária de ligação entre os municípios de Catanduva e Bebedouro, Taquaritinga e Pirangi e Bebedouro e Barretos. O contrato de concessão tem como objetivo a execução e gestão dos serviços delegados, serviços de apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo de 240 meses com início em março de 1998 e término em fevereiro de 2018. Em 21 de dezembro de 2006, foi assinado entre a TEBE e a ARTESP o Termo Aditivo e Modificativo nº 11 ao Contrato de Concessão, alterando o prazo da Concessão de 240 para 324 meses. Tal alteração fundamentou-se no reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Em complementação ficou formalizado desconto correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor mensal do ônus fixo, devido pela contratada, no período de março de 2007 a fevereiro de 2018, no montante de R\$ 133 (cento e trinta e três mil reais), em valor presente líquido na base de julho de 1997. O regime jurídico do contrato de concessão confere ao Departamento de Estrada de Rodagem – DER, a prerrogativa de fiscalizar a execução dos serviços delegados e aplicar sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total. É assegurado, tanto à Companhia como ao Poder Concedente, o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original do contrato, segundo cláusulas contratuais específicas. Em 15 de dezembro de 2011, foi assinado entre a TEBE e a ARTESP o Termo Aditivo e Modificativo nº 19/11 ao Contrato de Concessão, alterando o índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, de Índice Geral de Preço de Mercado (IGPM) para Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) passando a vigorar a partir de 01 de julho de 2013. Em 14 de dezembro de 2013, foi assinado entre a TEBE e a ARTESP o Termo Aditivo e Modificativo nº 21/18 ao Contrato de Concessão, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão correspondente ao valor de R\$ 4.237 (quatro milhões, duzentos e trinta e sete mil reais) em valores correntes, decorrente do reajuste de pedágio de pista simples não repassado aos usuários no período de 01/07/2006 a 30/06/2017, valores estes já compensados com o pagamento do ônus fixo devido ao Poder Concedente. **Outras informações relevantes:** De acordo com o Termo Aditivo Modificativo nº 11/06, celebrado em 21 de dezembro de 2006, todos os investimentos que forem realizados após o 20º ano de concessão, serão objeto de equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. Por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 27 de junho de 2013, foi divulgada a Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, de 24 de junho de 2013, contendo, dentre outros assuntos, a autorização para a realização de ajustes das tarifas de pedágio, a partir de 01 de julho de 2013, por meio do IGPM, ao contrário do previsto no Termo Aditivo e Modificativo nº 19/11 ao Contrato de Concessão, de 15 de dezembro de 2011, que previa o reajuste das tarifas de pedágio pelo IPCA a partir de 01 de julho de 2013. Embora tenha sido publicada a referida deliberação, o poder concedente não autorizou o repasse deste reajuste aos usuários das rodovias. Medidas compensatórias foram propostas para garantir o cumprimento das cláusulas constantes no contrato de concessão, dentre elas: (i) desconto de 50% do valor de 3% previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; e (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário, para complementar a receita não recebida pelas concessionárias. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas, até o momento, as seguintes medidas: (i) o secretário estadual de logística e transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013; e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável. Em função da revogação da cobrança dos eixos suspensos, e de acordo com a Resolução SLT nº 4 de 31 de maio de 2018, o equilíbrio das equações econômico-financeiras resultantes de perda de arrecadação serão realizadas de acordo com a Resolução ST nº 2 de 11 de março de 2005. Outras deliberações ainda poderão ser adotadas pelo Estado para garantir a compensação efetiva do não reajuste das tarifas. Por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 27 de junho de 2015, foi divulgada a Deliberação da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo, de 26 de junho de 2015, contendo, a autorização para a ARTESP celebrar Termo de Reratificação ao Contrato de Concessão celebrado com a TEBE de forma a proceder a modificações no cálculo de reajuste tarifário, mediante a utilização do índice de menor variação percentual entre o IGPM e o IPCA. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato da Concessão será realizada por fluxo de caixa livre e específico ("Fluxo de Caixa Marginal"), utilizando-se uma Taxa Interna de Retorno Anual de 12,50%, cuja periodicidade de recomposição é a cada dois anos. Em conformidade com o Termo Aditivo e Modificativo nº 11 ao Contrato de Concessão assinado em 21 de dezembro de 2006, o prazo da Concessão foi alterado de 240 para 324 meses, e o término deste prazo foi em 03/03/2025. Em razão do advento contratual, às 23h59 do dia 03/03/2025, o Lote 03, anteriormente administrado pela TEBE, foi transferido à Concessionária EcolNoroeste Paulista. **Bens reversíveis:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão em alguns contratos de concessão rodoviária de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

2. Base de preparação – Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 15 de abril de 2026. **2.1. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no valor líquido de realização de seus ativos e no valor de liquidação de seus passivos, tendo em vista o encerramento das atividades e o processo em curso de liquidação da concessão. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Continuidade:** A Companhia encerrou suas atividades operacionais às 23h59 de 03 de março de 2025, em decorrência do término do prazo previsto no contrato de concessão. Após essa data, a Companhia permanece em funcionamento com o objetivo de concluir as obrigações contratuais remanescentes junto ao Poder Concedente, incluindo tratativas relacionadas à devolução da concessão, bem como discussões administrativas e/ou judiciais envolvendo pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro e demais aspectos associados ao encerramento do contrato. Não obstante, a Companhia não possui operações geradoras de receita desde o encerramento da concessão, e sua capacidade de realização de ativos e liquidação de passivos está substancialmente vinculada à conclusão dos processos mencionados. **2.4. Uso de estimativa e**

juízo: A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As demonstrações financeiras apresentam incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período e estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente, utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidos por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos Contratos de Concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As demonstrações financeiras sobre julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão descritos a seguir: **2.5. Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretção Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICP 01 (R1) – Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. A Administração encorrou suas atividades operacionais às 23h59 de 03/03/2025, em razão do término do prazo previsto no contrato de concessão rodoviária. Em decorrência, foi realizada a transferência da concessão, permanecendo, contudo, em discussão o seu encerramento formal. **Momento de reconhecimento do ativo intangível:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos contratos de concessão, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional. **(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional:** são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação/melhoria da infraestrutura; **(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional:** foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 9. **Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão:** A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Companhia reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **Amortização e baixa dos ativos intangíveis ao fim do contrato de concessão:** Os saldos remanescentes dos ativos intangíveis da Companhia, relacionados ao contrato de concessão, em decorrência do encerramento do referido contrato, no exercício de 2025, foram totalmente amortizados e baixados. A baixa foi realizada em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis, não havendo expectativa de geração de benefícios econômicos futuros associados a esses ativos. **Determinação das receitas de construção:** De acordo com CPC 47, quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, de custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Torna-se as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração encorrou suas atividades operacionais às 23h59 de 03/03/2025, em razão do término do prazo previsto no contrato de concessão rodoviária em decorrência, não há mais receitas de construção. **Provisão para manutenção referente a contratos de concessão:** A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do período, em contrapartida à despesa para manutenção ou reposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. A Administração encorrou suas atividades operacionais às 23h59 de 03/03/2025, em razão do término do prazo previsto no contrato de concessão rodoviária em decorrência, não há mais provisões para manutenção referente ao contrato de concessão. **3. Principais políticas contábeis** – As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: **• Ativos Financeiros:** Os ativos financeiros são classificados como (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação. **• Passivos Financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como empréstimos e financiamentos. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **a. Intangível:** Contratos de concessão: A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um contrato de concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido com contraprestação por serviços de construção e melhoria fornecido em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado ao custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam todos os gastos, são reconhecidos no resultado, conforme incorrido. **Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear considerando as vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa anual média ponderada (%)

Intangível em rodovia 15,47 a.a.
Encerramento de contratos de concessão: Em decorrência do término da concessão, todos os ativos vinculados à operação, foram devidamente baixados e transferidos à nova concessionária responsável.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	15	20.612	120.090
Custo dos serviços prestados	16	(25.155)	(68.079)
Lucro bruto		(4.391)	52.011
Receitas/(despesas) operacionais			
Depreciação	16	(13)	(759)
Administrativas e gerais	16	(11.947)	(13.903)
Outras receitas operacionais		1.126	1.007
		(10.986)	(13.655)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		(15.377)	38.356
Receitas financeiras	17	1.716	2.699
Despesas financeiras	17	(619)	(876)
Resultado financeiro líquido		1.097	1.823
Lucro líquido antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(14.280)	40.179
Resultado Não Operacional		—	—
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(14.280)	40.179
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	8	—	(13.327)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	8	(3.516)	(456)
		(3.516)	(13.783)
Resultado líquido do exercício		(17.796)	26.396
Lucro/(prejuízo) por ação		(0,48)	0,71

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(17.796)	26.396
Outros resultados abrangentes	—	—
Resultados abrangentes	(17.796)	26.396

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		(17.796)	26.396
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	9	6.317	15.905
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	8	3.516	457
Apropriação da outorga variável	12/16	333	1.991
Valor residual do ativo imobilizado baixado	—	198	8
Provisão para contingências	13	3.597	821
Lucro líquido do exercício ajustado		(3.835)	45.578
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber	6	7.254	(233)
Impostos a recuperar	8	(469)	(66)
Despesas antecipadas	—	332	10
Outros ativos circulantes e não circulantes	—	1.039	39
Fornecedores	—	(1.837)	(9)
Obrigações sociais e trabalhistas	11	(4.532)	257
Impostos e contribuições a recolher e provisão para IR e CS	10	(2.182)	(2.852)
Outras contas a pagar – circulante e não circulante	—	(390)	(346)
Pagamento de provisão para contingências	—	(823)	(196)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		(5.443)	42.182
Atividades de investimentos			
Aquisições Intangível e imobilizado	9	(804)	(3.509)
Venda de ativo imobilizado	—	1.323	—
Partes relacionadas	7	(11.211)	(18.345)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos		(10.692)	(21.854)
Atividades de financiamentos			
Dividendos pagos	14	—	(30.096)
Liquidação da outorga fixa e variável	12	(489)	(1.990)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos		(489)	(32.086)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(16.624)	(11.758)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	20.459	32.217
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	3.835	20.459
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(16.624)	(11.758)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Dessa forma, as rubricas diretamente relacionadas à concessão deixaram de ser aplicáveis a partir dessa data, tendo seus saldos integralmente realizados em 31/03/2025. Adicionalmente, a Companhia revisou suas políticas contábeis e evidências, de modo a refletir adequadamente o encerramento das operações vinculadas à concessão, não remanescendo, na data-base das demonstrações financeiras, ativos ou passivos associados ao referido contrato. **b. Redução ao valor recuperável (impairment):** **i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos futuros de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade para ativos financeiros. **ii. Ativos não financeiros:** A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda do seu valor recuperável. Esse critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por valorização do valor contábil. **c. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor a ser pago a título de participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **d. Custo de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificado são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **e. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e que é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. **Provisão de manutenção – contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentadas ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisão-continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.
CNPJ nº 02.380.162/0001-28



... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares Reais)

namento, para fins de cálculo do valor presente. **f. Receitas: Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados. **Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão:** Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. **g. Receita financeira e despesa financeira:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **h. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substitivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substitivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de Renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **i. Determinação do ajuste a valor presente (AVP):** Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos aos ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: **• Provisão para manutenção:** decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios estão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes não fora calculada nos exercícios de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, por já ter amortizado integralmente o ônus fixo da concessão. A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. **j. Dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela de equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo, na rubrica "Dividendos a pagar" por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. **k. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

Alterações nas Normas Contábeis IFRS	Data de aplicação obrigatória
Emissão da norma IFRS 18 (CPC 26 – R1) – Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Substitui o IAS 1/ CPC 26 e estabelece novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, incluindo a classificação de receitas e despesas em categorias específicas, a apresentação obrigatória do subtotal de lucro operacional e a divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração (MPDs), além de orientações aprimoradas sobre agregação e desagregação de informações nas demonstrações financeiras.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.

Outras Normas Contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Alterações nas Normas Contábeis IFRS	Data de aplicação obrigatória
Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 (CPC 48) – Contratos de eletricidade relacionados à natureza. Introduz esclarecimentos e novos requerimentos de divulgação aplicáveis a contratos de compra de energia elétrica vinculados a fontes renováveis, incluindo aspectos relacionados à contabilização e divulgação de riscos financeiros associados.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.
Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 (CPC 48) – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros, bem como amplia e aprimora os requerimentos de divulgação relacionados a riscos de crédito e liquidez.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.

4. Determinação do valor justo – Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo: **• Caixa e equivalentes de caixa:** os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos; **• Contas a receber e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar decorrentes diretamente das operações da Companhia:** o valor justo de contas a receber e outras contas a receber é estimado como valor presente de fluxos de caixa futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor justo; **• Ativos intangíveis:** o valor justo de um ativo intangível recebido como contraprestação pelos serviços de construção prestados em um contrato de concessão é estimado por referência ao valor justo do serviço de construção prestado. O valor justo é calculado com base no custo total estimado. Quando a Companhia recebe um ativo intangível como contraprestação por prestação de serviços de construção em um contrato de concessão, a Companhia estima o valor justo dos ativos intangíveis pela diferença entre o valor justo dos serviços de construção prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido; **• Passivos financeiros não derivativos:** o valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e saldos bancários	2	27
Numerários em trânsito	–	99
Outros numerários – fundos	–	482
Total das disponibilidades	2	3.338
Aplicação de liquidez imediata – CDB's (a)	3.833	17.121
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.835	20.459

(a) Aplicações financeiras junto às instituições financeiras com taxa média de 98,95% do CDI. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 20.

6. Contas a receber	31/12/2025	31/12/2024
Pedágio eletrônico a receber	7.046	59
Cupons a receber	–	7
Receita acessória a receber	–	149
Total das contas a receber	–	7.254

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágio, principalmente decorrente do uso de arrecadação eletrônica, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

7. Partes relacionadas – Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Companhia remunera seus Administradores, conforme valores demonstrados a seguir:

	2025	2024
Honorários, encargos e gratificações	1.905	3.331
Vale-refeição, convênio médico e seguro de vida	10	39
	1.915	3.370

Benefícios a empregados: A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, fornecimento de vale-refeição, participação nos lucros ou resultados e incentivo educacional. Os montantes referentes a benefícios a empregados estão apresentados a seguir:

Vale-refeição	2025	2024
Assistência médica	760	2.001
Participação nos lucros ou resultados	997	2.342
Seguro de vida	584	1.111
Outros	30	62
	33	99
	2.404	5.615

Outras transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico, sendo que, no exercício, a movimentação de partes relacionadas, na forma de contratos de mútuo com acionistas, totalizou R\$ 11.211, resultando em um aumento do saldo de R\$ 18.345 em 2024 para R\$ 29.566 em 2025.

	Passivo	
	31/12/2025	31/12/2024
Contrato de Mútuo – Acionistas	29.556	18.345
Total	29.556	18.345

A administração entende que os valores registrados como partes relacionadas serão liquidados no momento da apuração de haveres. **8. Imposto de Renda e Contribuição Social – Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes e diferidos:** A conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Resultado do exercício antes dos impostos	(14.280)	40.179
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota nominal	–	13.661
Ajustes do Imposto de Renda e Contribuição Social		
Permanentes		
Donativos e brindes	5	27
Gratificação da diretoria	6	345
Provisão para contingências	3.597	(930)
Incentivos fiscais	–	(644)
Efeitos da Lei nº 12.973/2017	49	137
Multas Contratuais	247	30
Outros ajustes permanentes	(93)	(4)
Temporários		
Provisão para contingências	–	1.160
	(10.469)	121

Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial, por entidade legal, quando existe o direito legal de compensação e a intenção de liquidá-los em bases líquidas, bem como quando se referem à mesma autoridade fiscal. No entanto, no exercício de 2025, foi reconhecido na demonstração do resultado o montante de R\$ 3.516, o qual não se refere à constituição de provisão do próprio período, mas sim à baixa de saldos de ativos fiscais diferidos registrados em exercícios anteriores. Tal baixa decorre da revisão das expectativas de realização desses créditos, tendo em vista a ausência de perspectiva de geração de lucros tributáveis futuros, em função da descontinuidade das operações e da inexistência de receitas. Nesse contexto, a Administração concluiu que não há suporte para a manutenção do reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, motivo pelo qual os saldos anteriormente registrados foram integralmente baixados restando apenas o crédito, líquido e certo, de R\$ 757 classificado em conta específica do ativo circulante proveniente de Imposto de Renda Retido antecipadamente sobre aplicação financeira que sera ressarcido, para isso, informando a base negativa de IRPJ na Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e, na sequência, será realizado o pedido de restituição do respectivo crédito perante a Receita Federal.

	99	Custo	Amortização acumulada	2025	2024
Intangível de construção	15,47%	–	–	–	–
Software	20,00%	–	–	–	–
Movimentação do custo	2023	Adições	2024	Adições	Baixas
Intangível de construção	206.681	(1.326)	205.355	804	(206.159)
Software	1.049	(218)	831	–	(831)
	207.730	(1.544)	206.186	804	(206.990)
Movimentação da amortização acumulada	2023	Adições	2024	Adições	Baixas
Intangível de construção	(189.104)	(10.812)	(199.916)	(6.243)	206.159
Software	(853)	83	(770)	(61)	831
	(189.957)	(10.729)	(200.686)	(6.304)	206.990
	17.773	–	5.500	–	–
Total intangível líquido					

A Companhia aplicou a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) para os ativos diretamente relacionados à operação da concessão, ou seja, todos os ativos de infraestrutura que foram construídos ou melhorados, de modo que fosse possível para a Companhia obter receitas adicionais ao usufruir da operacionalização destes ativos. Além das obras e melhorias, dentro do ativo intangível também estão incluídos bens como veículos utilizados nas atividades operacionais, sistemas de controle de tráfego, equipamentos de vigilância/segurança e sistemas de controle de arrecadação. O direito de exploração da malha rodoviária (direito de outorga da concessão) também é reconhecido como um ativo intangível. Em função do encerramento do contrato de concessão, no ano de 2025, os referidos ativos foram integralmente baixados e transferidos para a nova concessionária responsável pela operação da malha rodoviária.

10. Obrigações tributárias e imposto de renda e contribuição social a pagar	2025	2024
COFINS	20	318
PIS	4	69
ISS	–	519
INSS retido	–	30
ISS retido na fonte	–	10
IRRF	1	7
PIS, COFINS e CSLL retidos	5	102
IRPJ	–	828
CSLL	–	329
	30	2.212
	30	1.055
	–	1.157
11. Obrigações sociais e trabalhistas	2025	2024
Salários e honorários	44	628
Encargos sociais e previdenciários	128	760
Provisão de férias	127	1.613
Participação nos lucros ou resultados e gratificações	–	1.830
	299	4.831

12. Credores pela concessão – Refere-se ao saldo do ônus da concessão o qual é composto pelos valores devidos ao DER-SP pela outorga da concessão, ajustados a valor presente. O valor do ônus da concessão foi liquidado em fevereiro de 2018, restando apenas o ônus variável. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente em	Valor real em (*)
	2025	2024
Circulante	–	–
Parcela variável (a)	–	156
Total	–	156

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional; (a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal, exceto financeiras, efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro e a partir de novembro de 2013, por prazo indeterminado, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta mensal, exceto financeiras, como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicações no D.O.E. de 27 de julho de 2013 e D.O.E. 14 de dezembro de 2013, Processo nº 015.147/2013 e Protocolo nº 234.316/13. O valor pago pela Companhia a título de parcela variável no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 ao Poder Concedente foi de R\$ 489 e R\$ 1.830 em 2024. **13. Provisão para contingências – a. Riscos civis, trabalhistas e fiscais:** A Companhia tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações civis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas. A Administração constituiu com base na opinião de seus advogados uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Companhia. A movimentação do saldo dos riscos civis, trabalhistas e fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é conforme segue:

	Depósitos judiciais	Reembolso de Seguros	Provisão para contingências
Movimentação	1.456	709	2.814
Saldos em 31 de dezembro de 2023	398	1.500	2.704
Adições	(346)	(709)	(1.236)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.508	1.500	4.282
Adições	305	58	3.597
Baixas	(1.288)	(1.558)	(823)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	525	–	7.056

As reclamações judiciais suportadas por seguros, cujo reembolso estava provisionado na rubrica "Reembolso de seguros" no ativo não circulante, com saldo de 1.500 em 31 de dezembro de 2024, o qual foi baixado em 31 de dezembro de 2025 em razão do encerramento da vigência das apólices. Adicionalmente, a Companhia é parte em processos civis ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações. Tais processos representam o montante líquido de R\$5.496 em 31 de dezembro de 2025, referindo-se a causas civis basicamente a danos morais e materiais relacionados a acidentes ocorridos nas rodovias sob concessão da Companhia e reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 1.560, representando o montante líquido de R\$ 7.056. **b. Processo de Revisão do Termo Aditivo e Modificativo – TAM 11/06:** O Contrato de Concessão nº CR/001/98, com prazo de vigência de 20 (vinte) anos, foi prorrogado por 84 (oitenta e quatro) meses por meio do Termo Aditivo Modificativo (TAM) 11/2006, firmado entre as partes em 21 de dezembro de 2006 para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da avença. Entretanto, em 30 de setembro de 2014, a Artesp e o Estado de São Paulo ajuizaram ação com o objetivo de anular o Termo Aditivo e Modificativo – TAM nº 11/2006 sob o fundamento de adoção de metodologia equivocada para cálculo do desequilíbrio, ou seja, de que o montante apurado como crédito em favor da concessionária foi calculado pela receita projetada na proposta, ao invés de ser pela receita real. Em 14 de julho de 2016, a ação foi julgada improcedente por sentença proferida pela MM. Juíza da 6ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo – Foro Central. Entretanto, em 17 de abril de 2018, a 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao recurso de apelação interposto pela Artesp e Estado de São Paulo para declarar a nulidade do TAM nº 11/2006 com resultado de 3 x 2. Na sequência, a TEBE interps recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça para reverter este acórdão objetivando a preservação do Termo Aditivo e Modificativo – TAM nº 11/2006. Paralelamente, em desacordo com o acórdão retro, a Artesp iniciou os procedimentos de devolução da concessão, editando a Portaria nº 25, de 03 de maio de 2018, com isso a TEBE impetrou o Mandado de Segurança nº 1024134-85.2018.8.26.0053 na 15ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, e em 16 de maio de 2018 foi concedida medida liminar para proibir a Artesp de qualquer medida tendente a extinguir o contrato antes da formalização de um novo aditivo, como determinado no acórdão. A ação foi julgada procedente para conceder a segurança, e anular a Portaria ARTESP 25/2018 em 05 de setembro de 2017. Em 03 de novembro de 2021, o TJ/SP negou provimento ao recurso de apelação da ARTESP e o acórdão transitou em julgado em 30 de março de 2022. E ainda em decorrência do acórdão, a ARTESP procedeu o primeiro rateamento dos cálculos apurados por ocasião do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato promovido por meio do TAM nº 11/2006 com a apresentação de mais uma nova metodologia para os cálculos, ou seja, ela defende a tese de que os cálculos para apuração dos desequilíbrios sejam efetuados com base na receita real. Ocorre que no rateamento dos cálculos apresentou o que ela mesma intitulou de "perda de receita real estimada", contrariando totalmente o consignado nos autos do processo de anulação e no acórdão proferido. Ressalta-se que o v. acórdão determinou que o reequilíbrio deve se dar pela receita real, não pela "real estimada". A TEBE manifestou nos autos do processo de recalcúlo do TAM nº 11/06 pelo inconformismo das impropriedades técnicas da Diretoria de Controle Econômico-Financeiro – "DCE", onde a ARTESP pleiteou na justiça o cálculo do desequilíbrio pela receita real e ter apresentado no recalcúlo outra estimativa nesta nova metodologia trazida pela "DCE". No entanto, em 18 de abril de 2019, ocorreu a deliberação pelo Conselho Diretor da ARTESP, reconhecendo os desequilíbrios considerando o recalcúlo feito pela DCE. Em 03 de fevereiro de 2020, o Superior Tribunal de Justiça concedeu a tutela provisória no recurso especial interposto pela TEBE em 06 de novembro de 2019, objetivando o efeito suspensivo ao agravo em recurso especial – "TPrTV no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº 1.458.523-SP (2019/0055525-8)". Em 17 de março de 2020, a ARTESP e Est. São Paulo interuseram agravo interno com o objetivo de reformar a decisão que deferiu o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial. Em 12 de setembro de 2023, foi publicado o Acórdão de julgamento do Recurso Especial da TEBE, ocasião em que a 1ª Turma do STJ por unanimidade assim decidiu: "ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso especial e a ele dou provimento, para o fim de reformar o acórdão recorrido e declarar a nulidade da sentença. Por conseguinte, determino o retorno dos autos à origem para a reabertura da instrução probatória, assegurada a produção da prova pericial solicitada pela ora recorrente. Confirmo, ainda, a decisão proferida em sede de tutela de urgência (fls. 3.042/3.044), restando prejudicado o exame do agravo interno de fls. 3.062/3.200." Em 21 de setembro de 2023, a ARTESP e Estado opuseram embargos de declaração requerendo o desprovisionamento do recurso especial. Em 29 de fevereiro de 2024 – foi publicada a decisão da 1ª Turma no julgamento dos Embargos de Declaração: "ANTE O EXPOSTO, rejeitam-se os embargos de declaração." Em 12 de março de 2024 – o Estado e a ARTESP interuseram junto ao STJ pedido de Embargos de Divergência. Em 30 de outubro de 2024 – Decisão Monocrática: Não conheceu dos embargos de divergência. Em 16 de novembro de 2024 – o Estado e a ARTESP interuseram Agravo Interno junto ao STJ. Em 21 de março de 2025 – Negado provimento ao agravo interno. Em 22 de maio de 2025 – transitado em julgado. Em 01 de julho de 2025 – processo retornado à Vara de origem para realização da prova pericial, com nomeação e intimação de perito para apresentar estimativa de honorários. **14. Patrimônio líquido – a) Capital social:** O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 37.300, dividido em 24.867.910 ações preferenciais e 12.432.090 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A Administração encerrou suas atividades operacionais às 23h59 de 03/03/2025, em razão do término do prazo previsto no contrato de concessão rodoviária. Em decorrência, não houve aumento do capital social da Companhia em 2025, sendo esta a última atualização disponível sobre o tema. **b) Reserva legal:** A Companhia constituiu reserva legal nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. No exercício de 2025, em decorrência da descontinuidade de suas operações e da apuração de prejuízos acumulados, a totalidade da reserva legal foi utilizada para absorção de prejuízos, conforme permitido pelo § 2º do referido artigo. Em razão da inexistência de lucros no período, não houve constituição adicional de reserva legal no exercício. **c) Dividendos propostos:** Em Assembleias Gerais Ordinárias/Extraordinárias, considerando a apuração de prejuízo no exercício, não houve deliberação para distribuição de dividendos, não sendo efetuado qualquer pagamento aos acionistas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **d) Reserva de lucros:** Não houve constituição de reserva de lucros no exercício, em razão da apuração de prejuízo, inexistindo saldo a ser destinado a plano de investimentos ou a qualquer outra finalidade. Em 31 de dezembro de 2025 foi zerado o saldo de reservas de lucros para absorção do prejuízo (em 31 de dezembro de 2024 o montante era de R\$ 156)

	2025	2024
Pedágio em numerário	2.723	20.452
Pedágio por equipamentos eletrônicos	19.073	107.854
Pedágio em cupons	5	656
Receitas acessórias (a)	860	3.157
Deduções	(2.049)	(12.029)
	20.612	120.090

15. Receita proveniente de cobranças pela utilização da faixa de domínio por empresas autorizadas.

	2025	2024
a) Gastos por natureza	Despesas	Despesas
	Custos dos serviços prestados	Custos dos serviços prestados
	administrativas e gerais	administrativas e gerais
	Total	Total
Pessoal	(10.620)	(5.851)
Serviços de terceiros	(4.085)	(1.855)
Materiais/equipamentos/veículos	(2.518)	(453)
Poder concedente (a)	(333)	(633)
Depreciação e amortização (b)	(6.304)	(13)
Provisão para contingências	(1.295)	(191)
Outros	(1.295)	(191)
	(25.155)	(11.960)
	(37.115)	(68.079)
	(14.662)	(82.741)

(a) Valor de parcelas variáveis ao poder concedente, conforme obrigação contratual; (b) A amortização do ativo intangível relacionado na coluna de custos dos serviços prestados ocorrerá de forma linear, em 2025 foi baixado todo o valor do intangível ao ser repassado, conforme contrato com poder concedente.

17. Resultado financeiro	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.668	2.643
Descontos obtidos	38	12
Juros ativos	7	44
Outras Receitas Financeiras	3	–
	1.716	2.699
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	–	(9)
Tributos (a)	–	(159)
Juros passivos	–	(451)
	(619)	(876)
	1.097	1.823

Resultado financeiro líquido
Os tributos referem-se à PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e IOF sobre financiamento. **18. Cobertura de seguros** – A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Companhia encerrou suas atividades às 23h59 do dia 3 de março de 2025, em razão do término da vigência do Contrato



CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

CNPJ nº 02.380.162/0001-28



... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares Reais)

19. Compromissos vinculados ao contrato de concessão – Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão: A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada). **Compromissos relativos às concessões:** Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia, até 31 de dezembro de 2025 estava cumprindo todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram submetidos à análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato. Quanto aos custos de regularização, no montante de R\$ 17.210 o posicionamento da Administração é pela não constituição de provisão neste momento. Isso porque, em primeiro lugar, as discussões relativas às pendências da devolução ainda se encontram em aberto, sendo passíveis de solução na esfera administrativa. A TEBE vem realizando reuniões mensais com o Poder Concedente, com o objetivo de equacionar tais pendências, havendo expectativa de acolhimento das questões de natureza técnica, o que poderá resultar na redução substancial ou até mesmo na eliminação do saldo atualmente estimado. Ressalte-se, inclusive, que o valor inicialmente apurado era de R\$ 40.000. Ademais, a TEBE possui ativo decorrente de desequilíbrios contratuais já reconhecidos e deliberados pelo Estado em seu favor, cujo saldo é superior ao montante estimado dos custos de regularização. Assim, eventual obrigação poderá ser compensada no correspondente encontro de contas, se aplicável. Outrossim, os custos de regularização constituem mera estimativa, elaborada exclusivamente para fins de precificação das pendências, em atendimento à Portaria ARTESP nº 54, não se configurando, neste momento, como obrigação presente, certa e exigível. Por fim, destaca-se que o valor envolvido é expressivo, e os acionistas não se mostram confortáveis com a constituição de provisão nas circunstâncias atuais.

20. Instrumentos financeiros – Gerenciamento dos riscos financeiros: Visão geral: A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de taxa de juros. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. **Estrutura de gerenciamento de risco:** A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento reportam regularmente a Administração sobre suas atividades.

Riscos de crédito: Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir. De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir: **Gestão de risco de capital:** A Administração da Companhia gerencia seus recursos no decorrer do processo de liquidação para assegurar e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro. Periodicamente a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora temporariamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e no processo em curso de liquidação das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas. **Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado:** Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que se segue: • **Empréstimos e financiamentos:** são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas; • **Contas a receber e fornecedores:** possuem prazo médio de 30 dias; • **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas:** estão substancialmente indexados ao CDI. Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente, quando aplicável. A Companhia não mantém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente:

	2025	2024
Ativos	Custo amortizado	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	2	3.338
Aplicações financeiras	3.833	17.121
Contas a receber	–	7.254
Passivos	2025	2024
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Credores pela concessão	94	1.932
	–	156

a) Exposição a riscos cambiais: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. **b) Exposição a riscos de taxas de juros:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresentava saldo de passivo sujeitos a riscos normais de mercado. **c) Risco de crédito:** Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava valores a receber, registrados na rubrica "Contas a receber":

	2025	2024
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A.	–	4.715
Move+ Meios de Pagamento Ltda.	–	212
ALELO – Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBMP S.A.	–	771
Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	–	10
Greenpass	–	580
Cartões Cielo Crédito	–	634
Cartões Cielo Débito	–	180
Outras contas a receber	–	3
	149	7.254
	–	–

d) Risco de liquidez: A Companhia possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

21. Variações nos ativos e passivos operacionais – As variações nos ativos e passivos operacionais apresentadas na Demonstração dos Fluxos de Caixa refletem as movimentações ocorridas no período, correspondendo à diferença entre os saldos iniciais e finais das respectivas contas patrimoniais, ajustadas, quando aplicável, por itens que não impactaram o caixa. Tais variações estão diretamente relacionadas ao ciclo operacional da Companhia.

22. Eventos subsequentes – A Administração avaliou os eventos ocorridos entre 31 de dezembro de 2025 e a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, 28 de abril de 2026, e concluiu que não ocorreram eventos subsequentes que demandassem ajustes ou divulgações adicionais, nos termos do CPC 24 – Evento Subsequente.

HENRIQUE BORGES DA CUNHA
Diretor Presidente

LUIZ ANTÔNIO BRIGHENTI
Contador – CRC 1SP 326.015/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos: Acionistas e Administradores da
Concessionária de Rodovias Tebe S.A.
Bebedouro-SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da **Concessionária de Rodovias Tebe S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Concessionária de Rodovias Tebe S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** A Companhia não reconheceu a provisão relativa às obrigações decorrentes da devolução da concessão rodoviária. Conforme divulgado pela Administração, existem tratativas em andamento junto ao Poder Concedente, inclusive com manifestações sobre os valores estimados para a liquidação dessas obrigações. Contudo, com base nas evidências obtidas em nossos trabalhos, entendemos que tais obrigações atendem aos critérios de reconhecimento de passivo estabelecidos pelo CPC 25 (IAS 37). Caso essa provisão tivesse sido reconhecida, o passivo circulante e/ou não circulante da Companhia seria acrescido em aproximadamente R\$ 17.210 mil, com redução equivalente no patrimônio líquido e no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, antes dos efeitos tributários. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfases: Base de preparação das demonstrações financeiras – Continuidade:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve o encerramento das atividades operacionais da Companhia em 03 de março de 2025, decorrente do término do contrato de concessão rodoviária. Após essa data, a Companhia permanece em funcionamento com o objetivo de concluir obrigações contratuais remanescentes junto ao Poder Concedente e acompanhar processos administrativos e judiciais relaciona-

dos à devolução da concessão e pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro. Consequentemente, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no valor líquido de realização de seus ativos e de liquidação de seus passivos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Transações com partes relacionadas:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 7 às demonstrações financeiras, que descreve a existência de saldos com partes relacionadas, oriundos de operações de financeiras cujos resultados financeiros poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Outros assuntos:** **Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 27 de fevereiro de 2025 sem ressalva sobre essas demonstrações financeiras. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada

por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



Belo Horizonte, 28 de abril de 2026.

RSM Brasil Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2S 030.001/O-0 "S" MG

Leonardo Coelho de Almeida Mendes
Contador
CRC MG 94.028/O-3 "S" MG

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



NSTech IP Instituição de Pagamento S.A.												
CNPJ/MF nº 01.648.418/0001-72												
Relatório da Administração												
Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da NSTech IP Instituição de Pagamento S.A., acompanhadas das notas explicativas, correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025. O lucro líquido do semestre findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 6.312 mil. Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento à disposição da Resolução número 198/2022, publicada pelo Banco												
Central do Brasil – BACEN, NSTech IP Instituição de Pagamento S.A. mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital. A NSTech IP é uma instituição de pagamento eletrônica de frete, reconhecida por sua atuação estratégica e inovadora na tecnologia e soluções inteligentes. Com foco em desenvolvimento, integração e gestão de tecnologias voltadas para eficiência operacional e segurança, integra plataformas especializadas em soluções digitais												
para logística. Nosso compromisso é impulsionar a transformação digital de nossos clientes, oferecendo soluções robustas, escaláveis e personalizadas, com base em dados, inteligência artificial e automação. Com uma equipe altamente capacitada e uma estrutura moderna, se destaca pela capacidade de entregar resultados concretos e sustentáveis, contribuindo para a competitividade e evolução de seus parceiros no mercado. A Diretoria												
Demonstrações Financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)												
Balanço Patrimonial												
Ativo	NE	31/12/25	31/12/24	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido								
Circulante		84.164	58.660	Capital Subscrito	38.496	Reserva Legal	291	Reservas de Lucros	519	Lucro ou (Prejuízos)	Acumulados	Total
Disponibilidades	4	5.362	25.512	Saldos no fim do semestre em 30/06/25						(27.001)		12.305
Instrumentos Financeiros		71.348	27.610	Lucro líquido do semestre						6.312		6.312
Mensurados ao custo amortizado		–	–	Saldos no fim do semestre em 31/12/25	38.496	291	519			(20.689)		18.617
Aplicação interfinanceira de liquidez	4	25.485	4.436	Mutações do Semestre:						6.312		6.312
Títulos e valores mobiliários	5	34.352	10.682	Saldos no início do exercício em 01/01/24	22.146	291	519			(34.427)		(11.471)
Rendas a receber	6	11.511	12.492	Aumento de capital	16.350	–	–			–		16.350
Outros Ativos		7.454	5.538	(Prejuízo) do exercício	–	–	–			(37)		(37)
Outros créditos – diversos		6.335	3.867	Saldos no fim do exercício em 31/12/24	38.496	291	519			(34.464)		4.842
Outros valores e bens		–	35	Mutações do Exercício:	16.350	–	–			(37)		16.313
Despesas antecipadas		217	829	Saldos no início do exercício em 01/01/25	38.496	291	519			(34.464)		4.842
Outros ativos fiscais		902	807	Lucro líquido do exercício	–	–	–			13.775		13.775
Não Circulante		4.978	4.367	Saldos no fim do exercício em 31/12/25	38.496	291	519			(20.689)		18.617
Investimentos		130	111	Mutações do Exercício:	–	–	–			13.775		13.775
Outros investimentos		130	111	Demonstração do Resultado								
Imobilizado de Uso	7	217	320	NE 2º-SEM-25	2025	2024	Demonstração do Resultado Abrangente					
Outras imobilizações de uso		1.188	1.186	Receitas de Intermediação Financeira	4.049	6.480	2.671	Resultado Líquido do Semestre	6.312	13.775	(37)	
(Depreciações acumuladas)		(971)	(866)	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	11	4.049	6.480	Resultado Abrangente	–	–	–	
Intangível	7	4.631	3.936	Despesas da Intermediação Financeira	(785)	(801)	(753)	Ajustes que serão transferidos para resultados:				
Ativos Intangíveis		5.900	4.326	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(785)	(801)	Resultado Abrangente Total	6.312	13.775	(37)	
(Redução ao valor de recuperação do intangível)		–	(390)	Resultado Bruto da Intermediação Financeira	3.264	5.679	1.918	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)				
(Amortização acumulada)		–	(1.269)	Outras Receitas/Despesas Operacionais	5.236	10.871	(1.735)	2º-SEM-25	31/12/25	31/12/24		
Total do Ativo		89.142	63.027	Receitas de prestação de serviços	12	11.371	21.818	Fluxos de caixa das atividades operacionais	6.312	13.775	(37)	
Passivo	NE	31/12/25	31/12/24	Despesas de pessoal	13	(1.725)	(5.113)	Lucro líquido do semestre				
Circulante		70.416	58.185	Outras despesas administrativas	14	(2.429)	(4.663)	Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	433	984	139	
Instrumentos Financeiros		15.982	–	Despesas tributárias	15	(1.861)	(3.316)	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	785	801	753	
Mensurados ao custo amortizado		–	–	Despesas de participação em coligadas e controladas		–	–	Provisão de impostos no resultado	2.065	2.815	–	
Depósitos	8	15.982	–	Despesas com provisões		–	–		9.595	18.375	855	
Outros Passivos		54.434	58.185	Provisão (reversão) de provisões operacionais		–	–	Variação de Ativos e Passivos	(26.306)	(15.881)	8.708	
Fiscais e previdenciárias		1.743	1.480	Outras receitas operacionais	16	614	9.739	(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(25.722)	(23.670)	9.445	
Diversas	9	52.691	57.605	Outras despesas operacionais	17	(734)	(7.594)	(Aumento) redução em rendas a receber	1.863	981	(1.470)	
Não Circulante		109	–	Resultado Operacional	8.500	16.550	183	(Aumento) redução em outros ativos	(762)	(2.160)	(255)	
Provisões		109	–	Resultado Não Operacional	2	269	112	Aumento (redução) em instrumentos financeiros – passivo	(2.463)	15.982	–	
Diversas – Passivos contingentes	9	109	–	Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	8.502	16.819	295	Aumento (redução) em outros passivos	2.687	(4.790)	988	
Patrimônio Líquido		18.617	4.842	Imposto de Renda e Contribuição Social	18	(2.065)	(2.815)	Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.909)	(2.224)	–	
Capital:		38.496	38.496	Provisão para imposto de renda		(1.506)	(2.052)	Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(16.711)	2.494	9.563	
De Domiciliados no país	10	38.496	38.496	Provisão para contribuição Social		(559)	(763)	Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Reservas de lucros		810	810	Participações Estatutárias no Lucro		(125)	(229)	Inversões em:				
(Prejuízos acumulados)		(20.689)	(34.464)	Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre/exercício		6.312	13.775	Investimentos	(13)	(19)	(64)	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		89.142	63.027	Nº de ações:		1.888.816	1.888.816	Imobilizado de uso	(1.486)	(1.574)	(1.768)	
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Semestre e Exercício												
1. Contexto Operacional – A NSTech IP Instituição de Pagamento S.A. (Instituição), é uma instituição privada, regulamentada no CNPJ/MF 01.648.418/0001-72, constituída em 23 de dezembro de 1996, sob a forma de sociedade anônima, com sede na Av. Coronel Marcos Konder, nº 1.207 – sala 165, Centro – Itajaí/SC, e é controlada pela–NSTech FS Ltda., pertencente ao grupo NSTech, liderado pela NSTech S.A. A Instituição tem como objeto social: (i) da atividade de instituição de pagamento, que: a) converte moeda física ou escritural em moeda eletrônica ou vice-versa; b) executa ou facilita a instrução de pagamento relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive transferência originada de ou destinada a conta de pagamento; c) emite instrumento de pagamento pré-pago e pós-pago; d) gere conta de pagamento pré-pago e pós-pago; e, presta serviços na administração de banco de dados; e f) presta serviços em outras atividades relacionadas à prestação de serviço de pagamento; (ii) da atividade de credenciamento, que: a) habilita recebedores para a aceitação de instrumento de pagamento emitido por instituição de pagamento ou por instituição financeira participante de um mesmo arranjo de pagamento; e b) participa do processo de liquidação das transações de pagamento como credor perante o emissor, de acordo com as regras do arranjo de pagamento; e (iii) de outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente. 2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Instituição conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 30 de janeiro de 2026. a) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Instituição, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo. b) Uso de estimativas contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justos dos ativos e passivos financeiros, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. c) Adoção de novas normas: Resolução CMN nº 4.966/2021, BCB nº 352/2023 e correlatas (Hedge Accounting e Renegociação e Reestruturação): Os principais impactos (antes dos efeitos fiscais) da adoção inicial desta Resolução e correlatas foram: 1. Efeitos da alteração de categorias – refletem os impactos da remensuração decorrentes de reclassificação entre as categorias, conforme art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023. Em 1º de janeiro de 2025, não houve impactos decorrentes da alteração de categoria dos instrumentos financeiros. 2. Efeitos da adoção do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (art. 40 das Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023). I – A probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, considerando o prazo esperado do instrumento financeiro, bem como a situação econômica corrente e previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento, durante o seu prazo esperado, inclusive em virtude da existência de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento financeiro; II – A expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando os custos de recuperação do instrumento, as características de eventuais garantias ou colaterais, tais como modalidade, liquidez e valor presente provável de realização, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares, dentre outros. III – Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de créditos para os ativos financeiros inadimplidos, conforme art. 76 da Resolução BCB nº 352/2023, aplicando-se os percentuais definidos no Anexo I desta Resolução, observando o período de atraso. 3. Quanto aos aspectos fiscais relacionados à aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, a Lei nº 14.467/2022 (com as alterações da Lei nº 15.078/2024) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Bacen. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplimento. A partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidos fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por fazer as deduções à razão de 1/120 ao mês. Os efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários e passivos fiscais diferidos. Renegociação e Reestruturação: Os requisitos estabelecem que para apuração do valor contábil dos saldos de operações de reestruturação de ativos financeiros, o mesmo deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento, conforme as condições contratuais renegociadas. Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. A Instituição optou por aderir a facilidade e apresenta os saldos reestruturados conforme as condições renegociadas. 3. Principais Práticas Contábeis – As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeiras, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. b) Instrumentos financeiros: Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Os instrumentos financeiros da Instituição estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pelas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, e são classificados na categoria de títulos ao Custo Amortizado, Valor Justo no Resultado e Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, em acordo com os modelos de negócio estabelecidos (Coletar fluxos de caixa contratuais; Coletar fluxos de caixa contratuais e vender, e outros), e no resultado do teste de SPPI, para observação se os fluxos de caixa futuros contratuaismente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal. Principais impactos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas: A adoção da referida normativa foi aplicada prospectivamente e as diferenças nos valores												
contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua adoção inicial foram reconhecidas em conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais. Adoção do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (art.40 das Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023). Não ocorreram efeitos decorrentes da adoção inicial do modelo para perdas associadas ao risco de crédito. (I) Avaliação do modelo de negócios: De acordo com a CMN nº 4.966/21, a classificação dos instrumentos financeiros depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: • Obter fluxos de caixa contratuais; • Obter fluxos de caixa contratuais e negociação; ou • Outros. Para avaliar os modelos de negócios, a Instituição considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. (II) Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamento de principal e dos juros (“SPPI teste”): Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios para obter fluxos de caixa contratuais ou obter fluxo de caixa contratuais e venda é necessário realizar o SPPI teste. Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contra-prestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. (III) Custo amortizado: Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. (IV) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados abrangentes (“VJORA”): Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituidos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. São registrados nessa categoria, os instrumentos que atendam cumulativamente as seguintes critérios: • O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e • Os fluxos de caixa futuros contratuamente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas, caso existentes, são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. (V) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (“VJR”): Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores. (VI) Passivo Financeiro: Conforme previsto no Artigo 9º da Resolução CMN nº 4.966/21, a Instituição deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como “valor justo por meio do resultado” ou designado como tal, como abaixo: • Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; • Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; • Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa; • Garantia financeira: maior entre provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica; • Contratos híbridos. (VII) Taxa de Juros Efetiva (“TJE”): É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. Para o cálculo da taxa efetiva de juros são considerados as receitas e custos de originação vinculados aos instrumentos operacionalizados, apropriados linearmente, conforme suas vigências. Ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros. (VIII) Provisão para perdas esperadas: Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas esperadas, devem ser consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução BCB nº 352/23, art. 76, para operações editadas e inadimplidas. Adicionalmente, a reavaliação da provisão para perdas esperadas de metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais. A provisão para perdas esperadas, deve respeitar os mínimos dispostos pelo normativo, que estabelece que os instrumentos financeiros devem ser classificados em carteiras de C1 a C5 – de acordo com as características da operação de crédito e garantias prestada, conforme estabelecido no artigo 81 da Resolução BCB nº 352/2023 – considerando o aumento significativo do risco de crédito. Conforme a Resolução CMN nº 4.966/21, são consideradas as expectativas de eventos futuros e condições econômicas, além de evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos. Isso ocorre como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, os quais impactam negativamente os fluxos de caixa futuros previstos do ativo, podendo ser estimados de forma confiável. A Resolução CMN nº 4.966/21, define que as operações devem ser classificadas nos estágios 1, 2 e 3, sendo a métrica de alocação em cada estágio seguindo: Estágio 1: Operações em curso normal – quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos. Estágio 2: Operações com aumento significativo no risco de crédito. Aplicável quando há atraso superior a 30 dias no pagamento, ou instrumento com aumento de risco baseado na comparação da PD inicial e a PD corrente, conforme a Resolução CMN nº 4.966/21. Estágio 3: Operações com atraso superior a 90 dias ou classificadas como ativo problemático, conforme indicadores qualitativos de deterioração na qualidade de crédito, como reestruturação ou processo de recuperação judicial. (IX) Definição de Ativo Problemático e Stop Accrual: A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida resolução, no Artigo 17, proíbe o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como Stop Accrual. Ao atingir o Estágio 3, o reconhecimento de juros é interrompido. (X) Perímetro de Aplicação: O modelo de perda esperada de Ativos Financeiros estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21 tem escopo de aplicação mais abrangente comparado com modelo anteriormente utilizado, o qual aplicava-se aos Ativos Financeiros classificados nas categorias “custo amortizado”, sobre os instrumentos de dívida classificados na categoria “valor justo através de outros resultados abrangentes”, bem como riscos e compromissos contingentes. (XI) Metodologia de estimativa de perda esperada: O modelo de perda de crédito esperada está baseado na constituição de cenários de perda considerando as características dos produtos e seus estágios para os índices de PD (Probabi-												
Disponibilidades em caixa												
Depósitos bancários												
Total de disponibilidades												
Aplicações interfinanceiras de liquidez – operações compromissadas												
Total												
Observa-se, no exercício de 2025, uma realocação relevante da posição de caixa, com maior concentração em aplicações interfinanceiras de liquidez, em linha com a estratégia da Companhia de otimizar a gestão de tesouraria e maximizar o retorno sobre recursos disponíveis (float), sem comprometer a liquidez necessária às operações. Esse movimento contribuiu para o												
continua ...												

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.

CNPJ/MF nº 08.145.855/0001-12

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos Patrimoniais

Controladora

Consolidado

31/12/2025

31/12/2024

31/12/2025

31/12/2024

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

8.232

6.935

22.132

26.061

Contas a receber de clientes

-

-

23.976

54.830

Imóveis a comercializar

1.727

1.794

86.570

96.488

Partes relacionadas

1.337

1.337

31.688

6.253

Impostos e contribuições a recuperar

2.194

3.697

2.473

4.442

Outras contas a receber

164

264

1.245

1.717

Total do ativo circulante

13.654

14.027

168.084

189.791

Ativo não circulante

Contas a receber de clientes

-

-

46.251

57.499

Imóveis a comercializar

21.226

13.814

564.365

416.357

Partes relacionadas

674

521

674

521

Depósitos judiciais

-

547

3.642

15.100

Investimentos

816.666

641.554

122.752

79.077

Direito de uso de ativos

320

1.389

320

1.389

Intangível

553

553

553

553

Imobilizado

6

7

6

7

Total do ativo não circulante

839.445

658.385

738.563

570.503

Total do ativo

853.099

672.412

906.647

760.294

Controladora

Consolidado

31/12/2025

31/12/2024

31/12/2025

31/12/2024

Passivo circulante

Empréstimos e financiamentos

16.407

26.077

16.407

26.077

Passivo de arrendamento

237

684

237

684

Fornecedores

59

2.940

5.331

6.196

Obrigações pela compra de terrenos

-

-

887

10.439

Impostos e contribuições a recolher

30

340

1.135

1.633

Provisão para distrato

-

-

4.011

6.301

Salários e encargos a pagar

3.914

3.839

3.914

3.932

Outras contas a pagar

293

5.423

8.683

24.647

Total do passivo circulante

20.940

39.303

40.605

79.909

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

12.918

20.936

12.918

20.936

Passivo de arrendamento

137

853

137

853

Partes relacionadas

5.459

298

5.459

1.495

Provisão para contingências

3.462

1.778

15.562

17.726

Provisão para perdas em investi-

19.700

9.041

1.517

217

mentos

-

-

539

4.053

Provisão para garantia

-

-

38.490

26.425

Obrigações pela compra de terrenos

7.359

-

-

137

Outras contas a pagar

-

-

-

-

Total do passivo não

49.035

32.906

74.622

71.842

circulante

Patrimônio líquido

Capital social

1.329.099

1.081.090

1.329.099

1.081.090

Adiantamento futuro aumento

-

44.202

-

44.202

capital

(545.975)

(525.089)

(545.975)

(525.089)

Prejuízos acumulados

783.124

600.203

783.124

600.203

Patrimônio líquido atribuível a

-

-

8.296

8.340

acionistas controladores

783.124

600.203

791.420

608.543

Patrimônio líquido atribuível a

-

-

-

-

acionistas não controladores

853.099

672.412

906.647

760.294

Total do patrimônio líquido

Total do passivo e

patrimônio líquido

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Capital Social

Adiantamento para futuro

Lucros (Prejuízos) acu-

Participação de

Social

aumento de capital

mula-dos

não controladores

Total

Total

Saldos em 31 de dezembro de 2023

915.428

33.357

(490.095)

458.690

2.379

461.069

Prejuízo do exercício

-

-

(34.994)

(627)

-

(35.621)

Redução de capital social

(9.681)

-

-

(9.681)

-

(9.681)

Adiantamento para futuro aumento de capital

-

10.845

-

10.845

-

10.845

Aumento de capital social

175.343

-

-

175.343

-

175.343

Outras transações com acionistas não controladores

-

-

-

-

6.588

6.588

Saldos em 31 de dezembro de 2024

1.081.090

44.202

(525.089)

600.203

8.340

608.543

Prejuízo do exercício

-

-

(20.886)

(20.886)

44

(20.842)

Integralização de capital

44.202

(44.202)

-

-

-

-

Aumento de capital social

203.807

-

-

203.807

-

203.807

Outras transações com acionistas não controladores

-

-

-

-

(88)

(88)

Saldos em 31 de dezembro de 2025

1.329.099

-

(545.975)

783.124

8.296

791.420

Demonstrações dos Resultados

Controladora

Consolidado

31/12/2025

31/12/2024

31/12/2025

31/12/2024

Receita operacional líquida

2.194

4.425

59.636

37.689

Custo dos imóveis vendidos e

-

-

(27.834)

(25.661)

serviços prestados

2.194

4.425

31.802

12.028

Lucro bruto

-

-

(27.834)

(25.661)

Recargas e despesas operacionais

(236)

(203)

(16.081)

(3.152)

Com vendas

(21.016)

(15.229)

(21.957)

(12.235)

Gerais e administrativas

(7.064)

18.393

(10.307)

3.620

Resultado de equivalência

10.096

(36.508)

11.238

(34.894)

patrimonial

(18.220)

(33.547)

(37.107)

(46.661)

Outras receitas (despesas) opera-

(16.026)

(29.122)

(5.305)

(34.633)

cionais, líquidas

Prejuízo operacional

1.211

786

7.152

8.296

Resultado financeiro

(6.071)

(6.658)

(20.398)

(6.922)

Receitas financeiras

(4.860)

(5.872)

(13.246)

1.374

Despesas financeiras

Prejuízo antes da provisão para o

(20.886)

(34.994)

(18.551)

(33.259)

imposto de renda e contribuição

-

-

(2.291)

(2.362)

social

(20.886)

(34.994)

(20.842)

(35.621)

Prejuízo do exercício

Atribuível aos:

-

-

(20.886)

(34.994)

Acionistas controladores

44

(627)

(20.886)

(34.994)

Participações de não controladores

(20.842)

(35.621)

(20.842)

(35.621)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Controladora

Consolidado

31/12/2025

31/12/2024

31/12/2025

31/12/2024

Prejuízo do exercício

(20.886)

(34.994)

(20.842)

(35.621)

Outros resultados abrangentes

(20.886)

(34.994)

(20.842)

(35.621)

Resultado abrangente do exercício

-

-

(20.886)

(34.994)

Atribuível aos:

-

-

(20.886)

(34.994)

Acionistas controladores

44

(627)

(20.886)

(34.994)

Participações de não controladores

(20.842)

(35.621)

(20.842)

(35.621)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Controladora

Consolidado

31/12/2025

31/12/2024

31/12/2025

31/12/2024

Prejuízo antes do imposto de

(20.886)

(34.994)

(18.551)

(33.258)

renda e contribuição social

400

317

400

342

Depreciação e amortização

7.064

(18.393)

10.307

(3.620)

Equivalência patrimonial

(8.836)

36.739

(8.587)

37.574

Ganho e perda de investimentos

-

-

-

-

Constituição (reversão) provisão

-

-

-

-

para ajuste a valor presente

-

-

-

-

Constituição (reversão) provisão

-

-

-

-

para garantia

-

-

-

-

Constituição (reversão) provisão

1.684

(437)

(2.163)

(5.744)

para contingências

-

-

-

-

Constituição (reversão) provisão

-

-

-

-

para distrato

-

-

-

-

Constituição (reversão) provisão de

-

-

-

-

perdas estimadas

-

-

-

-

Constituição (reversão) provisão

-

-

-

-

custo ou mercado imóveis a

-

-

-

-

comercializar

-

-

63

(3.239)

Constituição (reversão) de provisão

5.676

6.372

5.676

6.372

de juros

(Aumento) redução nos ativos

-

56

39.543

19.622

operacionais

(7.345)

-

(138.154)

(142.578)

Contas a receber de clientes

549

45

11.458

(1.016)

Imóveis a comercializar

1.504

(265)

1.969

(2.658)

Depósitos judiciais

100

2.651

472

5.466

Impostos a recuperar

(153)

-

(25.588)

(2.875)

Outras contas a receber

7.359

-

2.513

(2.797)

Partes relacionadas a receber

(8.247)

4.299

(19.773)

(2.535)

Obrigações pela compra de terrenos

5.159

(80.428)

3.963

(41.455)

Fornecedores e outras contas a pagar

(15.972)

(84.038)

(139.697)

(183.900)

Partes relacionadas a pagar

(4.662)

(4.654)

(4.662)

(4.654)

Caixa consumido nas operações

Juros pagos

-

-

-

-

Caixa líquido consumido nas

(20.634)

(88.692)

(144.359)

(188.554)

atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de

-

56

39.543

19.622

investimento

(7.345)

-

(138.154)

(142.578)

Aquisição do imobilizado e intangível

-

(553)

-

(553)

Imóveis a comercializar

-

(65.198)

-

-

Aquisição de investimentos

(52.422)

(20.047)

(26.422)

553

Compra de participação em investidas

-

-

-

20.047

Adição caixa combinação negócios

-

-

-

404

Redução de investimento

Adiantamento para futuro aumento

(110.259)

-

(17.674)

(8.461)

de capital e redução de controladas

-

-

(87)

6.588

Outros investimentos

-

-

-

-

Caixa e equivalentes de caixa

-

-

-

-

aplicado nas atividades

(162.682)

(85.798)

(44.183)

18.577

de investimento

Fluxo de caixa das atividades de

203.807

175.343

203.807

175.343

financiamento

-

10.845

-

10.845

Aumento de capital social

-

10.845

-

10.845

Integralização de capital

-

-

-

-

Captação de empréstimos e

-

13.000

-

13.000

financiamentos

Pagamento de principal de

(18.670)

(23.453)

(18.670)

(23.453)

empréstimos e financiamentos

(524)

(498)

(524)

(498)

Pagamento de arrendamentos

-

-

-

-

Caixa e equivalentes de caixa

-

-

-

-

gerados pelas atividades

184.613

175.237

184.613

175.237

de financiamento

Aumento (redução) líquido(a) do

1.297

747

(3.929)

5.260

caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa

6.935

6.188

26.061

20.801

No início do exercício

8.232

6.935

22.132

26.061

Aumento (redução) líquido(a) do

1.297

747

(3.929)

5.260

caixa e equivalentes de caixa

Coligadas

31/12/2025

31/12/2024

31/12/2025

31/12/2024

Casas Arbores

50,00%

0,00%

Casas Arbores Gleba A1

50,00%

0,00%

3Z São José Empreendimentos Imobiliários Ltda.

50,00%

0,00%

3Z Andrade Empreendimentos Imobiliários Ltda.

50,00%

50,00%

Sainte Anne Empreendimentos Imobiliários Ltda.

50,00%

50,00%

Ferreira De Araujo Imobiliário SPE Ltda.

25,00%

25,00%

Roberto Marinho Empreendimento Ltda.

60,00%

60,00%

Reserva das Araucárias Imobiliário

35,00%

35,00%

Nas demonstrações financeiras individuais, a controladas são contabilizadas pelo método

-

-

de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas

-

-

de acordo com os seguintes critérios: • Eliminação dos saldos de contas do ativo e passivo

-

-

entre as empresas consolidadas; • Eliminação dos investimentos e resultado da equivalên-

-

-

cia patrimonial nas empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa

-

-

investida; • Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas

-

-

consolidadas; e • Eliminação do lucro nos estoques e venda de ativo imobilizado, quando

-

-

aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas. a) Controladas: Controladas

-

-

são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o

-

-

controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno

-

-

variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir

-

-

nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente

-

-

consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consoli-

-

-

dação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os

-

-

investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência

-

-

patrimonial (MEP) desde a data que o controle é adquirido. As sociedades controladas, sob

-

-

controle compartilhado e coligadas, compartilham com a controladora as estruturas e os

-

-

custos corporativos, gerenciais e operacionais da Companhia ou do parceiro, conforme

-

-

cada situação. Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações

-

-

entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos

-

-

que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As

-

-

práticas contábeis e estimativas das controladas são consistentes com as práticas contábeis

-

-

e estimativa adotadas pela Companhia. Adicionalmente a controlada segue o mesmo

-

-

exercício social da Companhia, encerrado em 31 de dezembro de cada ano. b) Coligadas:

-

-

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa,

-

-

mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50%

-

-

dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de

-

-

equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. c)

-

-

Transações e participações de acionistas/quotistas não controladores: A Companhia trata

-

-

as transações com participações de quotistas não controladores, como transações com

-

-

proprietários de ativos de suas controladas. Para as compras de participações de acionis-

-

-

tas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela

-

-

adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio

-

-

líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de acionistas não con-

-

-

troladores também são registrados no patrimônio líquido. 3. Base de preparação,

-

-

mensuração e declaração de conformidade – As demonstrações financeiras individuais

-

-

e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas

-

-

contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), com base nos pronunciamentos, orientações e

-

-

interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"),

-

-

aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluem as normas, interpretações e

-

-

orientações emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis às entidades

-

-

de incorporação imobiliária no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade

-

-

(CFC). A Companhia, com base no § 6º, do artigo 177 da Lei no 6.404/76 está adotando o

-

-

ofício circular e, portanto, está observando integralmente as interpretações, orientações e

-

-

normas contábeis emitidas pela CVM para fins de elaboração de suas demonstrações

-

-

financeiras, com exceção à divulgação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVAs)

-

-

aplicável somente para as companhias abertas de acordo com a NBC TG 09 – Demonstra-

-

-

ções do Valor Adicionado. A Administração declara que todas as informações relevantes

-

-

continuam a ser divulgadas de acordo com a legislação em vigor.

-

-

... continuação

3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.

próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. **4. Uso de estimativas e julgamentos** – A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes são revisados continuamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue: **Julgamentos e estimativas relevantes:** a) *Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:* São utilizadas projeções de resultados preparadas pela Administração e aprovadas pelo Comitê Tributário, as quais contêm diversas premissas e julgamentos, objetivando mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros que sustentem a realização das bases tributáveis geradoras do imposto de renda e da contribuição social diferidos registrados nas demonstrações financeiras, quando aplicável. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos. b) *Redução dos valores de recuperação dos ativos:* A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis, imobilizado e direito de uso, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. c) *Provisão para perdas de crédito esperadas:* É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e suas controladas para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos vencidos e a vencer, considerando o conceito de perdas esperadas no pronunciamento técnico CPC 48. d) *Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas:* A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais como descrito na nota explicativa nº 21. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. e) *Provisão para distrato:* As provisões para distrato foram constituídas por deliberação da administração, conforme nota explicativa no 19, onde classifica os contratos em aberto há mais de 120 dias na carteira de inadimplentes. Do valor líquido recebido em caixa, por contrato, calcula-se um percentual do valor recebido da unidade distratada, ao cliente em questão, onde o percentual de devolução é avaliado trimestralmente, de acordo com a base histórica praticada pela Companhia conforme histórico de inadimplência do cliente individualmente e histórico da realização dos itens inadimplentes da carteira dos últimos 12 meses. f) *Provisão para garantia:* As provisões para garantia são calculadas utilizando o percentual de 0,5% sobre o valor das vendas de loteamento, considerando o período de 05 anos após a entrega da obra pela construtora, como descrito na Nota Explicativa no 22. O percentual utilizado foi calculado com base na prática adotada atualmente pelo mercado. g) *Provisão de custo ao mercado:* A provisão de custo ao mercado consiste quando o ativo está desvalorizado e seu valor contábil excede seu valor recuperável (venda). Sendo assim, o valor dos estoques deve ser registrado contabilmente pelo menor valor entre o custo e o preço de venda. O cálculo da provisão consiste em avaliar o valor médio de venda por unidade, considerando as dez últimas vendas do empreendimento em questão, com o valor de venda realizável, comparando com o saldo de imóveis a comercializar registrado em sistema, onde diante deste cenário, a provisão é constituída quando o saldo de imóveis a comercializar registrado na contabilidade é maior que o valor de venda realizável. Caso contrário, a provisão não é constituída. **5. Práticas contábeis materiais** – As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. a) *Caixa e equivalentes de caixa:* Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. b) *Aplicações financeiras:* As aplicações financeiras são compostas por fundos de investimentos com títulos lastreados em títulos privados e públicos, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Em razão da Companhia efetuar aplicação em fundos de investimento de característica multimercado com risco moderado, entende que estes podem sofrer mudança relevante de valor dada a cotação de tais títulos, por isso não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa. c) *Contas a receber de clientes:* Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando necessário. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para perdas de crédito esperadas, constituída com base em análise das contas a receber considerando o critério de perda esperada e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização. d) *Ajuste a valor presente de ativos e passivos:* Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros aplicável, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Diretoria, a Companhia registrou o ajuste a valor presente de seus ativos e passivos, se aplicável, principalmente dos saldos de contas a receber de clientes. e) *Imóveis a comercializar:* No período de construção os imóveis são avaliados ao custo de construção ou aquisição, ou valor de mercado, dos dois, o menor. O custo dos imóveis é formado por gastos com: aquisição de terrenos, materiais, mão de obra aplicada e gastos com incorporação, bem como juros decorrentes dos financiamentos para produção. A classificação do estoque de terrenos e construções em andamento entre curto e longo prazo é feita tendo como base a expectativa de lançamento do empreendimento. A Companhia adquire os terrenos para futuras incorporações, com condições de pagamento em moeda corrente, por meio da participação na receita do empreendimento ou por meio de permuta física, com o compromisso de entrega de unidades imobiliárias do empreendimento a ser desenvolvido nos respectivos terrenos ou em outros empreendimentos. A Companhia e suas investidas revisam anualmente o valor contábil dos imóveis a comercializar e terrenos para futuras incorporações, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar que seu valor realizável líquido é menor que o valor registrado. O critério dessa avaliação leva em consideração a expectativa de lançamento dos empreendimentos imobiliários, o fluxo de caixa projetado descontado e o valor de mercado dos imóveis. f) *Investimentos:* Os investimentos mantidos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são ajustadas, quando aplicável, às práticas contábeis da Companhia. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo e, posteriormente ajustados pelo reconhecimento da participação atribuído a Companhia nas alterações dos ativos líquidos das investidas, deduzidas de provisões para redução ao valor de recuperação, quando aplicável. g) *Imobilizado:* O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear e com base na vida útil estimada de cada bem:

Instalações	05
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	10
Móveis e utensílios	10

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. h) *Redução ao valor recuperável – “impairment”* No fim de cada exercício, a Administração da Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de estimar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior entre o valor justo (menos os custos na venda) ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos

impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. i) *Instrumentos financeiros – pronunciamento técnico CPC 48:* Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. *Classificação dos ativos e passivos financeiros:* Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros da Companhia mensurados pelo custo amortizado em 2025 e 2024 são contas a receber de clientes, outras contas a receber e partes relacionadas. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em 2025 e 2024 a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Em geral, todos os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros da Companhia mensurados pelo custo amortizado em 2025 e 2024 são fornecedores, empréstimos e financiamentos. *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”) sobre investimentos em instrumentos da dívida mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de arrendamento, valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como contratos de garantia financeira. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. A Companhia sempre reconhece a PCE durante a vida útil para contas a receber, ativos de contrato e valores a receber de arrendamento. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando a experiência de perda de crédito histórica da Companhia, ajustada com base em fatores específicos aos devedores, nas condições econômicas gerais e na avaliação das condições atuais e projetadas na data do relatório, incluindo o valor da moeda no tempo, quando aplicável. Para todos os outros instrumentos financeiros, a Companhia reconhece a PCE durante a vida útil quando há um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Porém, se o risco de crédito sobre o instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo mensura a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses. A PCE durante a vida útil representa as perdas de crédito esperadas decorrentes de qualquer evento de inadimplência possível durante a vida estimada de um instrumento financeiro. Por outro lado, a PCE do período de 12 meses representa a parcela da PCE durante a vida útil que deve resultar dos eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que sejam possíveis em um período de 12 meses após a data de relatório. *Baixa de ativos e passivos financeiros:* A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos. A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. A Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo. j) *Arrendamentos:* No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). *Como arrendatário:* No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação do ativo de direito de uso, em anos, é como segue:

	2025 e 2024	
Terenos	22	
Imóveis	3	
Equipamentos	1	
Como arrendatário:		
O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo. Segue abaixo taxas de desconto aplicadas:		
Contratos 2025	Contratos 2024	
13,72%	13,48%	
16,28%	14,03%	
15,30%	14,35%	
15,41%	14,49%	
15,44%	14,38%	
15,44%	14,38%	

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É mensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é mensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em “ativo imobilizado” e passivos de arrendamento em “empréstimos e financiamentos” no balanço patrimonial. k) *Provisões:* Reconhe-

cidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. A provisão para riscos trabalhistas, civis e tributários está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos. l) *Empréstimos e financiamentos:* Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 14. m) *Apuração e apropriação do resultado de incorporação e loteamento (Receita):* A receita é calculada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reduzida pelas devoluções de clientes, estornos e outros abatimentos semelhantes. A receita da venda de mercadorias é reconhecida quando todas as condições a seguir são atendidas: • A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade. • A Companhia não possui envolvimento administrativo contínuo no nível normalmente associado à propriedade ou controle efetivo sobre as propriedades vendidas. • Valor da receita puder ser confiavelmente mensurado. • For provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. • Os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser confiavelmente mensurados. O pronunciamento técnico traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio do controle substituiria o princípio de riscos e benefícios. Mais especificamente, em relação a operação de venda de incorporação e loteamento, o reconhecimento da receita acontece quando: • Nas vendas à vista/à prazo de unidade concluída: a receita é reconhecida no momento em que a venda é efetivada, independente do prazo de recebimento do valor contratual; são incluídas as atualizações monetárias em caso de vendas à prazo, líquida das parcelas já recebidas, já contabilizadas como contas a receber. • Nas vendas de unidades não concluídas, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, a Companhia adota o CPC 47 – “Receitas de Contratos com Clientes”/IFRS 15, contemplando também as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP no 02/2018, de 12 de dezembro de 2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída nas companhias abertas brasileiras do setor de incorporação imobiliária. As receitas de vendas de unidades não concluídas, quando aplicável, os custos de terrenos e de construção são apropriados ao resultado utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, conhecido como método POC (percentage of conclusion), sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido contratado em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos, incluindo os custos de projetos e terreno, e a receita é apurada multiplicando-se este percentual (POC) pelas vendas contratadas. Valores recebidos e superiores às receitas contabilizadas são registrados como adiantamento de clientes e os juros pré-fixados, incidentes após a entrega das chaves, são apropriados ao resultado observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento. *Orçamentos de obras:* Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia e de suas controladas de acordo com o método contábil utilizado. Os efeitos de tais revisões afetam o resultado prospectivamente. n) *Receitas financeiras e despesas financeiras:* As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento de depósito bancário de curto prazo, juros de duplicatas a receber, descontos obtidos, variação cambial, e outras receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos entre outras despesas financeiras. o) *Imposto de renda e contribuição social:* A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. *Impostos correntes:* A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais nacionais tributárias vigentes, pelo regime do lucro presumido, na data de apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro presumido, via regime de caixa. *Impostos diferidos:* Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada em cada data de balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. p) *IICPC 22/IFRIC 23 – “Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o Lucro”:* A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. **6. Adoção dos pronunciamentos novos ou revisados – 6.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2025:** A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. *Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:* Para os períodos anuais de reporte com início em, ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como a entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. *Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada. Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:* Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. *Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada. Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:* As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Empresa. **6.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** IFRS 18: *Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:* Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtópicos especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuídas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtópicos de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements – PFS) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada,

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Continuação

3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.									
Empresa	Participação % 12/2025	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Saldo em 31/12/2024	Constituição e aquisição	AFAC e Redução	Equivalência Patrimonial	Ganho e Perda	Saldo em 31/12/2025
Boulevard Viva Vista SPE Empreendimentos Imobiliarios Ltda	88,26%	55	—	49	—	—	—	—	49
3z Ipanema Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	99,95%	11.111	2	11.032	—	117	2	—	11.151
Viva Vista Esplanada SPE Empreendimentos Imobiliarios Ltda	98,74%	115	—	114	—	—	—	—	114
Viva Vista Bosque SPE Empreendimentos Imobiliarios Ltda	99,94%	1.257	(1)	1.227	—	31	(1)	—	1.257
Viva Vista Plaza SPE Empreendimentos Imobiliarios Ltda	99,50%	180	—	179	—	—	—	—	179
3z Pitangueiras Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	40.988	35	22.803	—	17.267	35	—	40.105
3z Urbanismo I Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	9.064	(1.272)	9.246	—	(2.456)	(1.272)	—	5.518
3z Corretora de Bens Imobiliarios Ltda.	99,90%	345	42	(42)	—	(143)	42	—	(143)
3z Tokyo Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	35.549	44	35.501	—	98	44	6	35.649
3z Genebra Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	26.914	4.690	20.121	—	(3.340)	4.690	—	21.471
3z Rio de janeiro Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	(7.092)	(2)	(7.090)	—	—	(2)	—	(7.092)
3z – Urb Loteamentos SPE Ltda	50,00%	(322)	(18)	63	—	(2)	(9)	—	52
3z Botafogo Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	32	(1)	33	—	—	(1)	—	32
3z Ouro Verde Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	122	(6)	98	—	46	(6)	—	138
3z Guanabara Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	36.391	77	26.395	—	16.109	77	—	42.581
3z Sao Francisco Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	93.670	(368)	82.338	—	14.870	(368)	—	96.840
3z Nova Campinas Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	42.035	21	26.904	—	25.239	21	—	52.164
3z Dom Pedro Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	4.513	20	1.163	—	3.330	20	—	4.513
3z Pinheiros Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	82.224	(1)	72.021	—	21.002	(1)	—	93.022
3z Holy Burj Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	2.842	(38)	2.628	—	252	(38)	—	2.842
3z Floripa I Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	1.540	(197)	1.428	—	449	(197)	—	1.680
3z Reboucas Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	100,00%	37.229	164	45.696	—	16.955	162	—	62.813
3z Galleria Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	100,00%	20.106	(14)	20.039	—	(477)	(14)	(2)	19.546
3z Kyoto Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	—	—	—	26.000	—	—	—	26.000
3z Osaka Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	—	—	—	—	—	—	—	—
Casas Arboais Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	50,00%	(2.601)	(2.599)	1	—	3.326	(1.298)	(1)	2.028
Casas Arboais Gleba A1 Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	50,00%	2	—	—	—	1	—	1	—
3z São Jose SPE Ltda	50,00%	4	2	—	52	—	1	—	53
3z Andrade Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50,00%	12.928	(4.462)	236	—	556	(2.231)	7.268	5.829
Saint Anne Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	50,00%	93.094	(13.036)	53.067	—	13.801	(6.518)	498	60.847
Ferreira de Araujo Imobiliario SPE Ltda.	25,00%	7.489	(11)	—	—	701	(3)	(1)	697
Roberto Marinho Empreendimento Ltda	60,00%	31.561	(393)	18.939	—	297	(236)	(45)	18.955
Reserva das Araucárias Imobiliario Ltda	35,00%	(684)	(63)	6.617	—	275	(22)	(275)	6.595
Lk Consolação III & 3z Realty Scp	—	—	—	26.370	—	—	—	—	26.370
		800.578	(18.641)	632.513	52.422	110.259	(7.064)	8.836	796.966
Investimentos				641.554					816.666
Provisão Para Perdas De Investimento				(9.041)					(19.700)
				632.513					796.966

ii. 31 de dezembro de 2024

Empresa	Participação % 12/2024	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Saldo em 31/12/2023	Constituição e aquisição	AFAC e Redução	Equivalência Patrimonial	Ganho e Perda	Saldo em 31/12/2024
3z Lambda Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	99,18%	3.922	(463)	2.247	—	(1.510)	(459)	—	278
3z Gama Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	99,73%	8.510	1.826	5.205	—	(2.830)	1.821	—	4.196
3z Espaço Jardins Empreendimentos Imobiliarios SPE I Ltda	99,80%	4.912	32	(2.125)	—	(2.401)	32	—	(4.494)
3z Santa Clara Empreendimentos Imobiliarios Ltda	91,25%	4.885	(312)	1.513	—	(721)	(285)	601	1.108
3z Beta Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	99,89%	22.761	(2.140)	25.226	—	(242)	(2.138)	1	22.847
3z Sigma Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	95,45%	1.345	84	262	—	(835)	80	—	(493)
3z Delta Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	91,43%	1.529	(188)	1.172	—	(203)	(172)	(129)	668
3z Omega Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	93,85%	24.056	1.576	1.295	—	(1.356)	1.479	(658)	760
3z Sumaré Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	98,83%	(1.600)	(287)	(1.763)	—	1.082	(369)	76	(974)
3z Jacaranda Empreendimentos Imobiliarios Ltda	99,43%	4.326	560	2.061	—	55	557	(1)	2.672
3z Jequitibá Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	232	7	163	—	(1.504)	7	1.566	232
3z Alpha Empreendimentos Imobiliarios Ltda	99,76%	29.778	(21)	27.169	—	2.836	(21)	(8)	29.976
3z Jaguaruna Empreendimentos Imobiliarios Ltda	99,74%	5	5	5	—	—	—	—	5
3z Tucuma Empreendimentos Imobiliarios Ltda	99,92%	5.735	1.289	(2.592)	—	(847)	1.288	266	(1.885)
3z Carnauba Empreendimentos Imobiliarios Ltda	99,77%	8.721	3.496	5.263	—	(6.305)	3.488	—	2.446
3z Lotus Desenvolvimento Imobiliario Ltda	100,00%	2.466	558	3.485	—	(4.007)	558	(425)	(389)
3z Paris Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	43.744	3.361	14.233	—	(6.788)	3.361	—	10.806
3z Araca Empreendimentos Imobiliarios Ltda	99,88%	4.312	919	(537)	—	(1.710)	918	—	(1.329)
Viva Vista Encanto SPE Empreendimentos Imobiliarios Ltda	97,07%	4.891	1.466	(208)	—	(537)	1.423	—	678
Viva Vista Solar SPE Empreendimentos Imobiliarios Ltda	99,98%	12.015	3.934	1.694	—	(487)	3.934	—	5.141
Viva Vista Paisagem SPE Empreendimentos Imobiliarios Ltda	97,97%	17.312	(414)	7.574	—	(2.151)	(406)	—	5.018
Viva Vista Mirante SPE Empreendimentos Imobiliarios Ltda	97,62%	8.182	2.263	551	—	(496)	2.210	65	2.330
Viva Vista Horizonte SPE Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	89,30%	15.601	4.237	5.661	—	(2.440)	3.783	—	7.004
Viva Vista Brisa SPE Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	99,97%	11.918	690	6.834	—	(2.937)	690	188	4.775
3z Franz Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	12.993	2.571	4.328	—	(962)	2.571	930	6.867
3z Manaca Empreendimentos Imobiliarios Ltda	88,82%	10.808	48	23.374	—	18.091	43	(1.251)	40.257
Viva Vista Colina Empreendimentos Imobiliarios SPE Ltda	99,37%	9.078	1.849	2.975	—	(70)	1.837	—	4.742
Viva Vista Alameda SPE Empreendimentos Imobiliarios Ltda	99,18%	6.053	641	1.287	—	75	636	—	1.998
Viva Vista Passeio SPE Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	98,40%	1.390	(38)	1.385	—	34	(37)	—	1.382
Viva Vista Recanto SPE Empreendimentos Imobiliarios Ltda	99,95%	7.069	128	5.911	—	(1.295)	128	—	4.744
3z Jaborandi Empreendimentos Imobiliarios Ltda	99,97%	1.971	—	1.915	—	80	—	—	1.995
Valimog Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	100,00%	5.440	(1.568)	7.328	—	(60)	(1.568)	—	5.700
3z Inga	100,00%	—	—	9.681	—	(9.681)	—	—	—
3z Jatoba Empreendimentos Imobiliarios Ltda	99,81%	2.611	—	2.052	—	630	—	(1)	2.681
Viva Vista Panorama SPE Empreendimentos Imobiliarios Ltda	99,12%	1.481	(56)	1.483	—	51	(55)	(1)	1.478
Viva Vista Vereda SPE Empreendimentos Imobiliarios Ltda	98,63%	1.023	(48)	1.022	—	50	(48)	—	1.024
Viva Vista Cerrado SPE Empreendimentos Imobiliarios Ltda	99,04%	1.405	(55)	1.406	—	56	(54)	(1)	1.407
Viva Vista Araucaria SPE Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	19.176	357	19.493	—	(3.795)	357	1	16.056
Boulevard Viva Vista SPE Empreendimentos Imobiliarios Ltda	88,26%	—	—	48	—	—	1	—	49
3z Ipanema Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	99,94%	10.938	(92)	11.039	—	85	(92)	—	11.032
Viva Vista Esplanada SPE Empreendimentos Imobiliarios Ltda	98,74%	115	—	114	—	—	—	—	114
Viva Vista Bosque SPE Empreendimentos Imobiliarios Ltda	99,94%	1.213	(50)	1.228	—	49	(50)	—	1.227
Viva Vista Plaza SPE Empreendimentos Imobiliarios Ltda	99,50%	180	—	179	—	—	—	—	179
3z Pitangueiras Empreendimentos Imobiliarios Ltda	99,98%	18	(414)	432	—	22.785	(414)	—	22.803
3z Urbanismo I Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	21.342	3.264	9.648	—	(3.666)	3.264	—	9.246
3z Corretora de Bens Imobiliarios Ltda.	99,96%	471	(1)	(1.105)	—	994	(1)	70	(42)
3z Tokyo Empreendimentos Imobiliarios Ltda	99,99%	34.048	19	31.043	—	4.441	19	(2)	35.501
3z Genebra Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	22.224	(10.822)	29.272	—	1.778	(10.822)	(107)	20.121
3z Rio de janeiro Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	(7.090)	(6)	(7.084)	—	—	(6)	—	(7.090)
3z – Urb Loteamentos SPE Ltda	50,00%	(304)	(3)	170	—	(106)	(2)	1	63
3z Botafogo Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%	33	(1)	34	—	—	—	(1)	33
3z Ouro Verde Empreendimentos Imobiliarios Ltda	100,00%								

</



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



CNPJ/MF nº 05.476.154/0001-78

Investimentos: O projeto de construção de uma nova planta industrial no estado de Santa Catarina foi orçado em R\$ 80 milhões. A construção teve início em maio de 2024 e foi concluída em abril de 2025, dentro do orçamento e prazos previstos. A nova fábrica foi construída em imóvel próprio adquirido em janeiro de 2024, localizado na Rodovia BR 101 n° 18.900 – Bairro Corveta, na cidade de Araquari, Santa Catarina. A fábrica iniciou as atividades produtivas em maio de 2025.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional – A Perfilor S.A. Construções, Indústria e Comércio (“Companhia”) é resultado de uma aliança estratégica entre o Grupo ArcelorMittal, que já participava com 51% (através de

no caso de obras públicas. **3.5. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte em alguns processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 13. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a

Patrimônio líquido			
Capital social	14.a	57.705	57.705
Retenção de lucros	14.b	57.446	50.202
Reserva legal	14.c	3.117	2.740
Total do patrimônio líquido		118.268	110.647
Total do passivo e do patrimônio líquido		189.394	166.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Políticas contábeis materiais – O sumário das principais práticas contábeis aplicadas para as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as quais foram aplicadas de forma consistente nestes exercícios são como

segue: **4.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras possuem prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, têm liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração serem, essas aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo dessas aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. **4.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor futuro, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. **4.3. Estoques:** Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou o custo médio de aquisição. As perdas por estoques de produtos parciais ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada para estes. **4.4. Imobilizável:** É avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e construções em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizável ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. As vidas úteis do ativo imobilizável são as seguintes:

	Anos
Edifícios e construções	25
Máquinas e equipamentos	20
Veículos	10
Instalações industriais	10
Ferramentas e utensílios	10
Móveis e utensílios administrativos e industriais	20
Sistemas e equipamentos de informática	20
Benefícios em propriedade de terceiros	25

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício ou período em que ocorre a alienação ou baixa. **4.5. Redução ao valor recuperável – Impairment:** No exercício da avaliação, a Administração analisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado para menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de

Demonstração de Resultados

Descrição	Nota	2025	2024
Receita de venda de bens e serviços	16	276.968	220.383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais)		
Descrição	2025	2024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **4.6. Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor do dinheiro no tempo é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **4.7. Tributos:** A

provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre

Demonstração do Fluxo de Caixa

Descrição	Nota	2025	2024
Lucro líquido antes do imposto de			

Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(12.727)	12.024

Tributos a recuperar	8	6.771	6.244
Outros créditos e despesas antecipadas		(520)	792
Fornecedores	11	6.716	1.336

Salários, férias e encargos sociais a pagar	277	307
Adiantamentos de clientes	(2.876)	5.454
Outras exigibilidades e demais contas	80	(612)

	(5.549)	(8.196)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.727	35.710

Juros sobre empréstimo pagos	23	(1.064)	—
Captação de empréstimos e financiamentos	23	19.000	—
Pagamento de empréstimos e financia-			

Fluxo de caixa de operações de investimentos:	14.930	-
---	--------	---

Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(20.700)	(51.928)
Aumento (redução) de caixa e		

Caixa e equivalente de caixa – no fim do exercício	629	4.666
---	-----	-------

de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do

ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de

caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem e contas a receber de clientes (incluindo partes relacionadas).

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados ao reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos obrigatoriamente mensurados ao valor justo. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A data de balanço, são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas no resultado, quando incorridos, como receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, emprestimos e recebíveis ou contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores (incluindo partes relacionadas), "leasing" mercantil financeiros e empréstimos e financiamentos. **4.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo...



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

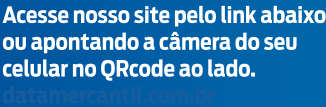
Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



[illegible]

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



 Contato: (11) 3361-8833

 Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

Campinas, 28 de abril de 2026.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda
CRC-SP 027.623/0
Marcos Roberto Sponchiado
Sócio Contador CRC SP 175.536/0

Sintel Tecnologia e Informação S.A.													
CNPJ nº 58.048.000/0001-41 - NIRE 35.207.692.474													
Demonstrações Contábeis Referentes Aos Exercícios Sociais encerrados Em 31 de Dezembro de 2025 E 2024 (Em Reais)													
Balanco Patrimonial					Demonstração do Resultado do Exercício								
Ativo	Notas	31/dez/25	31/dez/24	31/dez/25	31/dez/24	Controladora	Controladora	31/dez/25	Consolidado				
						31/dez/25	31/dez/24	31/dez/25	31/dez/24				
Circulante													
Caixa e equivalentes de caixa						56.338.816,23	51.614.453,17	63.208.956,15	59.090.553,88				
Caixa e equivalentes de caixa		532.219,37	334.289,69	4.667.083,40	4.307.115,91	(-)-Deduções	(3.032.425,66)	(3.032.425,66)	(2.748.827,42)				
Aplicações financeiras		6.360.354,17	5.346.709,41	31.364.237,96	31.435.553,62	Receita líquida dos serviços prestados	53.306.390,57	48.865.625,75	60.176.530,49				
Total Caixa e equivalentes de caixa	4	6.892.573,54	5.680.999,10	36.031.321,36	35.742.669,53	Custo dos serviços prestados							
Outros Créditos						(-)-Infraestrutura	(3.964.294,42)	(3.520.831,72)	(3.964.294,42)				
Duplicatas a Receber	5	4.395.490,02	2.938.105,36	5.268.648,93	5.846.166,40	(-)-Produtos	(974.270,21)	(971.944,23)	(971.944,23)				
Outros Créditos		988.616,28	1.007.296,77	1.120.251,81	1.221.554,56	(-)-Pessoal	(12.762.831,05)	(11.496.981,92)	(12.762.831,05)				
Impostos a Recuperar		54.590,56	65.675,53	159.662,38	68.344,92	(-)-Desenvolvimento de Produtos	(547.139,00)	-	(547.139,00)				
Total Outros Créditos		5.438.696,86	4.011.077,66	6.548.563,11	7.136.065,88	(-)-Deslocamento/Viagens Nacionais	(37.249,46)	(39.676,60)	(37.249,46)				
Total do circulante		12.331.270,40	9.692.076,76	42.579.884,46	42.878.735,41	(-)-Viagens Internacionais	(139.123,65)	(58.954,21)	(139.123,65)				
Não circulante						(-)-Serviços Contratados	(9.162.080,56)	(8.608.937,25)	(9.162.080,56)				
Realizável a Longo Prazo	6	210.996,06	210.996,06	-	-	Total custos dos serviços prestados	(27.042.276,49)	(25.242.037,79)	(27.042.276,49)				
Investimentos	7	27.514.652,65	29.886.047,52	-	-	Lucro Bruto Operacional	26.264.114,08	23.623.587,96	33.134.254,00				
Ativo Permanente	8	1.143.967,69	1.211.026,96	1.143.967,69	1.211.026,96	(-)-Despesas gerais e administrativas	(16.494.301,74)	(15.876.281,00)	(21.187.677,58)				
Total do não circulante		28.869.616,40	31.308.070,54	1.143.967,69	1.211.026,96	(-)-Despesas tributárias	(337.685,92)	(525.493,67)	(337.685,92)				
Total do Ativo		41.200.886,80	41.000.147,30	43.723.852,15	44.089.762,37	(-)-Depreciações e amortizações	(481.685,20)	(464.021,63)	(464.021,63)				
Passivo						(+)-Receitas/Despesas operacionais	86.148,35	86.148,35	27.040,78				
Circulante						Total das despesas operacionais	(17.227.524,51)	(16.838.755,52)	(21.920.900,35)				
Fornecedores		1.353.264,85	1.055.788,36	1.424.824,19	1.161.424,81	(+)- Equivalência patrimonial	(1.333.087,97)	7.134.103,37	-				
Empréstimos e Financiamentos	9	1.806.644,17	1.815.160,27	1.790.506,21	1.820.792,54	Lucro Antes do Resultado Financeiro	7.703.501,60	13.918.935,81	11.213.353,65				
Lucros a Distribuir	10	2.760.000,00	-	2.760.000,00	-	(-)-Juros s/Empréstimos de Financiamentos	(195.229,78)	(456.732,35)	(195.229,78)				
Obrigações Tributárias		371.356,30	261.960,62	433.943,22	842.869,54	(-)-Despesas financeiras	(182.236,17)	(89.589,71)	(316.356,40)				
Obrigações Sociais e Trabalhistas		935.208,47	821.646,63	935.208,47	821.646,63	(+)-Receitas financeiras	867.694,26	860.293,98	1.802.979,53				
Outras Obrigações		299.611,63	264.974,38	319.968,50	268.131,06	(+)-Variação cambial	(85.900,35)	(112.670,61)	(85.900,35)				
Provisões		1.265.622,15	1.108.161,84	1.265.622,15	1.108.161,84	Total do resultado financeiro	404.327,96	21.301,31	1.205.493,00				
Total do circulante		8.791.707,57	5.327.692,10	8.930.072,74	6.023.026,42	Lucro Antes dos Impostos	8.107.829,56	13.940.237,12	12.418.846,65				
Não Circulante						(-)- Provisão para CSLL	(851.731,56)	(615.195,93)	(851.731,56)				
Exigível a longo prazo		-	-	-	-	(-)- Provisão para IR	(2.285.138,88)	(1.643.864,49)	(3.099.722,76)				
Empréstimos e financiamentos	9	600.000,00	2.400.000,00	600.000,00	2.400.000,00	Resultado Antes das Participações	4.970.959,12	11.681.176,70	8.467.392,33				
Lucros a Distribuir	10	5.520.000,00	-	5.520.000,00	-	(+)- Ganhos/Perdas Soc. Controladas	-	-	(2.250.119,91)				
Total do exigível a longo prazo		6.120.000,00	2.400.000,00	6.120.000,00	2.400.000,00	(+)- Participação dos Minoritários	-	-	(1.266.313,30)				
Total do não circulante		6.120.000,00	2.400.000,00	6.120.000,00	2.400.000,00	Lucro do Exercício	4.970.959,12	11.681.176,70	4.970.959,12				
Participação dos Quotistas Minoritários		-	-	2.384.600,18	2.394.280,71								
Patrimônio Líquido													
Capital Social		20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	Resultado Líquido do Exercício							
Reserva de Lucros		6.289.179,24	13.272.455,24	6.289.179,24	13.272.455,24	Outros Resultados Abrangentes							
Total do patrimônio líquido	11	26.289.179,24	33.272.455,24	26.289.179,24	33.272.455,24	Resultado Abrangente do Período							
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		41.200.886,80	41.000.147,30	43.723.852,15	44.089.762,37								
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido													
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Total							
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		20.000.000,00	-	6.275.367,16	-	26.275.367,16							
Lucros Distribuídos		-	-	(4.684.088,62)	-	(4.684.088,62)							
Transferência para Reserva de Lucros		-	-	11.681.176,70	(11.681.176,70)	-							
Transações de Capital com os Sócios		-	-	6.997.088,08	(11.681.176,70)	(4.684.088,62)							
Resultado do Período		-	-	-	11.681.176,70	11.681.176,70							
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	11.681.176,70	11.681.176,70							
Saldos em 31 de Dezembro de 2024		20.000.000,00	-	13.272.455,24	-	33.272.455,24							
Lucros Distribuídos		-	-	(3.674.235,12)	-	(3.674.235,12)							
Transferência para Reserva de Lucros		-	-	4.970.959,12	(4.970.959,12)	-							
Constituição de Reserva de Lucros		-	248.547,96	(248.547,96)	-	-							
Lucros a Distribuir		-	-	(8.280.000,00)	-	(8.280.000,00)							
Transações de Capital com os Sócios		-	248.547,96	(7.231.823,96)	(4.970.959,12)	(11.954.235,12)							
Resultado do Período		-	-	-	4.970.959,12	4.970.959,12							
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	4.970.959,12	4.970.959,12							
Saldos em 31 de Dezembro de 2025		20.000.000,00	248.547,96	6.040.631,28	-	26.289.179,24							
Notas Explicativas Às Demonstrações Contábeis Consolidadas dos Períodos Fins em 31 de Dezembro de 2025.													
01 Atividades operacionais: A companhia tem por objeto, mediante atuação própria ou mediante consórcios, convênios, parcerias ou participação de capital em outras sociedades: A prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento e implementação de sistemas de processamento de dados, com armazenamento em nuvem (Software as Service – SaaS); serviços de licenciamento, comercialização e instalação de software próprio ou de terceiros nas dependências do cliente (on-premises); cursos e treinamentos para profissionais da área de informática e de negócios; customização e suporte de softwares próprios e de terceiros; execução de projetos na área de tecnologia da informação e Supply Chain (outsourcing de operações); licenciamento e venda de franquias, possibilitando o uso de ativos não financeiros da empresa por terceiros. 02 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais e foram elaboradas, pela Empresa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores. 03 Resumo das principais práticas contábeis: Os principais critérios contábeis adotados para a elaboração das demonstrações foram: a) Caixa e Equivalentes de Caixa: São registradas pelo valor nominal, atualizadas às taxas do último dia do mês de dezembro de 2025, quando aplicável; b) Uso de estimativas: a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça estimativas e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações contábeis, Equivalências Patrimoniais e nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Os valores efetivos podem divergir dessas estimativas; c) Instrumentos financeiros: a empresa apura, com base nas informações relevantes de mercado disponíveis ou outras técnicas de avaliação, o valor justo dos instrumentos financeiros, na data do balanço; d) O regime de competência foi observado para registrar as receitas e despesas do exercício; e) Os ativos e passivos com prazos vencíveis em até 360 dias são demonstrados como circulantes; f) Imobilizado: os bens integrantes do Ativo Imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição e mercado, ajustados pelas Depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando-se em conta a vida útil dos bens até a data do balanço; g) Intangível: Os bens do Ativo Intangível estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustados pelas Amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando-se em conta a vida útil ou o seu valor recuperável até a data do balanço; h) Os critérios e obrigações decorrentes de aplicações e financiamentos estão atualizados pelos juros e atualizações contratuais até 31/12/2025; i) A provisão para férias é constituída para cobertura das obrigações relativas às férias, vencidas e proporcionais, aos respectivos encargos sociais. 04 Caixa e equivalentes de caixa: Está composto dos seguintes valores:													
		31/dez/25	31/dez/24	31/dez/25	31/dez/24								
Caixa		81.155,81	90.497,33	83.105,31	92.664,64								
Caixa		81.155,81	90.497,33	83.105,31	92.664,64								
Banco Itaú–C/C 44593-8		447.598,68	237.656,49	447.598,68	237.656,49								
Bank Sintel Americas INC		-	-	1.476.821,39	1.975.479,93								
BNP–Belgium		-	-	2.656.093,14	1.995.178,98								
Banco Santander–13002791-9		1.003,71	1.866,69	1.003,71	1.866,69								
Daycoval		2.461,17	4.269,18	2.461,17	4.269,18								
Bancos c/movimentos		451.063,56	243.792,36	4.583.978,09	4.214.451,27								
Banco Itaú–apl44593-8–Fundo Trust DI		5.878.092,00	4.924.558,43	5.878.092,00	4.924.558,43								
Banco Santander–CDB		482.262,17	422.150,98	482.262,17	422.150,98								
Bank Sintel Americas INC		-	-	25.003.883,79	26.088.844,21								
Aplicações financeiras		6.360.354,17	5.346.709,41	31.364.237,96	31.435.553,62								
Total Caixa e equivalentes de caixa		6.892.573,54	5.680.999,10	36.031.321,36	35.742.669,53								
05. Duplicatas a receber: Está composto dos seguintes valores:													
		31/dez/25	31/dez/24	31/dez/25	31/dez/24								
Duplicatas a receber		4.439.888,91	2.967.783,19	5.313.047,82	5.875.844,23								
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(44.398,89)	(29.677,83)	(44.398,89)	(29.677,83)								
Discriminação													
		Patrimônio Líquido	Participação do Capital	Valor Investimento	Investimento Inicial + Integralização	Retirada de Sócios	Saldo Após Distribuição	Equivalência Resultado	Saldo Investimento				
Participação Sintel Americas		3.995.566,21	100%	3.995.566,21	6.357.660,21	-	6.357.660,21	(2.362.094,01)	3.995.566,20				
Integralização Capital (Americas)		21.228.000,00	-	21.228.000,00	21.228.000,00	-	21.228.000,00	-	21.228.000,00				
Participação Sintel Belgium		4.675.686,62	49%	2.291.086,44	2.300.387,34	(1.038.306,93)	1.262.080,41	1.029.006,04	2.291.086,45				
		29.899.252,83	-	27.514.652,65	29.886.047,55	(1.038.306,93)	28.847.740,62	(1.333.087,97)	27.514.652,65				
08 Ativo permanente: Está composto dos seguintes valores:													
		31/dez/25	31/dez/24	31/dez/25	31/dez/24								
Máquinas e equipamentos		1.228.863,41	1.239.413,28	1.228.863,41	1.239.413,28								
Móveis e utensílios		1.509.253,48	1.501.737,54	1.509.253,48	1.501.737,54								
Veículos		814.043,50	855.944,84	814.043,50	855.944,84								
Instalações		210.229,22	178.728,73	210.229,22	178.728,73								
Computadores e Periféricos		1.168.867,41	1.168.867,41	1.168.867,41	1.168.867,41								
Benefícios em Imóveis de Terceiros		1.26.290,54	-	1.26.290,54	-								
(-) Depreciações acumuladas		(3.913.579,87)	(3.733.664,84)	(3.913.579,87)	(3.733.664,84)								
Imobilizado téctangível		1.143.967,69	1.211.026,96	1.143.967,69	1.211.026,96								
Total Ativo permanente		1.143.967,69	1.211.026,96	1.1									

Continuação	Sintel Tecnologia e Informação S.A.
as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Empresa Sintel Tecnologia e Informação S/A., identificadas como Consolidado e Controladora que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, dos resultados abrangentes e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Sintel Tecnologia e Informação S/A. em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade	contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 17 de abril de 2026.
	Oliveira & Associados Auditores Independentes - CRC N.º 2 SP 014925/0-1 - CVM Nº 5521/99 PROF. Bento Marcos de Oliveira - CRC N.º 1 SP 103484/0-2 - Sócio Diretor

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Monte Rodovias S.A.

CNPJ/ME nº 37.702.340/0001-74 - NIRE 35.300.557.352

Atas da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de Abril de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos 07 (sete) dias do mês de abril de 2026, às 14:00 (quatorze) horas, horário de Brasília, na sede social da **Monte Rodovias S.A.** ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães, nº 1098, conjunto 91, Itaim Bibi, CEP 04542-001. **2. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista o comparecimento do acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas abaixo. **3. Mesa:** **Presidente:** Sr. Fernando Lima Rocha Lohmann **Secretária:** Sra. Manuela Rego Duran **4. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a alteração da denominação social da Companhia; (ii) reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia; (iii) a autorização à administração da Companhia para que pratique todos os atos necessários à implementação das aprovações realizadas. **5. Deliberações:** Após a verificação da ordem do dia, apresentação dos documentos pertinentes e discussão pelos presentes, o único acionista aprovou, por unanimidade e sem ressalvas, as seguintes deliberações: **(i)** Aprovaram a alteração da denominação social da Companhia para Austravias S.A., passando o Artigo 1º do Estatuto Social da Companhia a vigor com a seguinte nova redação: **"Artigo 1º - Austravias S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social") e pela legislação e regulamentação que lhe forem aplicáveis, em especial pela lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.>")." **(ii)** Aprovaram a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a nova denominação social aprovada no item (i) acima, que passa a vigorar com a redação constante do **Anexo I** a esta ata. **(iii)** Autorizar a administração da Companhia à prática de todos os atos necessários para a implementação das matérias aprovadas pela presente assembleia geral extraordinária, incluindo, mas não se limitando, ao registro e publicação da presente ata, e a celebração de todos os atos e documentos necessários. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral extraordinária pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia geral extraordinária, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes, digitalmente. Acionista: **Brasil Rodovias Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada**, representado por sua gestora BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos LTDA. Certifico que a presente ata confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, SP, 07 de abril de 2026 Mesa: Fernando Lima Rocha Lohmann - Presidente da Mesa; Manuela Rego Duran - Secretária; Acionistas: **Brasil Rodovias Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada, Estatuto Social da Austravias S.A.** CNPJ/ME nº 37.702.340/0001-74 NIRE 35.300.557.352 **Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Sede, Duração e Objeto - Artigo 1º - Austravias S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social") e pela legislação e regulamentação que lhe forem aplicáveis, em especial pela lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.>"). A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, nº 1.098, conjunto 91, Itaim Bibi, CEP 04542-001, podendo, mediante decisão do (a) Diretor(a) Presidente, abrir, transferir ou encerrar filiais, escritórios, agências e representações em qualquer parte do território nacional ou no exterior, observadas as exigências legais e estatutárias aplicáveis. **Artigo 3º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 4º** - A Companhia tem por objeto social: (I) a exploração, direta ou indireta, de negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, conservação, manutenção, ampliação e recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins; (II) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionados aos negócios referidos no item anterior; e (III) a participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas, excetuadas instituições financeiras. **Capítulo II - Capital Social e Ações - Artigo 5º** - O capital social da Companhia é de R\$ 143.961.479,83 (cento e quarenta e três milhões e noventa e seis e sessenta e um mil e quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta e três centavos), totalmente subscrito e integralizado em bens e em moeda corrente nacional, dividido em 905.974,758 (novecentos e cinco milhões e noventa e setenta e quatro mil e setecentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações da assembleia geral, as quais serão tomadas na forma deste Estatuto Social e da legislação aplicável. **Parágrafo 2º** - É vedado à Companhia em qualquer hipótese emitir ações preferências ou partes beneficiárias. **Parágrafo 3º** - As ações são indivisíveis em relação à Companhia que não reconhecerá mais que um proprietário para exercer os direitos a elas inerentes. **Parágrafo 4º** - Todas as ações da Companhia são escriturais e mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantém contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, conforme venha a ser definido no respectivo contrato, observados os limites máximos fixados pela CVM, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 35, da Lei das S.A. **Parágrafo 5º** - O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 6º** - A emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, dentro do capital autorizado, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei das S.A., poderá ser realizada sem direito de preferência para os antigos acionistas ou com a redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício, observado o disposto no Artigo 6º, parágrafo 3º abaixo. **Artigo 6º** - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. **Parágrafo 1º** - O aumento do capital social, dentro de seu capital autorizado, será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e condições de integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado. **Parágrafo 2º** - Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá, ainda: (i) deliberar sobre a emissão de ações e de bônus de subscrição; (ii) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar programa de concessão de ações e/ou programa de opção de compra de ações a Administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, direto ou indireto, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações. **Parágrafo 3º** - Conforme previsto no Artigo 5, parágrafo 6º acima, o Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício desse direito pelos acionistas nos aumentos de capital mediante subscrição de ações, de debêntures conversíveis em ações e de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, desde que a colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações, em oferta pública para aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei das S.A. **Artigo 7º** - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Capítulo III - Assembleia Geral Artigo 8º** - Os acionistas se reunirão em assembleia geral ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei das S.A. e extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem. **Parágrafo 1º** - A Assembleia Geral é competente para decidir sobre todos os atos relativos à Companhia, bem como para tomar as decisões que julgar conveniente à defesa de seus interesses. **Parágrafo 2º** - A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser simultânea e cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local e data, e instrumentadas em ata única. **Parágrafo 3º** - A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou mediante deliberação da maioria dos membros do Conselho de Administração ou, ainda, nas hipóteses previstas no parágrafo único do artigo 123 da Lei das S.A. **Parágrafo 4º** - As reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas de acordo com os termos e prazos previstos no artigo 124, parágrafo 1º, inciso II, da Lei das S.A., ressalvadas as exceções previstas na própria Lei das S.A. e nas demais regulamentações aplicáveis. **Parágrafo 5º** - Os documentos pertinentes à matéria a ser deliberada nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a legislação ou a regulamentação vigente exigir sua disponibilização por outros meios e/ou em prazo maior. **Parágrafo 6º** - A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando ao menos 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, salvo quando a lei ou a regulamentação exigir quórum mais elevado; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. **Parágrafo 7º** - A Assembleia Geral Extraordinária que tiver por objeto a reforma deste Estatuto Social se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de presentes. **Parágrafo 8º** - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência, por quem o Presidente do Conselho de Administração indicar. O presidente da mesa escolherá um dos presentes para secretariá-lo. **Parágrafo 9º** - Caberá exclusivamente ao presidente da mesa, observadas as normas estabelecidas pelo presente Estatuto Social, resolver qualquer controvérsia relativa ao número de votos de cada acionista, decisão da qual caberá recurso imediato à mesma Assembleia Geral, em cuja deliberação não poderá votar a parte interessada. **Artigo 9º** - Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os acionistas devidamente identificados assinarão o Livro de Presença de Acionistas, informando seu nome, residência e a quantidade de ações de que forem titulares, observado, ainda, o disposto no Artigo 11, parágrafo 3º abaixo. **Parágrafo 1º** - O Livro de Presença de Acionistas será encerrado pelo presidente da mesa, logo após a instalação da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** - Os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral após o encerramento do Livro de Presença de Acionistas poderão participar da Assembleia Geral, mas não terão direito de votar em qualquer deliberação social. **Artigo 10** - A Companhia deverá iniciar o cadastramento de acionistas para tomar parte na Assembleia Geral, com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de

antecedência, cabendo ao acionista apresentar: (i) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, na forma do artigo 126 da Lei das S.A., datado de até 5 (cinco) dias anteriores à data de realização da Assembleia Geral, podendo a Companhia dispensar a apresentação desse comprovante; e (ii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. **Parágrafo 1º** - Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer presencialmente à Assembleia Geral munido dos documentos referidos no caput deste Artigo 10, antes do encerramento do Livro de Presença de Acionistas, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente. **Parágrafo 2º** - Se a Assembleia Geral for realizada de modo parcialmente ou exclusivamente digital, a Companhia poderá exigir do acionista que pretenda participar digitalmente, por meio do sistema eletrônico indicado pela Companhia, o depósito prévio, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas da data de realização da Assembleia Geral, dos documentos referidos no caput deste Artigo 10, sob pena de não poder participar digitalmente do conclave. **Artigo 11** - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto no Parágrafo 1º do Artigo 5. **Parágrafo 1º** - A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob rubrica genérica. **Parágrafo 2º** - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes, sendo permitida a lavratura da ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das S.A. **Parágrafo 3º** - O registro em ata dos acionistas que tenham participado por meio de boletim de voto a distância ou sistema eletrônico de participação a distância (nos termos do artigo 28 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022) será realizado pelo presidente da mesa e pelo secretário, cujas assinaturas poderão ser feitas por meio de certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade em formato compatível com o adotado pela Companhia para a realização da Assembleia Geral. **Artigo 12** - Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas na legislação e regulamentação aplicáveis ou neste Estatuto Social: (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; (ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (iii) aprovar planos de concessão de ações ou planos de opção de compra de ações aos Administradores; (iv) tomar, anualmente, as contas dos Administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (v) reformar o Estatuto Social; (vi) deliberar sobre a alteração do limite do capital autorizado; (vii) deliberar sobre aumentos do capital social acima do limite do capital autorizado, bem como sobre a redução do capital social da Companhia; (viii) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação de ações, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia; (ix) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (x) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (xi) deliberar sobre o pedido de registro de companhia aberta da Companhia e ingresso no Novo Mercado e/ou cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, bem como a saída do Novo Mercado; (xii) escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; (xiii) deliberar sobre o requerimento de autofalência ou insolvência, pedido de recuperação judicial ou procedimento similar; (xiv) transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário; e (xv) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração. **Artigo 13** - A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive o de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária. **Parágrafo 1º** - Os acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do capital social, poderão convocar a Assembleia Geral mencionada no caput deste Artigo 13 quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de 8 (oito) dias de seu recebimento, a pedido de convocação que apresentarem, com a indicação da obrigação descumprida e a identificação do acionista inadimplente. **Parágrafo 2º** - Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos do acionista também estabelecer, entre outros aspectos, o alcance e o prazo da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos que a lei reconhece como essenciais. **Parágrafo 3º** - A suspensão de direitos cessará logo que cumprida a obrigação. **Artigo 14** - É vedado a qualquer acionista intervir em qualquer deliberação em que tiver ou representar interesse conflitante com o da Companhia. Considerar-se-á abusivo, para fins do disposto no artigo 115 da Lei das S.A., o voto proferido por acionista em deliberação que possa beneficiá-lo de modo particular ou em que tenha ou represente interesse conflitante com o da Companhia. **Capítulo IV - Administração da Companhia - Artigo 15** - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com as atribuições e os poderes conferidos pelo presente Estatuto Social e pela legislação e regulamentação aplicáveis. **Parágrafo 1º** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor(a) Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. **Parágrafo 2º** - O disposto no Parágrafo 1º deste Artigo 15 não se aplicará na hipótese de vacância, desde que sejam tomadas as respectivas providências para a substituição, e que a situação cesse no prazo de até 1 (um) ano. **Parágrafo 3º** - Os Administradores serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos Administradores eleitos. **Parágrafo 4º** - Os Administradores da Companhia deverão aderir aos regimentos internos e políticas vigentes da Companhia, mediante assinatura do respectivo termo de adesão, conforme aplicável. **Parágrafo 5º** - Os Administradores, que poderão ser destituídos a qualquer tempo, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do Administrador substituído. **Parágrafo 6º** - O termo de posse de que trata o Parágrafo 3º acima deverá contemplar, necessariamente, a sujeição do Administrador eleito à cláusula compromissória prevista no Artigo 44 deste Estatuto Social. **Parágrafo 7º** - No desempenho de suas funções, os Administradores deverão considerar o melhor interesse da Companhia, incluindo os interesses, as expectativas e os efeitos de curto e longo prazos de seus atos sobre os seguintes setores relacionados à Companhia e suas subsidiárias: (i) os acionistas; (ii) os empregados ativos; (iii) os fornecedores, consumidores e demais credores; e (iv) a comunidade e o meio ambiente local e global. **Seção II - Conselho de Administração - Subseção I - Composição - Artigo 16** - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos ("Conselheiros"). **Parágrafo 1º** - O Conselho de Administração adotará um Regimento Interno que disporá, dentre outras matérias julgadas convenientes, sobre seu próprio funcionamento, direitos e deveres dos seus membros e seu relacionamento com a Diretoria e demais órgãos sociais da Companhia. **Subseção II - Eleição - Artigo 17** - Ressalvado o disposto no Artigo 18, a eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada pelo sistema de chapas. **Parágrafo 1º** - Na eleição de que trata este Artigo 17, somente poderão concorrer as chapas: (i) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (ii) indicadas por qualquer acionista ou conjunto de acionistas, na forma prevista no Parágrafo 3º deste Artigo 17. A indicação deverá observar, ainda, o previsto na Política de Indicação da Companhia, na Lei das S.A., bem como nas demais leis e regulamentações aplicáveis. **Parágrafo 2º** - O Conselho de Administração deverá, na data da convocação da Assembleia Geral destinada a eleger os membros do Conselho de Administração (ou em data anterior, caso assim requerido pela legislação aplicável), disponibilizar na sede da Companhia declaração assinada por cada um dos integrantes da chapa por ela indicada, contendo: (I) sua qualificação completa, com indicação de pelo menos um domicílio no qual o Administrador receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de gestão; (II) descrição completa de sua experiência profissional, mencionando as atividades profissionais anteriormente desempenhadas, a principal atividade profissional que exerce no momento e, se for o caso, os cargos ocupados em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias, bem como escolaridade e qualificações profissionais e acadêmicas; (iii) declaração de que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei das S.A.; (iv) informações sobre processos disciplinares e judiciais transitados em julgado em que tenha sido condenado, incluindo declaração de que não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei das S.A.; (v) declaração de que atende ao requisito de reputação lida estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das S.A.; e (v) declaração de que não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das S.A., ou, na sua impossibilidade, informações detalhadas sobre as razões que impedem tal declaração. **Parágrafo 3º** - Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão, juntamente com a proposta de chapa, a ser apresentada nos termos da regulamentação vigente, encaminhar ao Conselho de Administração: (i) declarações assinadas individualmente pelos candidatos por eles indicados, contendo as informações mencionadas no Parágrafo 2º acima, devendo a divulgação observar os termos da regulamentação vigente; ou alternativamente (ii) declarar que obtiveram do indicado a informação de que está em condições de firmar tal declaração, indicando as eventuais ressalvas. **Parágrafo 4º** - A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 5º** - Cada acionista somente poderá votar em uma chapa e os votos serão computados com observância do Parágrafo 1º do Artigo 5º deste Estatuto Social, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral. **Parágrafo 6º** - Sempre que forem indicados candidatos de forma individual, a votação não se dará pelo sistema de chapas e ocorrerá na forma de votação individual de candidatos, observado, para fins de indicação, o percentual mínimo do capital social aplicável nos termos da legislação e da regulamentação da CVM. **Artigo 18** - Na eleição dos membros do Conselho de Administração, é facultado a acionistas requerer a adoção do processo de voto múltiplo, desde que observados os percentuais mínimos de participação no capital social previstos na legislação aplicável, e que o façam, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas antes da respectiva Assembleia Geral. **Parágrafo 1º** - Instalada a Assembleia Geral, a mesa promoverá, à vista das assinaturas constantes do Livro de Presenças e no número de ações de titularidade dos acionistas presentes, o cálculo do número de

votos que caberão a cada acionista. **Parágrafo 2º** - Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, deixará de haver a eleição por chapas e serão candidatos a membros do Conselho de Administração os integrantes das chapas de que trata o Artigo 17, bem como os candidatos que vierem a ser indicados por acionista presente, desde que observado o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 17 deste Estatuto Social. **Parágrafo 3º** - Os cargos que, em virtude de empate, não forem preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustando-se o número de votos que caberá a cada acionista em função do número de cargos a serem preenchidos. **Parágrafo 4º** - Caso a Companhia esteja sob controle de acionista ou grupo de acionistas, acionistas representando 10% (dez por cento) do capital social poderão requerer, desde que, para tais fins, tais acionistas comprovem a titularidade ininterrupta do referido percentual mínimo durante o período de 3 (três) meses, na forma prevista nos parágrafos 4º e 5º do artigo 141 da Lei das S.A., que a eleição de um dos membros do Conselho de Administração seja feita em separado, excluído o acionista controlador, não sendo aplicável a tal eleição as regras previstas no Artigo 17 deste Estatuto Social que sejam com ela incompatíveis. **Artigo 19** - O Conselho de Administração elegerá, dentre seus membros, seu Presidente e seu Vice-Presidente, devendo tal eleição ocorrer na primeira reunião após a posse dos Conselheiros ou na primeira reunião seguinte à ocorrência de vacância desses cargos. **Subseção III - Reuniões e Substituições - Artigo 20** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente, seu Vice-Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, mediante notificação escrita, por meio físico ou eletrônico, ou de qualquer outra forma que permita a comprovação do recebimento pelo destinatário, com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. **Parágrafo Único** - Independentemente das formalidades previstas neste Artigo 20, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros. **Artigo 21** - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros. **Parágrafo 1º** - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. **Parágrafo 2º** - Nenhum membro do Conselho de Administração poderá participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da Administração da Companhia ou das sociedades por ela controladas, exercer o voto ou, de qualquer forma, intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia ou de suas controladas, nos termos da legislação aplicável. **Parágrafo 3º** - Salvo exceções expressas neste Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes às reuniões. Em caso de empate, o Presidente do Conselho de Administração terá voto de qualidade. **Artigo 22** - Ressalvado o disposto na legislação aplicável e observado o previsto no Parágrafo Único deste Artigo 22, ocorrendo vacância no cargo de membro do Conselho de Administração, o substituído será nomeado pelos Conselheiros remanescentes, e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente, quando deverá ser eleito o Conselheiro que completará o mandato do substituído. Ocorrendo vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do evento, Assembleia Geral para eleger os substitutos, os quais deverão completar o mandato dos substituídos. **Parágrafo Único** - Em caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, o Vice-Presidente ocupará o cargo vago até a eleição de novo Presidente, respeitada a limitação prevista no Artigo 15, Parágrafo 2º deste Estatuto Social. **Artigo 23** - No caso de ausência, o Conselheiro ausente poderá ser representado nas reuniões do Conselho de Administração por outro Conselheiro indicado mediante manifestação escrita, por meio físico ou eletrônico, entregue, na data da reunião, ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da mesa, caso este não seja o Presidente do Conselho de Administração, o qual, além do seu próprio voto, expressará o voto do Conselheiro ausente. **Parágrafo 1º** - No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas funções serão exercidas, em caráter temporário, pelo Vice-Presidente. **Parágrafo 2º** - Em caso de ausência ou impedimento temporário do Vice-Presidente, competirá ao Presidente indicar, dentre os demais membros do Conselho de Administração, seu substituto. **Artigo 24** - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Os Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do Conselheiro e a comunicação com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio físico ou eletrônico. **Parágrafo 1º** - Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Conselheiros presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do caput deste Artigo 24, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia física ou eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração logo após a transcrição da ata. **Parágrafo 2º** - Deverão ser arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros, incluindo as atas das reuniões do Conselho de Administração relativas ao reporte trimestral das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria não estatutário, caso instalado. **Parágrafo 3º** - O Conselho de Administração poderá admitir outros participantes em suas reuniões, com a finalidade de acompanhar as deliberações e/ou prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto. **Subseção IV - Competência - Artigo 25** - Compete ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas, assim como o controle e fiscalização de seus desempenhos, cumprindo-lhe, especialmente, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas pela legislação e regulamentação aplicáveis, por este Estatuto Social, pelas políticas e regimentos da Companhia, (i) eleger e destituir os Diretores e fixar as suas atribuições, observado o que a respeito dispuser este Estatuto Social e a legislação vigente; (ii) aprovar: (a) o Regimento Interno do Conselho de Administração; (b) o Código de Conduta e Ética da Companhia; e (c) determinadas políticas e normas internas que venham a ser adotadas pela Companhia relacionadas ou que façam referência à governança corporativa da Companhia, bem como aprovar suas alterações; (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; (iv) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.; (v) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras anuais e intermediárias da Companhia; (vi) aprovar a emissão de ações pela Companhia dentro do limite do capital autorizado; (vii) aprovar: (a) a emissão de debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia, dentro do limite do capital autorizado; e (b) a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de notas promissórias, comerciais papers, bonds, notes ou outros títulos ou valores mobiliários similares, para distribuição pública ou privada; (viii) examinar e opinar sobre qualquer assunto relativo às atividades da Companhia e de suas controladas que julgue relevante, bem como assuntos que lhe sejam submetidos pelos Diretores ou pelos Comitês de Assessoramento; (ix) nomear ou destituir os auditores independentes contratados pela Companhia ou pelas suas controladas, bem como homologar o plano de auditoria interna; (x) examinar, opinar e propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos; (xi) aprovar, anualmente, os orçamentos, planos de investimentos, endividamento, planejamentos de usos e fontes de recursos, os fatores críticos e outros aspectos necessários ao direcionamento das operações da Companhia e das suas controladas, bem como eventuais modificações ("Orçamento Anual"). O Orçamento Anual de determinado ano, corrigido pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, aplicar-se-á ao ano seguinte até que o Orçamento Anual do referido ano seja aprovado; (xii) aprovar a assinatura ou rescisão, pela Companhia e por suas controladas, de contratos de concessão relacionados aos seus objetos sociais, bem como a aprovação de quaisquer alterações ou aditivos a tais contratos; (xiii) aprovar a participação da Companhia, ou de suas controladas, em licitações envolvendo concessões; (xiv) aprovar anualmente as diretrizes gerais e de patrocínio e doação filantrópica que envolvam valor igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), observada a vedação prevista no artigo 154, parágrafo 2º, alínea "a" da Lei das S.A.; (xv) aprovar a tomada de empréstimos, obtenção de financiamentos e qualquer ato que implique endividamento (exceto via emissão de debêntures, que observará o disposto no item (vii) acima), entre a Companhia e terceiros ou entre uma controlada da Companhia e terceiros que envolvam valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o valor equivalente a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da controlada ou coligada em seu último balanço patrimonial anual auditado, dentre eles o que for maior; (xvi) aprovar a concessão pela Companhia em favor de terceiros ou por uma controlada da Companhia em favor de terceiros, de quaisquer avais, fianças ou outras garantias no contexto de obrigações da Companhia ou de controlada da Companhia nos termos do inciso (xv) acima, respeitados os limites e operações nele descritos; (xvii) aprovar a celebração de contratos envolvendo a alienação de bens do ativo não circulante da Companhia em valor igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); (xviii) aprovar a celebração de contratos (incluindo seus aditivos), exceto aditivos de prorrogação de prazo contratual, e eventuais rescisões, entre, de um lado, a Companhia ou suas controladas e, de outro: (a) quaisquer partes relacionadas da Companhia; (b) entidades que não façam parte do grupo econômico da Companhia e detenham participação em qualquer controlada da Companhia, bem como sociedades controladoras, controladas ou coligadas de tal entidade que detêm participação em determinada controlada da Companhia, em valor anual igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); ou (c) quaisquer partes relacionadas de controladas da Companhia que não se enquadrem nos itens anteriores (que não a própria Companhia ou suas controladas); observada em todas as hipóteses acima a Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse da Companhia e o Orçamento Anual em vigor (conforme aplicável), sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, diretamente ou por meio dos Comitês de Assessoramento, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e a sua adequação às condições e práticas de mercado (arm's length); (xix) ressalvadas as competências descritas nos incisos (xii) e (xv) a (xviii) acima e salvo se já previstos no Orçamento Anual em vigor (conforme aplicável), aprovar a celebração de contratos de qualquer natureza (incluindo seus aditivos), exceto aditivos de prorrogação de prazo contratual, e eventuais rescisões, pela Companhia e por suas controladas em valor anual igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); (xx) aprovar a proposição de ações judiciais ou instauração de procedimento arbitral em valor igual ou superior

Continua...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Continuação a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); (xxi) aprovar dissolução ou liquidação de suas controladas, bem como solicitação de recuperação judicial ou pedido de autofalência pelas mesmas; (xxii) aprovar a criação e extinção de subsidiárias ou controladas, no País ou no exterior, bem como deliberar, por proposta da Diretoria, sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no País ou no exterior, que não estejam previstos no Orçamento Anual em vigor (conforme aplicável): (a) em valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões) ou o valor equivalente a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da controlada ou coligada em seu último balanço patrimonial anual auditado; (xxiii) aprovar as alterações significativas no modelo de gestão e na estrutura organizacional da Companhia e de suas controladas; (xxiv) aprovar a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis; (xxv) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (c) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (xxvi) analisar e acompanhar, trimestralmente, o ITR enviado à CVM; (xxvii) aprovar a criação de Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e indicar seus respectivos membros; (xxviii) aprovar os Regimentos Internos dos Comitês de Assessoramento, assim como suas estruturas administrativas; (xxix) aprovar atribuição de orçamento: (i) da área de auditoria interna (incluindo a terceirizada, se for o caso) e, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria, caso instalado, receber o relatório daquela área avaliando, ao menos anualmente, se a sua estrutura e orçamentos são suficientes ao desempenho de suas funções; e (ii) dos demais Comitês de Assessoramento, se e quando instalados; (xxx) aprovar a abertura de capital das controladas da Companhia na categoria A, conforme previsto nas Instruções Normativas da CVM; (xxxi) determinar o voto a ser proferido pela Companhia em quaisquer assembleias, resoluções ou reuniões de sócios de qualquer sociedade na qual a Companhia venha a deter participação, em relação às matérias acima referidas; (xxxii) aprovar os termos e condições gerais de contratos de indenidade a serem eventualmente celebrados entre a Companhia ou qualquer de suas controladas e seus respectivos Administradores, membros de órgãos auxiliares da administração ou membros do Conselho Fiscal; (xxxiii) aprovar programas de concessão de ações ou programas de opção de compra de ações aos Administradores e empregados da Companhia e respectivos modelos de contratos de concessão de ações ou de opção de compra de ações conforme limites determinados pelos planos de concessão de ações ou planos de opção de compra de ações aprovados pela Assembleia Geral; e (xxxiv) deliberar sobre os atos que excedam os limites de competência da Diretoria, dentro de suas próprias atribuições. Artigo 26 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração representar o Conselho de Administração nas Assembleias Gerais ou, em caso de sua vacância, ao Vice-Presidente. Seção III - Da Diretoria - Subseção I – Composição e Reuniões - Artigo 27 - A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 8 (oito) Diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, autorizada a cumulação de mais de um cargo por qualis Diretor(a) desde que observado o disposto no Artigo 15, Parágrafo 1º, deste Estatuto Social, sendo designados: (a) 1 (um) Diretor(a) Presidente; (b) 1 (um) Vice-Presidente Financeiro(a); (c) 1 (um) Vice-Presidente de Relações com Investidores; (d) 1 (um) Vice-Presidente de Operações; (e) 1 (um) Diretor(a) de Relações Institucionais; (f) 1 (um) Diretor(a) de Novos Negócios; (g) 1 (um) Vice-Presidente Jurídico(a), Regulatório(a) e de Compliance; e (h) 1 (um) Diretor(a) sem designação específica. Artigo 28 - O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. Subseção II – Competência - Artigo 29 - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei, por este Estatuto Social e pelas políticas e regimentos da Companhia, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social e das políticas e regimentos da Companhia quanto: (i) à forma de representação; (ii) à alçada para a prática de determinados atos; e (iii) à orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração. Parágrafo 1º - Compete ao(a) Diretor(a) Presidente dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia e, além das funções, atribuições e poderes a ele confiados pelo Conselho de Administração: (i) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos demais membros da Diretoria; (ii) propor, sem exclusividade de iniciativa, ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor(a) no momento de sua respectiva eleição; e (iii) em conjunto com o(a) Vice-Presidente Financeiro, elaborar e apresentar, anualmente, ao Conselho de Administração, o Orçamento Anual. Parágrafo 2º - Compete ao(a) Vice-Presidente Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia; (ii) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia; (iii) em conjunto com o(a) Diretor(a) Presidente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração, anualmente, o Orçamento Anual; (iv) elaborar e acompanhar os planos de negócios, operacionais e de investimentos da Companhia; (v) representar a Companhia perante instituições financeiras, observado, contudo, o disposto no Artigo 32 abaixo; (vi) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; (vii) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária da Companhia; (viii) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior da Companhia e suas controladas e coligadas de forma consolidada; (ix) apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial ("TIR") detalhado da Companhia consolidado com suas controladas e coligadas; e (x) assegurar o cumprimento e observância aos limites impostos por políticas financeiras, de hedge e/ou de riscos de mercado da Companhia. Parágrafo 3º - Compete ao(a) Vice-Presidente de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados); (ii) prestar informações ao público investidor, à CVM, ao Banco Central do Brasil, às entidades administradoras de mercados organizados nas quais a Companhia venha a ter seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; (iii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências; (iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e (v) reportar ao(a) Diretor(a) Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia. Parágrafo 4º - Compete ao(a) Vice-Presidente de Operações, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) dirigir as áreas de facilidades, compras, operações, automação e Tecnologia da Informação da Companhia; (ii) planejar, definir e coordenar o dia a dia da Companhia no âmbito administrativo; (iii) elaborar e acompanhar os planos operacionais das concessionárias controladas pela Companhia; (v) coordenar a execução e controle dos processos operacionais de	Monte Rodovias S.A. cobrança e tráfego, segurança viária e do trabalho, manutenção e conserva dos ativos, assim como o relacionamento com as autoridades regulatórias, com o objetivo de assegurar a excelência operacional de todas as concessões rodoviárias da Companhia e suas controladas. Parágrafo 5º - Compete ao(a) Diretor(a) de Novos Negócios, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) a prospecção, desenvolvimento e busca do crescimento das suas operações através da ampliação dos negócios atuais e da conquista de novos negócios; e (ii) o empresariamento do portfólio de contratos de concessões rodoviárias. Parágrafo 6º - Compete ao(a) Vice-Presidente Jurídico, Regulatório e de Compliance, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) organizar, controlar, coordenar e supervisionar os assuntos e as atividades de caráter jurídico da Companhia e suas subsidiárias, em seus aspectos técnicos operacionais e estratégicos; (ii) aconselhar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza jurídica e no implemento de tais decisões em cumprimento às determinações legais vigentes; (iii) contratar e supervisionar os serviços jurídicos prestados por profissionais externos; (iv) elaborar relatórios de natureza jurídica e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia; (v) planejar e executar políticas de gestão e sua área de competência; (vi) assessorar juridicamente as demais áreas da Companhia; (vii) preservar segurança empresarial; (viii) coordenar toda a área jurídica consultiva e contenciosa da Companhia e suas subsidiárias; (ix) administrar os assuntos de governança corporativa da Companhia, observadas as políticas da Companhia, assim como as orientações previamente traçadas pelo Conselho de Administração e (x) administrar os assuntos jurídicos e de compliance em geral, observadas as políticas aplicáveis da Companhia, assim como as orientações previamente traçadas pelo Conselho de Administração. Parágrafo 7º - Compete ao(a) Diretor(a) de Relações Institucionais, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) coordenar o desenvolvimento da estratégia institucional perante entidades governamentais, associações setoriais e meios de comunicação, assim como a estratégia de sustentabilidade da Companhia e suas controladas; (ii) prospecção, desenvolvimento e apoio ao(a) Diretor(a) de Novos Negócios, na conquista de novos negócios ou no relacionamento com os respectivos poderes concedentes; (iii) assessorar o(a) Diretor(a) Presidente e o(a) Diretor(a) de Novos Negócios na promoção e consolidação da Companhia junto ao mercado alvo; (iv) monitorar o mercado, visando identificar as demandas dos clientes e concorrência; (v) coordenar as áreas de ouvidoria e de atendimento aos usuários dos serviços prestados pela Sociedade. Subseção III - Substituição e Vacância da Diretoria Artigo 30 – O(a) Diretor(a) Presidente será substituído(a), observado o disposto no Artigo 15, Parágrafo 1º, deste Estatuto Social: (i) em caso de ausência ou impedimento por período de até 30 (trinta) dias, por qualquer diretor por ele indicado; (ii) em caso de afastamento por prazo superior a 30 (trinta) dias e inferior a 120 (cento e vinte) dias por qualquer outro diretor designado pelo Conselho de Administração; e (iii) em caso de afastamento por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias ou vacância, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo(a) Diretor(a) Presidente, conforme os procedimentos estabelecidos neste Estatuto Social. Artigo 31 - Os demais Diretores serão substituídos: (i) nos casos de ausência ou impedimento, bem como de afastamento por prazo inferior a 120 (cento e vinte) dias, por qualquer diretor indicado pelo(a) Diretor(a) Presidente; e (ii) em caso de afastamento por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias ou vacância, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo Diretor, conforme os procedimentos estabelecidos neste Estatuto Social. Subseção IV - Representação da Companhia - Artigo 32 - Ressalvadas as regras constantes da política de alçadas financeiras da Companhia e os casos previstos nos Parágrafos deste Artigo 32, a Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: (i) de 2 (dois) Diretores em conjunto; (ii) de 1 (um) procurador com poderes específicos em conjunto com o(a) o(a) Diretor(a) Presidente, ou (b) qualquer Diretor(a) Vice-Presidente; e (iii) de 2 (dois) procuradores com poderes específicos. Parágrafo 1º - Os atos para os quais este Estatuto Social exija autorização prévia do Conselho de Administração somente serão válidos uma vez preenchido esse requisito. Parágrafo 2º - É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer Diretor(a), procurador ou funcionário da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao seu objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo. Parágrafo 3º - A Companhia poderá ser representada por 1 (um) Diretor(a) ou por 1 (um) procurador, com poderes específicos e especiais, agindo isoladamente nas seguintes circunstâncias: (i) em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista, incluindo a CVM, Juntas Comerciais e entidades de classes; (ii) na cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; (iii) na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros; (iv) no endosso de instrumentos destinados à cobrança ou depósito em nome da Companhia; (v) na representação da Companhia nas Assembleias Gerais de suas controladas e demais sociedades em que tenha participação acionária; (vi) na representação da Companhia em juízo ativa e passivamente; (vii) na representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho, inclusive para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados, nomeação de preposto para representação em audiências e para acordos trabalhistas. Artigo 33 - Exceto se de outra forma previsto neste Estatuto Social, as procurações serão sempre outorgadas ou revogadas por 2 (dois) Diretores sendo um deles, necessariamente, (a) o(a) Diretor(a) Presidente, que estabelecerá os poderes do procurador e, executando-se as outorgadas para fins judiciais, terão sempre prazo determinado de vigência de no máximo 1 (um) ano. Capítulo V - Conselho Fiscal - Artigo 34 - O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião do órgão após sua instalação. Parágrafo 2º - A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio, observado os requisitos legais aplicáveis. Parágrafo 3º - Os membros do Conselho Fiscal da Companhia deverão aderir aos regimentos internos e às políticas vigentes da Companhia, mediante assinatura do respectivo termo, conforme aplicável. Parágrafo 4º - O termo de posse de que trata o Parágrafo 2º acima deverá contemplar, necessariamente, a sujeição do membro do Conselho Fiscal eleito à cláusula compromissória prevista no Artigo 44 deste Estatuto Social. Parágrafo 5º - Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a duas reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do mandato, pelo respectivo suplente. Parágrafo 6º - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, por qualquer motivo, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago. Parágrafo 7º - Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que: (i) seja inelegível nos termos da lei; (ii) ocupe cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal; e/ou (iii) tenha interesse conflitante com a Companhia; membros de órgãos de administração e empregados da Companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de Administrador. Artigo 35 - Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras. Parágrafo 1º - Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros. Parágrafo 3º - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes. Capítulo VI - Dos Órgãos Auxiliares da Administração - Artigo 36 - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês adicionais, permanentes ou não, para o assessoramento da administração da Companhia, com objetivos específicos, designando os seus respectivos membros ("Comitês de Assessoramento"). Parágrafo Único - O funcionamento e o orçamento dos Comitês de Assessoramento, assim como a remuneração de seus membros, serão	definidos pelo Conselho de Administração. Artigo 37 - Serão aplicáveis aos membros dos Comitês de Assessoramento que venham a ser criados nos termos deste Estatuto Social as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei e por este Estatuto Social aos Administradores da Companhia. Capítulo VII - Exercício Social, Demonstrações Financeiras E Destinação Dos Lucros - Artigo 38 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras. Parágrafo 1º - As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM. Parágrafo 2º - A Companhia poderá: (i) levantar balanços intercalares ou intermediários, semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intercalares ou intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. Parágrafo 3º - Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no Artigo 40 abaixo. Parágrafo 4º - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A. Artigo 39 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Parágrafo 1º - Do saldo remanescente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação nos lucros dentro dos limites estabelecidos no artigo 152 da Lei das S.A. e neste Estatuto Social. Parágrafo 2º - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das S.A., exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (ii) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto nos Parágrafos 3º e 4º deste Artigo 40; (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Parágrafo 3º deste Artigo 40, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.; (v) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, reter com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A.; (vi) a Companhia poderá manter a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Recompria de Ações e de Investimento", que poderá ter por finalidade: (i) a recompra, resgate, reembolso ou amortização de ações de emissão da própria Companhia ou de suas controladas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, nos termos e condições do Estatuto Social e do artigo 30 da Lei das S.A.; ou (ii) o financiamento da expansão das atividades da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta Reserva de Recompria de Ações e de Investimento, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia; e (vii) o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais. Parágrafo 3º - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, que será diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância destinada aos dividendos intercalares. Parágrafo 4º - O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da legislação aplicável. Artigo 40 - Por proposta aprovada pelo Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social. Parágrafo 1º - Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente. Parágrafo 2º - O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte. Artigo 41 - A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável. Artigo 42 - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. Capítulo VIII - Liquidação - Artigo 43 - A Companhia deverá entrar em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à assembleia geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e, se for o caso, o Conselho Fiscal para tal finalidade. Capítulo IX - Resolução de Controvérsias - Artigo 44 - A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, Administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, na Lei das S.A., neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. Parágrafo 1º - A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O Tribunal Arbitral será formado por árbitros escolhidos na forma estabelecida no Regulamento de Arbitragem. O procedimento arbitral terá lugar na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem. Parágrafo 2º - Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. Capítulo XI - Disposições Gerais - Artigo 45 - A Companhia observará, nos termos da Lei das S.A., os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas arquivado em sua sede. Artigo 46 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A. Artigo 47 - Observado o disposto no artigo 45 da Lei das S.A., o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes será por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral. Artigo 48 - As publicações ordenadas pela Lei das S.A., observarão ao disposto no presente Estatuto Social e na legislação vigente. Jucesp nº nº 180.716/26-8 em 27/04/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.
--	---	---

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Opper Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 10.291.050/0001-29

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Aos acionistas: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração da Opper Investimentos S.A. (“Opper Investimentos” ou “Companhia”) referente as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. **2. Operação:** A Opper Investimentos tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem, direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, à conservação, ao melhoramento, à ampliação e à recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins. A Opper Investimentos é uma empresa nascida do empreendedorismo do Sr. Pelerson Soares Penido. A visão de futuro com a qual ele era dotado levou-o a participar da licitação para a concessão da Rodovia Presidente Dutra em 1996. Nascia, então, um ramo de negócio extremamente promissor. Atualmente, a Companhia possui participação direta nas controladas em conjunto Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (“Motiva”) de 10,43% e na Companhia Operadora de Rodovias – COR de 23,28% , além de uma participação de 22,82% no Consórcio Operador da Rodovia Presidente

Dutra – COPER. A Motiva é uma “holding” cujo objeto social a permite atuar no setor de concessões de infraestruturas públicas, tais como, rodovias, vias urbanas, pontes, túneis, metrô, ferrovias, aeroportos, aquaviárias e de telecomunicações e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como a participar em outras sociedades. A COR possuía como principal operação a prestação de serviços relacionados à operação de rodovias e o COPER, prestação de serviços de operação da Rodovia Presidente Dutra BR-116/RJ/SP, cujo contrato encerrou-se em 28 de fevereiro de 2021 com a mão de obra fornecida pela COR. Após o término deste contrato, tanto o COPER como a COR deixaram de operar e entraram em um processo de dormiência, pois ambas não possuem outras atividades operacionais. Com o objetivo de expandir sua área de atuação, a Motiva pretende concorrer em novas concessões rodoviárias, de mobilidade urbana e aeroportuárias por meio de licitações e Parcerias Público-Privadas – PPPs dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como em aquisições de outras concessionárias existentes. É também parte integrante de sua estratégia buscar novas oportunidades no mercado internacional. **3. Mercado de atuação:** A Opper Investimentos possui participação direta na controlada em conjunto Motiva (em 23 de abril de 2025 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária a troca da razão social da Companhia de CCR

S.A. para Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.), responsável por 3.615 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional. Além da atuação em concessões rodoviárias, a Motiva busca investimentos em outros segmentos de negócios, como mobilidade urbana e concessões aeroportuárias. No segmento de mobilidade urbana, é responsável pela prestação de serviços de transporte de passageiros em metrô, trens, veículos leves sobre trilhos e barcas (que operou até fevereiro de 2025 quando encerrou o contrato de concessão), que somam aproximadamente 188,5 quilômetros de extensão, transportando aproximadamente 3 milhões de passageiros por dia. No segmento de concessões aeroportuárias, é responsável pela administração e exploração de 17 aeroportos nacionais e 3 internacionais com capacidade para transportar mais de 40 milhões de passageiros embarcados por ano. A Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. continua ativamente e seletivamente em busca de novas oportunidades de negócios de concessões rodoviárias, mobilidade urbana e aeroportuárias, primário e secundário, em consonância com seu objeto social e com o claro objetivo de identificar e desenvolver novas oportunidades de investimento e transações relevantes para a Companhia. **4. Resultado das operações:** Resultado operacional: A equivalência patrimonial em 2025 foi de R\$ 342.364, em comparação aos R\$ 130.237 de 2024. Esse aumento é explicado, em virtude do resultado

influenciado pelos efeitos não-recorrentes e desempenho operacional e financeiro de sua controlada em conjunto Motiva **Resultado financeiro:** No ano de 2025, o resultado financeiro líquido atingiu R\$ 1.052, em comparação a R\$ 612 em 2024. Este aumento é decorrente principalmente de rendimentos financeiros de caixa e equivalentes de caixa comparado ao ano anterior. **5. Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. Entretanto, não tratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes. **6. Agradecimentos:** Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, aos acionistas, às instituições governamentais, aos financiadores, aos prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Opper Investimentos. São Paulo, 29 de abril de 2026 A Administração.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)															
BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
Ativo	Nota	2025	2024	Reservas de lucros				Reservas de Capital			Dividendo		Lucros		Total
Circulante				Capital social	Legal	Retenção de dividendos e investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial	Transações com acionistas	Ágio em transações de capital	adicional proposto	acumulados				
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.199	8.545	655.000	129.237	154.060	454.605	77.778	(4.274)	35.972	13.697	-	1.516.075		
Impostos a recuperar	6	1.085	860	-	-	-	-	-	-	-	(13.697)	-	(16.697)		
Dividendos a receber		12.940	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350.000		
Outras contas a receber		487	1.320	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Total do ativo circulante		25.711	10.725	350.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Não circulante				100.000	-	(100.000)	-	-	-	-	-	-	-		
Realizável a longo prazo				-	-	-	(10.343)	-	-	-	-	-	(10.343)		
Outras contas a receber		354	447	-	-	-	-	-	-	-	-	125.966	125.966		
Total de realizável a longo prazo		354	447	-	-	-	-	40.734	-	-	-	-	40.734		
Investimentos	7	2.219.240	1.991.789	-	-	-	-	-	-	(5.923)	-	-	(5.923)		
Total do ativo não circulante		2.219.594	1.992.236	-	6.298	-	-	-	-	-	-	(6.298)	-		
Total do ativo		2.245.305	2.002.961	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.917)	(29.917)		
Passivo	Nota	2025	2024	89.751				-	-	-	-	(89.751)	-		
Circulante				1.105.000				135.535	143.811	444.262	118.512	(4.274)	30.049	-	1.972.895
Fornecedores	9	16		-	-	-	-	(40.727)	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar – partes relacionadas	8	265	103	403.535	-	-	(403.535)	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher		27	11	143.465	-	(143.465)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		21	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	11	193.309	29.917	-	-	-	-	(20.134)	-	-	-	20.300	-	-	-
Total do passivo circulante		193.631	30.066	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido				-	16.763	-	-	-	-	-	-	-	(16.763)	-	-
Capital social	11	1.725.000	1.105.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.925)	(15.925)	-
Reservas de lucros	11	182.221	723.608	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	11	98.378	118.512	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(73.000)	-	-
Reservas de capital	11	46.075	25.775	73.000	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.577)	-	-
Total do patrimônio líquido		2.051.674	1.972.895	-	-	29.577	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido		2.245.305	2.002.961	1.725.000	152.298	29.923	-	98.378	(4.274)	50.349	-	-	-	2.051.674	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA							
	Nota	2025	2024		2025	2024		2025	2024		2025	2024			
Receitas (despesas) operacionais				Lucro do exercício				Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Serviços		(3.878)	(1.849)	Outros resultados abrangentes				Lucro antes do IRPJ e CSLL							
Outras Despesas		(4.273)	(3.034)	Itens que não serão reclassificados para o resultado				Ajustes para reconciliar o lucro:							
Resultado de equivalência patrimonial	7	342.364	130.237	Ajustes de avaliação patrimonial – reflexo				Equivalência patrimonial							
Resultado antes do resultado financeiro		334.213	125.354	(119)				4							
Receitas financeiras				(119)				4							
Rendimento sobre aplicações financeiras		970	579	Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado											
Juros e outras receitas financeiras		131	65	provenientes da controlada em conjunto											
		1.101	644	Ajustes de avaliação patrimonial – reflexo				(20.015)				40.730			
Despesas financeiras				Total outros resultados abrangentes				(20.134)				40.734			
Taxas, comissões e outras despesas financeiras		(49)	(32)	Total do resultado abrangente do exercício				315.131				166.700			
		(49)	(32)	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
Resultado Financeiro		1.052	612	tizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:				A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:							
Lucro do exercício		335.265	125.966	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócio) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.				Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Resultados não operacionais				Despesas operacionais				Dividendos pagos							
Resultados operacionais				Fluxo de caixa das atividades de financiamento				(93.260)				(82.050)			
Resultados operacionais				Caixa líquido usado nas atividades de financiamento				(93.260)				(82.050)			
Resultados operacionais				Aumento do caixa e equivalente de caixa				2.654				691			
Resultados operacionais				Demonstração do aumento do caixa e equivalente de caixa											
Resultados operacionais				No início do exercício				8.545				7.854			
Resultados operacionais				No final do exercício				11.199				8.545			
Resultados operacionais								2.654				691			
Resultados operacionais				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
Resultados operacionais				Ativos financeiros a VJR				Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.							
Resultados operacionais				Desreconhecimento: Ativos financeiros:				A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. d) Ágio: A Companhia possui ágio resultante da aquisição de participação na Motiva que está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e está sendo apresentado na rubrica de investimentos deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. O ágio possui vida útil indefinida e tem seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou em períodos menores, caso haja indicadores de perda de valor. e) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) : A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perda de ativos financeiros a receber ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. Ativos não financeiros							

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

e Serviços (CBS). A legislação prevê a aplicação de alíquotas-teste a partir de 2026, correspondentes, em linhas gerais, a 0,1% para o IBS e 0,9% para a CBS, as quais serão gradualmente elevadas ao longo dos exercícios subsequentes, conforme o cronograma de transição definido na legislação e em regulamentações complementares, até a plena implementação do novo sistema tributário. Tais alterações poderão impactar, de forma relevante, a carga tributária, os fluxos de caixa, os preços, os processos operacionais e os sistemas de informação da Sociedade, a depender da regulamentação aplicável e de seu modelo de negócios. Nesse contexto, a Sociedade vem avaliando os potenciais impactos financeiros, comerciais e operacionais relacionados a essas alterações, bem como conduzindo estudos e adotando ações preparatórias com o objetivo de considerar tais efeitos e mitigar eventuais impactos adversos decorrentes da implementação do novo sistema tributário. **Novas normas, alterações e interpretações de normas:** Não há outras normas, alterações de normas ou interpretações que não estão em vigor que a Sociedade espera ter impacto relevante decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

3. Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Bancos	60	32
Aplicações financeiras	–	2.093
	60	2.125

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em operações compromissadas, com remunerações próximas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI. As aplicações em operações compromissadas e similares, embora tenham lastro em títulos com vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

4. Contas a receber	2025	2024
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Salto	29.279	20.454
Clientes privados	293	298
	29.572	20.752

O contas a receber são valores originados da prestação de serviços públicos e privados da coleta de resíduos não perigosos e perigosos, atividades de paisagismo, de limpeza e, serviços de engenharia, entre outros. O saldo vencido há mais de 360 dias em aberto com a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Salto em 31 de dezembro de 2025 refere-se principalmente aos serviços prestados nos meses de setembro, outubro e novembro de 2024. Devido a problemas de caixa ao longo de 2024 e 2025, a Prefeitura está em negociação com a Sociedade para efetuar o pagamento desses valores em 2026. A Administração da Sociedade avalia regularmente a recuperabilidade de seus créditos e o risco de inadimplência. Por se tratar de um ente público municipal (risco de crédito soberano local) e se tratar de um serviço público essencial, a Sociedade entende que não há risco de perda definitiva que justifique a constituição de Provisão para perda esperada de crédito sobre os saldos vencidos. A abertura do saldo a receber pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

Descrição	2025	2024
A vencer	55	49
Vencidos		
De 1 a 30 dias	8.853	16.200
De 31 a 180 dias	67	4.503
De 180 a 360 dias	4.348	–
Acima de 360 dias	16.249	–
	29.517	20.703
	29.572	20.752

5. Imobilizado e intangível

% – Taxa anual de depreciação e amortização	2025	2024
---	------	------

Imobilizado líquido		
Terrenos	–	–
Máquinas e equipamentos	10	17.989
Veículos operacionais	20	19.032
Ferramentas	20	167
Equipamentos de informática	20	94
Móveis e utensílios	10	45
Outros	20	229
	39.227	36.906

Depreciações acumuladas (15.340) (13.316)

Total do ativo imobilizado 23.887 23.590

Intangível líquido		
Obras concessão	(a)	9.681
Licenças de softwares	20	22
	9.703	9.703

Amortizações acumuladas (658) (576)

Total do ativo intangível 9.045 9.127

(a) Os ativos da concessão serão amortizados dentro do prazo da concessão no método de linha reta, amortização linear, considerando uma taxa média de 5% a.a. **Resumo das movimentações:** A movimentação sintética do imobilizado e do intangível dos anos de 2025 e de 2024 encontra-se demonstrada a seguir:

Imobilizado	2025	2024
Saldo inicial	23.590	11.049
Aquisições	3.226	14.455
Baixas	(6)	–
Depreciação	(2.923)	(1.914)
Saldo final	23.887	23.590
Intangível	2025	2024
Saldo inicial	9.127	8.018
Aquisições	–	1.191
Amortização	(82)	(82)
Saldo final	9.045	9.127

As aquisições de imobilizado realizadas no exercício de 2024 referem-se, substancialmente, à compra de implementos operacionais e equipamentos acopláveis aos veículos de transporte, tais como cestos aéreos e cabeçotes de corte para poda. Tais itens foram classificados na rubrica de “Máquinas e equipamentos” e foram financiados mediante captação de recursos via linha de crédito FINAME, cujos saldos passivos encontram-se detalhados na nota explicativa nº6. **6. Empréstimos e financiamentos** – Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, relativos aos empréstimos e financiamentos, estavam representados por:

Modalidade	2025	2024
Financiamento de veículos pesados – FINAME	14.424	15.926
	14.424	15.926

Parcela circulante 6.083 4.176

Parcela não circulante 8.341 11.750

FINAME: Realizados com a finalidade de aquisição de caminhões, caminhões compactadores elétricos, carrocerias, equipamentos hidráulicos e outros. Além dos próprios bens financiados os contratos apresentam como garantia o aval da sua acionista. Essas operações são realizadas com taxas de juros anuais que variam entre 15,69% e 17,13%, pagos mensalmente e com vencimentos finais em 2029.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	R\$
(+) Liberações	2.522
(+) Juros do período	13.596
(-) Pagamentos de principal e juros	583
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.926

(+) Liberações 2.014

(+) Juros do período 1.878

(-) Pagamentos de principal e juros (5.394)

Saldo em 31 de dezembro de 2025 14.424

Composição das parcelas de longo prazo: Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

	2025	2024
2026	4.918	4.374
2027	5.160	4.374
2028	3.157	2.458
2029	24	–
	8.341	11.750

2025	2024
2.833	2.222

7. Fornecedores a pagar

Prestadores de serviços – Terceiros

Prestadores de serviços – Corpus Saneamento e Obras Ltda. (a)

(a) Contas a pagar decorrente de locação de máquinas e equipamentos.

As operações comerciais e financeiras entre as empresas ligadas são efetuadas em condições específicas acordadas entre as partes.

8. Obrigações tributárias e trabalhistas

Obrigações tributárias

Programa de Integração Social (PIS) a recolher 615 391

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recolher 2.832 1.802

Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) 6 –

Outros 16 15

Obrigações trabalhistas

Provisão de férias e encargos sociais a pagar 1.308 1.298

Salários a pagar 356 393

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) a recolher 95 96

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher 312 123

Imposto de renda retido na fonte (IRRF) a recolher 45 48

Outros 92 65

2.208 2.023

5.677 4.231

As obrigações tributárias são compostas pelos tributos devidos na prestação de serviços de limpeza urbana, bem como tributos sobre o lucro.

9. Dividendos a pagar

Corpus Saneamento e Obras Ltda.

Saldo inicial

Dividendos pagos (1.565)

Dividendos mínimos obrigatórios 331 1.076

Saldo final 1.407 1.076

10. Transações com partes relacionadas – Operações de empréstimos e mútuos: O saldo a pagar representa operações de empréstimos em forma de mútuo com prazo indeterminado, celebrados entre a Sociedade e suas partes relacionadas, tendo por objetivo suprir recursos para a manutenção das atividades operacionais, sendo que estas operações não possuem remuneração ou vencimento predeterminado, conforme mutuado entre as partes. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os saldos passivos com partes relacionadas estão assim apresentados:

Corpus Saneamento e Obras Ltda.

Passivo não circulante

Custos – Operações mercantis (4.882) (6.593)

As operações comerciais entre as empresas ligadas são efetuadas em condições específicas acordadas entre as partes.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **CSO Ambiental de Salto SPE S.A.** – Salto-SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras: Examinamos as demonstrações financeiras da **CSO Ambiental de Salto SPE S.A. (“Sociedade”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **CSO Ambiental de Salto SPE S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)). **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras:** Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4, a Sociedade possui créditos a receber de órgão governamental em aberto há mais de 360 dias, para os quais não constitui a provisão para perda esperada de crédito em montante de R\$16.249 mil (R\$10.724 mil líquido dos efeitos tributários), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A realização deste valor está condicionada às negociações em curso com os órgãos governamentais, tanto na esfera administrativa, quanto judicial. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de

acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase: Operação com cliente exclusivo:** Sem ressaltar nossa opinião, chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1 onde menciona que a Sociedade possui saldos e transações comerciais com um cliente único, qual seja, a Prefeitura da Estância Turística de Salto, em razão de propósito de atendimento exclusivo previsto em contrato. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram preparadas assumindo que a Sociedade terá continuidade normal destas operações comerciais e, desta forma, não incluem possíveis ajustes de realização e classificação de ativos e passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralização deste contrato. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo

11. Provisão para demandas judiciais – A Sociedade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais. Em 31 de dezembro de 2025 os principais processos judiciais em curso, com probabilidades de perdas possíveis e prováveis são conforme seguem: **Processos prováveis**

	2025	2024
Processos trabalhistas	403	403
	403	403

Processos possíveis: Segue a relação de saldos de contingência não provisionadas devido a seu prognóstico de perda classificado como possível, de acordo com o parecer dos consultores jurídicos externos da Sociedade:

	2025	2024
Processos trabalhistas	2.930	1.140

Em 31 de dezembro de 2025 a Sociedade possuía 45 ações (35 ações em 2024) trabalhistas com prognósticos de perda possível. As principais matérias envolvidas nas ações versam sobre temas decorrentes de ajustes salariais, adicionais de insalubridade, nulidade de aviso prévio e, outros. **12. Patrimônio líquido – Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é de R\$ 12.801, representado por 12.800.330 ações ordinárias de valor nominal de R\$ 1,00, totalmente integralizado, conforme segue:

Acionista	Ações	% – Participação
Corpus Saneamento e Obras Ltda.	12.800.330	100,00
	12.800.330	100,00

Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, essa reserva, que não pode exceder 20% do capital social, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A reserva poderá deixar de ser constituída quando o saldo dessa reserva, atingir 20% do capital social, conforme determinado no estatuto social. **Destinação do lucro líquido:** Destinação do lucro líquido de acordo com o Estatuto Social da Sociedade e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e a Lei nº 11.638/07), o lucro líquido do exercício disponível, após a compensação dos prejuízos acumulados e após a dedução de participação dos administradores até o limite máximo legal, tem a seguinte destinação: (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado e (ii) 25% do saldo remanescente para pagamento de dividendos obrigatórios. O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 está assim demonstrado:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.392	4.530
(-) Reserva legal	(70)	(226)
(-) Base de distribuição de lucros	1.322	4.304

(x) Dividendo mínimo obrigatório – % 25%

(-) Dividendo mínimo obrigatório – R\$ 331 1.076

13. Receita com prestação de serviços

Receita de prestação de serviços 63.935 66.527

(-) Impostos incidentes – ISS (3.126) (3.395)

(-) Impostos incidentes – PIS (1.046) (1.083)

(-) Impostos incidentes – COFINS (4.819) (4.991)

54.944 57.058

2025 2024

Salários, encargos e benefícios (21.385) (18.745)

Locação de máquinas e equipamentos (7.003) (8.463)

Manutenção de máquinas e veículos (2.748) (3.070)

Combustível/lubrificante (3.518) (3.399)

Controle e destinação resíduos (748) (645)

Materiais aplicados, limpeza e consumo (753) (925)

Depreciação e amortização (2.350) (1.965)

Locação de veículos e imóveis (317) (306)

Serviços prestados por terceiros (2.210) (1.578)

Outros custos (416) (351)

(42.048) (39.447)

15. Despesas gerais, administrativas e comerciais

Salários, encargos e benefícios (6.983) (6.676)

Serviços prestados por terceiros (1.040) (574)

Despesas com provisões judiciais – (258)

Serviços prestados vigilância/segurança (249) (231)

Locação de máquinas, equipamentos e veículos (173) (148)

Depreciação e amortização (56) (32)

Contribuição sindical (371) (315)

Despesas com propaganda e publicidade (162) (160)

Despesa com seguros (27) (26)

Impostos, taxas e outras (507) (174)

Outras despesas (1.461) (1.565)

(11.029) (10.159)

2025 2024

16. Resultado financeiro líquido

Despesas financeiras

Juros pagos ou incorridos (1.878) (583)

Despesas bancárias (9) (9)

Outras despesas (1) (1)

(1.888) (593)

Receitas financeiras

Rendimentos sobre aplicações financeiras 18 1.336

16. Resultado financeiro líquido

Descontos obtidos 1 –

Juros ativos 50 6

Resultado líquido 69 1.343

17. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido – Imposto de renda e contribuição social – corrente

2025 2024

Lucro do exercício antes dos impostos sobre a renda 1.027 8.385

(+) Doações e despesas não dedutíveis 28 23

(+) Provisão /(reversão) para demandas judiciais –

(-) Diferimento de resultado com órgãos públicos (2.646) (6.236)

(+) Trimestre com prejuízo 3.243 2.074

Lucro real 1.652 4.503

Imposto de renda, adicional de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido apurado 538 1.507

(-) Outras deduções (compensação de prejuízos fiscal + PAT) (163) (21)

Imposto de renda, adicional de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido 375 1.486

Imposto de renda e contribuição social – diferido: Os créditos e débitos diferidos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foram reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e nas diferenças temporárias que resultarão em tributação futura. A seguir, apresentamos as origens dessas diferenças:

2025 2024

Ativo diferido

Prejuízos fiscais 1.634 1.634

Passivo diferido

Diferimento de resultado com órgão público 3.262 2.369

18. Instrumentos financeiros – Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Sociedade, estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar com partes relacionadas, realizadas em condições normais de mercado, estando reconhecido nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

• **Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras são mantidos em bancos de primeira linha e possuem seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. As taxas pactuadas nas aplicações financeiras refletem as condições usuais de mercado.

• **Contas a receber:** O contas a receber da Prefeitura de Salto é avaliado no momento inicial pelo valor presente e deduzido da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. Seus valores são substancialmente similares aos valores de mercado e, incluem atualizações contratuais quando aplicável.

• **Empréstimos e financiamentos:** Os valores de mercado para os empréstimos e financiamentos são idênticos aos dos saldos contábeis, sendo atualizados conforme cláusulas previstas nos contratos.

• **Fornecedores:** Os valores reconhecidos representam a parcela em Reais dos valores de aquisição de serviços e materiais e demais contas a pagar.

• **Partes relacionadas a pagar:** Apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

Risco de crédito: A Sociedade está exposta ao risco de crédito considerando sua concentração de operações com apenas um cliente. São efetuados acompanhamentos contínuos relacionados ao recebimento dos serviços e, há punições em contrato caso não cumpridas suas condições. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Sociedade somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação.

Risco de liquidez: A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Desta forma, a Sociedade possui aplicações com vencimento em curto prazo (ou similares) e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital: Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Operações com instrumentos derivativos: A Sociedade não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2025 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos ou quaisquer outras transações com instrumentos financeiros derivativos.

CSO Energia SPE S.A.														
CNPJ/MF nº 63.844.482/0001-86														
Relatório de Administração – 2025														
A CSO Energia SPE S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 63.844.482/0001-86, com sede na Estrada João Ceccon, km 7,5, Fazenda Espírito Santo, cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, CEP 13.331-400, fundada em 27/11/2025, na modalidade de subsidiária integral, tendo como única acionista a empresa Corpus Saneamento e Obras Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 31.733.363/0008-36, cadastrada nos segmentos de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, Comercialização de Energia Elétrica no Mercado Atacadista e Locação de Imóveis Próprios. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), e a administração da Companhia, conforme estabelecido em seu Estatuto Social é realizada por uma Diretoria, composta por 3 (três) Diretores. Desempenho Operacional: Em atendimento ao seu objeto social, no exercício de 2025, a CSO Energia SPE S.A. foi constituída com a finalidade de					operacionalizar usina termoeleétrica para geração de energia renovável a partir do aproveitamento do biogás de Aterro Sanitário. Para a execução de seu propósito, foi firmada parceria com a Cooperativa Terenas Energia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.275.784/0001-97, na modalidade de geração distribuída compartilhada, por meio do Contrato de Locação de Imóvel e de Sistema de Geração de Energia a Biogás e Outras Avenças, tendo por objeto a locação da área do Imóvel e consequentemente, dos equipamentos que compõem a Usina, devidamente instalados no Imóvel, bem como do Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção de Sistema de Geração de Energia a Biogás, tendo por objeto a prestação de serviço de operação e manutenção da Usina, em favor da Cooperativa Terenas Energia, assegurando a continuidade e o pleno funcionamento do empreendimento. A sinergia estabelecida entre as partes viabiliza o aproveita-					mento energético do biogás, consolidando mais um empreendimento de base sustentável no portfólio do Grupo e reafirmando o compromisso da Companhia com a geração de valor ambiental e econômico. Desempenho Econômico-Financeiro: Sobre o Desempenho Econômico-Financeiro da Companhia, nos remetemos às informações das Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis) que constituem parte integrante do presente relatório. Agradecimentos: Agradecemos a parceira comercial, a fornecedores, ao acionista e à sociedade em geral pela confiança depositada na administração da Companhia, e, especialmente, aos colaboradores que integraram conosco essa empreitada ao longo do exercício. Temos a certeza de que as parcerias construídas em 2025 seguirão consolidadas, contribuindo para conquistas ainda maiores nos exercícios vindouros.				
A Diretoria														
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em reais)														
Balanço Patrimonial					Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido									
Ativo	Notas	2025	2024		Capital Social	(-) Capital a Integralizar	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total						
Circulante		1.000	–		Saldo em 01/01/2025	–	–	–						
Caixa e equivalentes de caixa	1	1.000	–		Capital Subscrito a Integralizar	–	–	–						
Não Circulante		–	–		Capital Integralizado	1.000	–	1.000						
Imobilizado		–	–		Prejuízo do Exercício	–	–	–						
Total do Ativo		1.000	–		Saldo em 31/12/2025	1.000	–	1.000						
Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2025	2024		Mutações no Período	1.000	–	1.000						
Circulante		–	–			–	–	–						
Contas a Pagar		–	–											
Não Circulante		–	–											
Partes Relacionadas		–	–											
Patrimônio Líquido		1.000	–											
Capital Social		2	1.000											
Total do Passivo		1.000	–											
Notas Explicativas Demonstrações Financeiras														
1. Contexto Operacional – CSO Energia SPE S.A. (CSO Energia), iniciou suas atividades em 27/11/2025, estabelecendo sua sede na Cidade de Indaiatuba-SP, com a finalidade/proposito de realizar geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica a partir do Biogás e aluguéis de imóveis.														
2. Resumo das Principais Políticas Contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 2.1. Base de Preparação: a) Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis da Empresa para o exercício, findo em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A moeda funcional da Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das suas demonstrações contábeis. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Sendo esta base acompanhada pela administração da empresa. b) Demonstrações Contábeis – continuação: Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com o CPC. As estimativas são avaliadas continuamente, com base em experiência passada, julgamentos e outros fatores. c) Mudança nas Políticas Contábeis e Divulgações: Não há alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1º de janeiro de 2026 relevantes para a Empresa. 2.2. Resumo das Principais Políticas Contábeis: a) Apuração do resultado: O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de prestação de serviços é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos significativos e benefícios de propriedade da prestação de serviços são transferidos para o comprador, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados														
A Diretoria														
Edson Donizete Paiva – Contador CRC/SP ISP 128.705/O-5														

Gante SP Participações S.A.									
CNPJ/MENº 19.065.641/0001-52 - NIRE 35.300.463.471									
Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária									
Data, Hora e Local: 17 de abril de 2026, às 10h30min, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Haddock Lobo, nº 1421, Sala 1, Cerqueira Cesar, CEP 01414-003. Convocação: Dispensada a convocação prévia, nos termos do Artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S/A), tendo em vista o comparecimento de acionistas representando a totalidade do capital social. Mesa: Renata Alves De Paula, brasileira, divorciada, empresária, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 18.629.373-2 SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 135.892.278-00, domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Haddock Lobo, nº 1421, Cerqueira César, CEP 01414-003 - Presidente; e JOSÉ Augusto Alves De Paula, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 18.283.875-4 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 129.719.738-08, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Wanderlei, nº 1223, Apto. 115, Perdizes, CEP 05011-001 - Secretário. Ordem do Dia: submeter à aprovação dos acionistas: (i) o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025, os quais já eram de pleno conhecimento dos Acionistas, razão pela qual foi dispensada a sua leitura; a reeleição da atual Diretoria para um novo mandato de 3 (três) anos; (iii) a redução de capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76 (Lei das S/A), por considerar excessivo, mediante o cancelamento de 7.500.000 (sete milhões e quinhentas mil) ações nominativas sem valor nominal pertencentes à Acionista Renata Alves De Paula, já qualificada, que serão canceladas, totalizando uma redução no montante de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais). Desta forma, o capital social passa dos atuais R\$ 27.292.997,00 (vinte e sete milhões, duzentos e noventa e dois mil, novecentos e noventa e sete reais) para R\$ 19.792.997,00 (dezenove milhões, setecentos e noventa e sete reais). Esta redução será feita, respeitado o prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta ata como determina a lei (artigo 174, §1º da Lei 6.404/76 - Lei das S/A); e (iv) em vista da redução do capital social, os acionistas aprovam a alteração da redação do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, passando a ser redigido da seguinte forma: “Artigo 5º. O capital social é de R\$ 19.792.997,00 (dezenove milhões, setecentos e noventa e dois mil, novecentos e noventa e sete reais), dividido em 19.792.997 (dezenove milhões, setecentas e noventa e duas mil, novecentas e noventa e sete) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal”. Deliberações: Os acionistas, por unanimidade, aprovaram sem ressalvas: (i) o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2025, cuja publicação em jornal de grande circulação foi feita na forma da lei e anexada a esta ata, permanecendo as cópias à disposição dos Acionistas na sede da Companhia; (ii) a reeleição dos atuais Diretores, sendo confirmados a Sra. Renata Alves De Paula para o cargo de Diretora Presidente, e o Sr. José Augusto Alves De Paula para o cargo de Diretor Vice Presidente, ambos acima qualificados. Os Diretores reeleitos neste ato são confirmados para um novo mandato de 3 (três) anos, e permanecerão em seus cargos até a convocação da Assembleia Geral Ordinária que eleger novos Diretores. Os Diretores ora reeleitos, declaram que não estão impedidos para exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, que não foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou ainda crimes contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade; (iii) a redução de capital social da Companhia, nos termos da Ordem do Dia, mediante o cancelamento de 7.500.000 (sete milhões e quinhentas mil) ações nominativas sem valor nominal pertencentes à Acionista Renata Alves De Paula, já qualificada, que serão canceladas, totalizando uma redução no montante de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), passando assim o capital social dos atuais R\$ 27.292.997,00 (vinte e sete milhões, duzentos e noventa e dois mil, novecentos e noventa e sete reais) para R\$ 19.792.997,00 (dezenove milhões, setecentos e noventa e dois mil, novecentos e noventa e sete reais). Os Acionistas desde já autorizam a Diretoria a proceder aos atos necessários para operacionalizar a redução aqui aprovada, lançando o cancelamento das ações em livro próprio e respeitando-se a necessidade de publicação prévia nos termos da Lei. Desse modo, fica autorizada a publicação do extrato desta ata, autorizando os acionistas desde já, que se dê de forma sumária, para que sejam observadas as obrigações legais e publicado nos jornais de praxe, formalizando a operação aqui refletida. Após o cumprimento das obrigações legais, o valor de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) correspondente à redução de capital ora operada, será integralmente restituído à Acionista Renata Alves de Paula, já qualificada (artigo 174 da Lei 6.404/76 - Lei das S/A); e (iv) a alteração da redação em vista da redução do capital social, do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, passando a ser redigido da seguinte forma: “Artigo 5º. O capital social é de R\$ 19.792.997,00 (dezenove milhões, setecentos e noventa e dois mil, novecentos e noventa e sete) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal”. Lavratura e Leitura da Ata: Fica consignado pelo Presidente e o Secretário da Mesa que a presente Assembleia Geral atendeu todas as formalidades legais. Encerrados os trabalhos, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e ante ausência de manifestações, foi lavrada a presente Ata, que depois de lida e aprovada foi assinada por todos os presentes em 3 (três) vias, de igual teor e forma. Assinaturas: Renata Alves De Paula - Acionista e Presidente da Mesa; José Augusto Alves De Paula - Acionista e Secretário da Mesa. Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 17 de abril de 2026. Renata Alves de Paula - Acionista/Presidente da Mesa; José Augusto Alves de Paula - Acionista/Secretário da Mesa.									

Grand Point Comércio de Veículos Ltda.						
CNPJ nº 01.291.387/0001-45						
Demonstrações Financeiras Referentes Aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2024 e 2025 - (Valores expressos milhares de Reais)						
Balanço Patrimonial - Consolidado						
Ativo Circulante	2024	2025	Passivo Circulante	2024	2025	
Disponível	4.232	1.556	Fornecedores	13.566	17.568	
Aplicações Financeiras	465	303	Adiantamentos de Clientes	8.803	7.326	
Cartões de Crédito a receber	4.247	9.624	Floor Plan à Pagar	131.239	104.749	
Contas a receber	10.720	14.244	Empréstimos e Financiamentos	16.533	17.511	
Estoques Veículos Novos	129.738	105.496	Obrigações trabalhistas e tributárias	5.348	5.223	
Estoques Veículos Usados	40.184	35.054	Impostos à Pagar	4.647	1.827	
Estoques Peças	9.160	9.312	Outras Contas à pagar	6.274	6.486	
Impostos à Compensar	63	216	Coligadas	0	2.561	
Adiantamentos e Outros Créditos	4.050	2.196	Passivo não-circulante	186.409	163.250	
Coligadas	8	1	Arrendamentos Aluguéis	16.134	9.546	
	202.868	178.002	Outras Obrigações de Longo Prazo	893	674	
			Empréstimos e Financiamentos	9.799	21.632	
Ativo não-circulante				26.827	31.853	
Depósitos Judiciais	8.084	8.071	Patrimônio líquido			
	8.084	8.071	Capital social	5.000	5.000	
Investimentos			Reservas	43.459	43.459	
Imobilizado	36.712	44.493	Lucros/Prejuízos acumulados	2.877	5.329	
Intangível	11	8	Distribuído De Lucros	(15.405)	(7.364)	
Intangível Arrendamento	19.349	13.730	Lucros/Prejuízos do exercício	17.857	2.778	
	56.072	58.231		53.788	49.201	
Total do Ativo	267.024	244.304	Total do Passivo	80.615	244.304	
Demonstração do Resultado do Exercício						
	2024	2025		2024	2025	
Receita Operacional Bruta	1.020.785	976.523	Outras Receitas/Despesas			
Impostos s/ Vendas	(10.830)	(8.665)	Operacionais	75.091	65.179	
Descontos e devoluções de vendas	(12.938)	(11.231)	Despesas Totais	(6.545)	(25.252)	
Receita Operacional Líquida	997.017	956.727	Margem Ebitda	46.873	27.564	
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(943.598)	(903.911)	Depreciação e Amortização	(16.539)	(16.522)	
Margem Bruta	53.419	52.816	Receitas Financeiras	35	59	
Despesas Variáveis com Vendas	(25.292)	(26.193)	Juros Financeiros	(2.969)	(6.811)	
Despesas Floor Plan	(5.359)	(6.092)	Resultado Financeiro	(2.934)	(6.752)	
Despesas Administrativas	(50.986)	(58.146)	Lucro Líquido Antes do IR e CS	27.400	4.289	
			IR e CS	(9.543)	(1.511)	
			Lucro Líquido do Período	17.857	2.778	
Demonstração do Fluxo de Caixa						
	2025			2025		
Atividades Operacionais			Caixa Líquido Consumido/Gerado	18.970		
Lucro líquido	2.778		Atividades de Investimentos			
(+) Depreciação e Amortização	16.522		Imobilizado / Intangível	(18.681)		
(+) Juros sobre arrendamentos	1.986		Caixa Líquido Consumido/Gerado	(18.681)		
Lucro do exercício ajustado	21.286		Atividades de Financiamentos			
Contas a receber	(8.901)		Empréstimos e Financiamentos	12.811		
Estoques Total	29.219		Arrendamentos Aluguéis	(8.574)		
Impostos Total	(3.098)		Distribuição de Lucros	(7.364)		
Floor Plan à Pagar	(26.490)		Caixa Líquido Consumido/Gerado	(3.127)		
Adiantamentos e Outros Créditos	390		Caixa no Início do Período	4.697		
Coligadas Total	2.568		Variação de Caixa no Período	(2.838)		
Fornecedores contas a pagar	3.996		Caixa no Final do Período	1.859		
Andre Rodrigues Marques			Claudio de Souza Almeida - Contador			
Diretor Financeiro			CPF: 324.976.408-66			
CPF: 339.510.778-75			CRC: ISP313.288/0-0			

Uzinaz Quimicas Brasileiras S.A.												
CNPJ nº 50.380.674/0001-37												
Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em Milhares de Reais)												
Balauço Patrimonial					Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido							
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/Prejuízo do Exercício	Participação de Acionista não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
	2025	2024	2025	2024								
Circulante												
Caixa e equivalentes de caixa	3.198	4.958	19.715	21.660								
Contas a receber	36.715	22.165	99.509	79.517						12.478	5.421	76.017
Estoques	38.744	34.847	44.443	38.138			305	(305)				
Adiantamentos	4.209	1.571	4.883	218				104				104
Impostos e contribuições a recuperar	641	522	1.220	1.081				(3)			(3)	(2)
Dividendos a receber	29.016	18.162	-	-								(103)
Instrumentos Financeiros Derivativos	65	3.757	65	3.757					(103)			
Outros créditos	210	63	240	100								
Total do ativo circulante	112.798	86.044	170.075	144.471			8.735			(3.743)	(524)	(4.267)
Não circulante												
Aplicações Financeiras	1.948	1.815	1.948	1.815	20.000	4.000	49.516	5.917	(103)	-	5.767	85.097
Outros créditos	488	474	1.051	863						14.399	1.605	16.004
	2.436	2.289	2.999	2.678			(20.000)					
Investimentos	26.286	25.532	2.206	2.196			266	(266)				
Imobilizado	32.377	31.435	34.707	33.500				90				90
Direito de Uso	5.376	7.963	5.993	9.370					(2)			(2)
Intangível	56.216	51.921	62.753	56.780			(14.128)					(14.128)
	120.255	116.851	105.659	101.846								
Total do ativo não circulante	122.691	119.140	108.658	104.524						(720)	-	-
Total do ativo	235.489	205.184	278.733	248.995							(1.371)	(1.371)
Passivo e patrimônio líquido												
Circulante												
Empréstimos e financiamentos	28.972	18.213	36.033	26.899								
Arrendamentos a pagar	2.661	2.891	2.944	3.314								
Fornecedores	12.128	12.305	15.843	15.885								
Salários e encargos sociais a pagar	4.568	4.120	6.908	6.133								
Impostos e contribuições a recolher	1.606	1.058	4.538	3.640								
Adiantamento de clientes	2.042	2.072	1.355	622								
Dividendos a pagar	5.003	3.495	4.087	4.918								
Instrumentos financeiros derivativos	2.454	-	2.459	664								
Outras contas a pagar	399	2.495	5.421	5.094								
Total do passivo circulante	59.833	46.648	77.588	67.170								
Não circulante												
Empréstimos e financiamentos	78.554	68.449	95.056	85.064								
Arrendamentos a pagar	2.228	4.737	2.548	5.645								
Outras contas a pagar	4.409	4.246	4.409	4.246								
Provisão para contingências	1.981	1.773	1.981	1.773								
Dividendos a Pagar	8.795	-	11.461	-								
Total do passivo não circulante	95.967	79.206	115.455	96.728								
Total do passivo	155.800	125.854	193.043	163.898								
Patrimônio líquido												
Capital social	40.000	20.000	40.000	20.000								
Reserva legal	4.720	4.000	4.720	4.000								
Reserva de lucros	29.333	49.516	29.333	49.516								
Ajuste de avaliação patrimonial	5.741	5.917	5.741	5.917								
Outros resultados abrangentes	(105)	(103)	(105)	(103)								
	79.689	79.330	79.689	79.330								
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-								
Total do patrimônio líquido	79.689	79.330	85.690	85.097								
Total do passivo e patrimônio líquido	235.489	205.184	278.733	248.995								
Demonstração do Fluxo de Caixa					Demonstração do Resultado Abrangente							
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	14.399	12.478	16.004	13.348								
Ajustes por:												
Depreciações e amortizações	2.017	1.936	2.484	2.446								
Amortização do direito de uso	2.583	2.719	2.386	3.108								
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(666)	372	(286)								
(Reversão) Perdas estimadas nos estoques	(473)	473	(473)	473								
Resultado da equivalência patrimonial	(31.053)	(21.567)	(19)	-								
Compra Vantajosa	-	(8.508)	-	(8.508)								
(Reversão) Constituição de provisão processos judiciais	(208)	(415)	(208)	(415)								
Baixas do imobilizado, intangível e direito de uso	1.371	1.335	3.129	1.499								
	235.489	205.184	278.733	248.995								
Diretor: Rodrigo Galvão de Souza Faleiros - Diretor Superintendente					Contador: João Paulo Donadon Pulliano - CRC/SP 1SP 293.360/0-0							

Center Norte Desenvolvedora Imobiliária S.A.												
CNPJ nº 54.241.205/0001-98												
As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida. As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia												
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares.												
A Administração.												
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)												
BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
	Controladora		Consolidado		Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total controladora	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido total		
	2025	2024	2025	2024								
	(não auditado)		(não auditado)									
Ativo circulante												
Caixa e equivalente de caixa	86	185	24.431	199				10				10
Contas a receber de clientes	-	-	17.633	-		10.428		10.428				10.428
Estoques	-	-	120.372	1.309		-	(4.986)	(4.986)				(4.986)
Impostos a recuperar	11	2	14	2		-	-	-	(2.528)			214
Outros ativos	30	-	111	71		-	(18.091)	(18.091)	8.875			(9.216)
	127	187	162.561	1.581	46.341	(46.341)	-	-	100.713			100.713
						35.913	-	35.913				35.913
Ativo não circulante												
Contas a receber de clientes	-	-	2.596	-		-	-	-				
Partes relacionadas	3.131	-	2.037	-		-	-	-				
	3.131	-	4.633	-		-	-	-				
Investimento	35.146	6.471	-	-		-	-	-				
Imobilizado	-	-	2.165	7.564		-	-	-				
	38.277	6.471	6.798	7.564		-	-	-				
	38.404	6.658	169.359	9.145		-	-	-				
Total do Ativo												

Cidade Center Norte S.A.									
CNPJ nº 54.360.282/0001-67									
As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida. As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia									
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares.									
A Administração.									
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)									
BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
			Atribuível aos acionistas controladores						
			Capital social						
			Integrati- zado	A inte- gralizar	Reserva AFAC	Reserva de lucros legal	Prejuízo de acumu- lado	Lucros (pre- juízo) acu- mulados	Patri- mônio líquido
			2025	2024	2025	2025	2024	2025	2024
Ativo circulante			1	-	-	-	-	1	-
Caixa e equivalente de caixa			25.953	93	94.897	-	-	2.901	-
Contas a receber de clientes			20.271	-	80.940	-	-	(6.012)	-
Adiantamento a fornecedores			49	-	1.212	-	-	-	-
Impostos a recuperar			46	-	3.293	-	-	-	-
Estoques			-	-	5.209	-	-	-	-
Mútuo financeiro			-	-	7.226	-	-	-	-
Outros ativos			13.538	382	1.769	-	-	-	-
Total do ativo circulante			59.857	475	194.546	-	-	(3.110)	-
Ativo não circulante			-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes			-	-	3.839	-	-	-	-
Depósitos judiciais			-	-	696.202	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferidos			1.757	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas			9.453	-	-	-	-	-	-
Outros ativos			-	607	5.890	-	-	21.325	-
Investimento			1.800.867	-	53.119	-	-	-	-
Propriedade para investimento			-	-	4.036.176	-	-	-	-
Imobilizado			44	17	16.124	-	-	-	-
Intangível			11.021	1.397	17.912	-	-	-	-
Direito de uso			466	-	466	-	-	-	-
Total do Ativo			1.823.608	2.021	4.829.728	-	-	-	-
Passivo circulante			1.883.465	2.496	5.024.274	-	-	-	-
Fornecedores			1.910	85	22.011	-	-	-	-
Salários e encargos			12.378	1.149	22.868	-	-	-	-
Impostos e contribuições			155	1	8.029	-	-	-	-
IRPJ e CSLL			126	-	32.372	-	-	-	-
Partes relacionadas			-	53	3.212	-	-	-	-
Mútuo financeiro			-	-	93.883	-	-	-	-
Obrigações por aquisição de investimentos			-	-	1.000	-	-	-	-
Arrendamento a pagar			570	200	570	-	-	-	-
Adiantamento de clientes			1.333	-	51.097	-	-	-	-
Dividendos a pagar			-	-	4.956	-	-	-	-
Outros passivos			-	-	5.506	-	-	-	-
Total do passivo circulante			16.472	1.488	245.504	-	-	-	-
Passivo não circulante			-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores			-	-	3.915	-	-	-	-
Salários e encargos			3.427	3.168	4.337	-	-	-	-
Impostos e contribuições			-	-	44.698	-	-	-	-
IRPJ e CSLL			-	-	43.900	-	-	-	-
Provisão para reserva de reposição			-	-	279	-	-	-	-
Arrendamento a pagar			335	950	335	-	-	-	-
Mútuo financeiro			4.802	-	426.365	-	-	-	-
Adiantamento de clientes			5.889	-	15.393	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferidos			-	-	1.039.442	-	-	-	-
Provisão para perdas em investidas			340	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingência			-	-	635.555	-	-	-	-
Total do passivo não circulante			14.793	4.118	2.214.219	-	-	-	-
Patrimônio Líquido			-	-	-	-	-	-	-
Capital social			1.836.898	1	1.836.898	-	-	-	-
AFAC			-	-	2.901	-	-	-	-
Reserva legal			15.302	-	15.302	-	-	-	-
Prejuízo acumulado			-	-	(6.012)	-	-	-	-
Participação de não controladores			-	-	712.351	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido			1.852.200	(3.110)	2.564.551	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido			1.883.465	2.496	5.024.274	-	-	-	-
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
1. Informações gerais: 1.1. Contexto operacional: A Cidade Center Norte S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída (registro na junta) em 18 de março de 2024, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Zaki Narchi, nº 500, Torre III - 3º andar, Carandiru, CEP 02029-000, e tem por objeto social (i) a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista, e (ii) a administração de bens imóveis próprios. A Companhia foi constituída por prazo de duração indeterminado. A Companhia consolida investimentos em suas principais controladas: (i) o Shopping Center Norte, cuja atividade principal é a locação de espaços para varejo; (ii) o Lar Center, voltado à locação de lojas com foco em itens para casa; (iii) o Expo Center Norte, voltado à realização de eventos de diferentes portes; e (iv) o Center Norte Hotelaria, que atua no segmento de hospedagem. As operações da Companhia concentram-se na gestão dessas participações, refletindo os resultados de suas investidas no setor de varejo, eventos e hotelaria. 2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2. Base de preparação: A Companhia adquiriu o controle de suas controladas em junho de 2025, nos termos do CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, passando a consolidar tais entidades a partir da referida data. Consequentemente, não são apresentadas informações consolidadas para períodos anteriores, tendo em vista a inexistência de controle antes da aquisição. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Diretoria em 28 de abril de 2026. Flávio Fernandes - Diretor-presidente Luís Fernando Da Rocha Maia - Diretor Administrativo Financeiro Filipe da Silva Leandro - Contador -CRC 1SP-340739/O-0									

Tupungato Empreendimentos e Participações S.A.				
CNPJ/MF nº 54.744.254/0001-43				
Balanço Patrimonial – Encerrado em 31/12/2025		Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2025		
Ativo	Saldo Atual	Descrição	Saldo	Total
Ativo Circulante		Receita Líquida	-	-
Disponível	1.551,87D	Lucro Bruto	-	-
Caixa	1.550,00D	Despesas Operacionais	(75.735,60)	(75.735,60)
Bancos Conta Movimento	1,87D	Despesas com Vendas	-	-
Total Ativo Circulante	1.551,87D	Despesas Gerais	(3.560,22)	(3.560,22)
Total Ativo	1.551,87D	Despesas Administrativas	-	-
Passivo	Saldo Atual	Despesas com Pessoal	(61.600,00)	(61.600,00)
Passivo Circulante		Impostos, Taxas e Contribuições	(226,68)	(226,68)
Empréstimos e Financiamentos	99.998,09C	Despesas Gerais	(9.957,50)	(9.957,50)
Empréstimos	99.998,09C	Despesas Financeiras	(391,20)	(72.175,38)
Obrigações Trabalhista e Previdenciária	4.800,00C	Resultado Operacional	(75.735,60)	(75.735,60)
Obrigações com o Pessoal	4.000,00C	Resultado antes do IR e CSL	(75.735,60)	(75.735,60)
Obrigações Sociais	800,00C	Prejuízo do Exercício	(75.735,60)	(75.735,60)
Total Passivo Circulante	104.798,09C			
Patrimônio Líquido				
Capital Social	150,00C			
Capital Subscrito	150,00C			
Lucros ou Prejuízos Acumulados	103.396,22D			
Lucros ou Prejuízos Acumulados	103.396,22D			
Total Patrimônio Líquido	103.396,22D			
Total Passivo	1.551,87C			

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



ABC Sistema de Transporte SPE S.A.				
CNPJ/MF nº 40.181.203/0001-46				
Relatório da Administração				
Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2025 à 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se à sua disposição na sede da empresa.				
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
Ativo	31/12/2025	31/12/2024	Capital Social	Reserva de Lucros
Circulante	172.190.677	179.341.794		Total
Caixa e equivalentes de caixa	18.764.756	13.674.534	Saldos em 31/12/2023	230.500.289
Contas a Receber	153.425.921	165.667.260	Lucro do Exercício	13.054.635
Não Circulante	767.850.074	512.068.966	Juros sobre Capital Próprio	(2.360.000)
Realizável a longo prazo	6.263.995	2.758.566	Saldos em 31/12/2024	54.136.431
Investimentos	2.898.683	2.490.716	Lucro do Exercício	50.336.494
Imobilizado	2.885.812	2.848.937	(-) Rev. Reserva p/Aumento de Capital	(102.359.597)
Intangível	755.801.584	503.970.747	Saldos em 31/12/2025	291.531.418
Total do Ativo	940.040.751	691.410.760		
Passivo + Patrimônio Líquido	31/12/2025	31/12/2024	Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto	
Circulante	375.003.640	291.786.344		31/12/2025
Impostos e contribuições	13.311.641	7.308.080		31/12/2024
Contas a pagar	361.691.999	284.478.264	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	158.242.176
Não Circulante	273.505.693	158.429.493	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	(230.364.386)
Impostos e contribuições	59.137.111	38.387.559	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos	77.212.432
Contas a pagar	214.368.582	120.041.934	Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa	5.090.222
Patrimônio Líquido	291.531.418	241.194.923	Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	13.674.534
Capital Social	289.418.090	187.058.492	Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	18.764.756
Reserva de Lucros	2.113.328	54.136.431	Variação das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes	5.090.222
Total do Passivo + PL	940.040.751	691.410.760		13.581.139
Demonstração do Resultado do Exercício			Notas Explicativas da Administração	
	31/12/2025	31/12/2024	1) Do Contexto: A ABC Sistema de Transporte SPE S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social principal Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana, com início de atividades em 22/12/2020.	
Receita operacional líquida	917.450.804	823.070.291	2) Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.	
(-) Custos operacionais	(697.742.103)	(684.572.879)	Diretoria: Patricia Aparecida Formigoni Avamileno – Diretora Presidente	
Resultado operacional bruto	138.497.412	219.708.701	Jose Lindolfo Soares Alves – Diretor Vice-Presidente	
(+/-) Receitas/Despesas operacionais	(74.999.743)	(72.011.786)	Assis Martins Moreira – CT CRC 1SP 259.100/O-4	
Resultado operacional antes do resultado financeiro	66.485.626	144.708.958	Nelson Corrêa Cabral – TC 1SP 068.009/O-8	
Receitas financeiras	500.776	1.679.726		
(-) Despesas financeiras	(71.958.054)	(37.436.506)		
Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL	74.430.630	29.549.896		
(-) Imposto de renda e contribuição social	(16.495.261)	(24.094.136)		
Resultado líquido do exercício	13.054.635	50.336.494		

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL
São Paulo



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Bernatrans Transportes Urbanos S.A.					
CNPJ/MF nº 34.051.080/0001-26					
Relatório da Administração					
Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2025 à 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.					
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		
Ativo	31/12/2025	31/12/2024	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Circulante	42.524.232	38.604.982			
Caixa e equivalentes de caixa	6.745.051	4.645.339	Saldos em 31/12/2023	(21.674.154)	(2.236.151)
Contas a Receber	35.779.181	33.959.643	Resultado do exercício	(9.395.002)	(9.395.002)
Não Circulante	172.419.133	111.227.739	Saldos em 31/12/2024	(31.069.156)	(11.631.151)
Realizável a longo prazo	3.540.772	1.908.263	Resultado do exercício	(13.875.601)	(13.875.601)
Imobilizado	137.849.401	76.892.000	Saldos em 31/12/2025	(44.944.757)	(25.506.756)
Intangível	31.028.960	32.427.476			
Total do Ativo	214.943.365	149.832.721	Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto		
Passivo + Patrimônio Líquido	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Circulante	92.883.505	61.309.212	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	35.526.422	29.042.301
Impostos e contribuições	19.136.460	7.920.537	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	(77.994.901)	(17.093.284)
Contas a pagar	73.747.045	53.388.675	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos	44.568.191	(9.084.025)
Não Circulante	147.566.615	100.154.663	Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa	2.099.712	2.864.992
Impostos e contribuições	15.841.048	13.779.837	Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	4.645.339	1.780.347
Contas a pagar	131.725.567	86.374.826	Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	6.745.051	4.645.339
Patrimônio Líquido	(25.506.755)	(11.631.154)	Variação das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes	2.099.712	2.864.992
Capital Social	19.438.001	19.438.001	Notas Explicativas da Administração		
Prejuízos acumulados	(44.944.756)	(31.069.155)	1) Do Contexto: A Bernatrans Transportes Urbanos S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Bernardo do Campo/SP, tendo como objeto social principal transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal, com início de atividades em 27/06/2019. 2) Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.		
Total do Passivo + PL	214.943.365	149.832.721	Diretoria: Gilmar Ribeiro Coutinho – Diretor Presidente		
Demonstração do Resultado do Exercício			Assis Martins Moreira – Contador CRC 1SP 259.100/O-4		
	31/12/2025	31/12/2024			
Receita operacional líquida	288.269.062	256.187.778			
(-) Custos operacionais	(241.695.819)	(219.641.387)			
Resultado operacional bruto	36.546.391	46.573.243			
(+/-) Receitas/Despesas operacionais	(37.567.687)	(39.513.727)			
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(2.967.336)	9.005.556			
Receitas financeiras	4.148.697	272.410			
(-) Despesas financeiras	(19.357.435)	(7.440.131)			
Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL	(10.079.469)	(6.258.770)			
(-) Imposto de renda e contribuição social	(3.136.232)	(3.796.132)			
Resultado líquido do exercício	(9.395.002)	(13.875.601)			

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Viação Alpina S.A.				
CNPJ/MF nº 57.512.592/0001-48				
Relatório da Administração				
Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2025 à 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se à sua disposição na sede da empresa.				
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 (Em reais)			Demonstração do Resultado do Exercício	
Ativo	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	13.999.824	12.710.866	Receita operacional líquida	1.703.328
Caixa e equivalentes de caixa	100.092	100.050	(-) Custos operacionais	-
Contas a Receber	286.425	435.548	Lucro operacional bruto	1.703.328
Imóveis a Comercializar	11.644.385	11.644.385	(+/-) Receitas/Despesas operacionais	-
Outros Créditos	1.968.921	530.883	(-) Despesas Administrativas	(103.985)
Não Circulante	5.690	5.774	Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.599.343
Créditos Restituíveis	4.080	4.964	Receitas financeiras	391
Outros Investimentos	1.610	810	(-) Despesas financeiras	(2.385)
Total do Ativo	14.005.514	12.716.640	Lucro antes da provisão para IRPJ e CSLL	1.597.350
Passivo + Patrimônio Líquido	31/12/2025	31/12/2024	(-) Imposto de renda e contribuição social	(168.475)
Circulante	295.891	435.892	Lucro do exercício	1.428.875
Obrigações Fiscais	23.911	27.922	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em reais)	
Outras Obrigações	271.980	407.970		
Não Circulante	-	-		
Patrimônio Líquido	13.709.623	12.280.749		
Capital Social	100.000	100.000	Capital Social	Lucros
Resultados Acumulados	13.609.623	12.180.749	Saldos em 31/12/2024	Acumulados
Total do Passivo + PL	14.005.514	12.716.640	Lucro do Exercício	Total
			Saldos em 31/12/2025	13.609.623
				13.709.623
Notas Explicativas da Administração				
1) Do Contexto: Sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Bernardo do Campo/SP, tendo como objeto social principal: Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal, com início de atividades em São Bernardo do Campo/SP.				
2) Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.				
Diretoria: Carlos Eduardo de Andrade – Presidente João Carlos Barbosa – Diretor			Francisco de Assis Vitorino da Silva – TC ISP 276.019/O-4 Nelson Corrêa Cabral – TC ISP 068.009/O-8	

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA

São Paulo

MERCANTIL



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Rakhaposhi Empreendimentos e Participações S.A.					
CNPJ/MF nº 57.965.489/0001-53					
Relatório da Administração					
Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2025 à 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.					
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025			Demonstração do Resultado do Exercício		
	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Ativo	8.731.338	140	Receita operacional líquida	381.843	-
Circulante	8.731.338	140	(-) Custos operacionais	(170.859)	-
Caixa e equivalentes de caixa	8.729.663	140	Resultado operacional bruto	210.984	-
Contas a Receber	1.674	-	(+/-) Receitas/Despesas operacionais:	(18.925)	-
Não Circulante	813	-	Resultado operacional antes do resultado financeiro	192.059	-
Realizável a Longo Prazo	813	-	Receitas financeiras	3.075.040	-
Total do Ativo	8.732.151	140	(-) Despesas financeiras	(45.416)	(10)
Passivo + Patrimônio Líquido	31/12/2025	31/12/2024	Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL	3.221.683	(10)
Circulante	200.013	-	(-) Imposto de renda e contribuição social	-	(1.072.992)
Impostos e contribuições	174.556	-	Resultado líquido do exercício	2.148.691	(10)
Contas a pagar	25.456	-	Demonstração do Fluxo de Caixa — Método Indireto		
Não Circulante	6.383.307	-		31/12/2025	31/12/2024
Contas a pagar	6.383.307	-	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2.347.030	-
Patrimônio Líquido	2.148.831	140	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	(813)	-
Capital Social	150	150	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos	6.383.306	-
Reserva de Lucros	2.148.681	(10)	Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa	8.729.523	-
Total do Passivo + PL	8.732.151	140	Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	140	-
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	8.729.663	-
	Capital Social	Lucros Acumulados	Total	8.729.523	-
Saldos em 31/12/2023	-	-			
Prejuízo do exercício	-	-			
Saldos em 31/12/2024	150	(10)			
Lucro do exercício	-	2.148.691			
Saldos em 31/12/2025	150	2.148.681			
Diretoria: Karin Camila Soares – Diretor Presidente			Adriana Luzia Rodrigues Moreira – Contadora CRC 1SP 276.022/O-0		

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Rinjani Empreendimentos e Participações S.A.					
CNPJ/MF nº 57.965.587/0001-90					
Relatório da Administração					
Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2025 à 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se à sua disposição na sede da empresa.					
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		
Ativo	31/12/2025	31/12/2024	Capital Social	Lucros a Distribuir	Lucros Acumulados
Circulante	9.868.991	140			
Caixa e equivalentes de caixa	6.160	140			
Contas a Receber	9.862.830	-			
Não Circulante	3.133.462	-			
Investimentos	468.686	-			
Imobilizado	2.664.775	-			
Total do Ativo	13.002.452	140			
Passivo + Patrimônio Líquido	31/12/2025	31/12/2024			
Circulante	4.567.040	-			
Impostos e contribuições	3	-			
Contas a pagar	4.567.038	-			
Não Circulante	8.367.802	-			
Contas a pagar	8.367.802	-			
Patrimônio Líquido	67.610	140			
Capital Social	150	150			
Reserva de Lucros/Prej. Acum.	67.460	(10)			
Total do Passivo + PL	13.002.452	140			
Demonstração do Resultado do Exercício			Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto		
	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	-	-	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	(2.727.908)	-
(-) Custos operacionais	-	-	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	(3.133.874)	-
Resultado operacional bruto	-	-	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos	5.867.802	-
(+/-) Receitas/Despesas operacionais	1.969.213	(10)	Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa	6.020	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro	1.969.213	(10)	Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	140	-
Receitas financeiras	-	33	Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	6.160	-
(-) Despesas financeiras	(1.776)	-	Variação das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes	6.020	-
Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL	1.967.470	(10)			
(-) Imposto de renda e contribuição social	-	-			
Resultado líquido do exercício	1.967.470	(10)			
			Notas Explicativas da Administração		
			1) Do Contexto: Rinjani Empreendimentos e Participações S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de Holdings de Instituições não-financeiras com início de atividades em 04/11/2024.		
			Diretoria: Edinaldo da Silva Carvalho – Diretor Presidente Wesley Francisco do Nascimento – Contador CRC 1SP 353.863/O-8		

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL
São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Serendipity Empreendimentos e Participações S.A.			
CNPJ/MF nº 54.727.100/0001-43			
Balanco Patrimonial encerrado em 31/12/2025		Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2025	
Ativo	Saldo Atual		
Ativo Circulante		Descrição	Saldo Total
Disponivel	189,02D	Receita Liquida	-
Caixa	149,99D	Lucro Bruto	-
Bancos Conta Movimento	39,03D	Despesas Operacionais	(39.974,38)
Total Ativo Circulante	189,02D	Despesas Administrativas	
Total Ativo	189,02D	Despesas com Pessoal	(28.800,00)
Passivo	Saldo Atual	Impostos, Taxas e Contribuições	(1.626,68)
Passivo Circulante		Despesas Gerais	(9.156,00)
Empréstimos e Financiamentos	52.654,21C	Despesas Financeiras	(391,70) (39.974,38)
Empréstimos	52.654,21C	Resultado Operacional	(39.974,38)
Obrigações Trabalhista e Previdenciária	620,00C	Resultado antes do IR e CSL	(39.974,38)
Obrigações Sociais	620,00C	Prejuizo do Exercicio	(39.974,38)
Total Passivo Circulante	53.274,21C		
Patrimônio Liquido			
Capital Social	150,00C		
Capital Subscrito	150,00C		
Lucros ou Prejuizos Acumulados	53.235,19D		
Lucros ou Prejuizos Acumulados	53.235,19D		
Total Patrimônio Liquido	53.085,19D		
Total Passivo	189,02C		

Carlos Eduardo de Andrade – CPF: 149.444.068-78
Atila Guimaraes CRC - SP nº 1SP 250.477/O-5

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Ubus Tecnologia S.A.				
CNPJ/MF nº 29.320.965/0001-43				
Relatório da Administração				
Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2025 à 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se à sua disposição na sede da empresa.				
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 (Em Milhares de Reais)			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
Ativo	31/12/2025	31/12/2024	Capital Social	Prejuízos Acumulados
Circulante	22.582	65.398	1.500	(7.233.422)
Caixa e equivalentes de caixa	16.013	45.248	—	33.200
Contas a Receber	6.569	20.150	1.500	(7.200.222)
Não Circulante	6.143	14.841	—	(54.991)
Realizável a Longo Prazo	—	—	1.500	(7.255.213)
Imobilizado	6.143	4.587		
Intangível	—	10.254		
Total do Ativo	28.725	80.239		
Passivo + Patrimônio Líquido	31/12/2025	31/12/2024	Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto	
Circulante	129.826	125.685	31/12/2025	31/12/2024
Impostos e contribuições	6.126	6.934	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	(26.136)
Contas a pagar	123.700	118.751	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	(3.099)
Não Circulante	7.152.612	7.153.276	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos	—
Impostos e contribuições	—	—	Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa	(29.235)
Contas a pagar	7.152.612	7.153.276	Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	45.248
Patrimônio Líquido	(7.253.713)	(7.198.722)	Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	16.013
Capital Social	1.500	1.500	Variação das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes	(29.235)
Prejuízos Acumulados	(7.255.213)	(7.200.222)		31.769
Total do Passivo + PL	28.725	80.239		
Demonstração do Resultado do Exercício			Notas Explicativas da Administração	
	31/12/2025	31/12/2024	1. Do Contexto: A Ubus Tecnologia S.A, sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Bernardo do Campo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários com início de atividades em 26/12/2017. 2. Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. São Bernardo do Campo, 31 de Dezembro de 2025. Jose Romano Netto – Diretor Presidente Anderson Paulo Bella da Silva – Vice-Presidente Assis Martins Moreira – Contador CRC 259.100/o-4	
Receita operacional líquida	163.907	242.829		
(-) Custos operacionais	(188.191)	(174.631)		
Resultado operacional bruto	(24.284)	68.198		
(+/-) Receitas/Despesas operacionais:	(14.057)	(12.000)		
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(38.341)	56.198		
Receitas financeiras	187	—		
(-) Despesas financeiras	(3.458)	(3.232)		
Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL	(41.612)	52.966		
(-) Imposto de renda e contribuição social	(13.379)	(19.766)		
Resultado líquido do exercício	(54.991)	33.200		

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Clemenza Empreendimentos e Participações S.A.				
CNPJ/MF nº 49.520.157/0001-37				
Relatório da Administração				
Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2025 à 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se à sua disposição na sede da empresa.				
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 (Em Milhares de Reais)				
Ativo	31/12/2025	31/12/2024	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
Circulante	8.680	527	Capital Social	Prejuízos Acumulados
Caixa e equivalentes de caixa	3.459	527	Saldo em 31/12/2023	150
Contas a Receber	5.221	—	Prejuízo do exercício	(94.546)
Não Circulante	1.090.016	53	Saldo em 31/12/2024	150
Realizável a Longo Prazo	24.539	53	Prejuízo do exercício	(370.867)
Imobilizado	4.677	—	Saldo em 31/12/2025	150
Intangível	1.060.800	—		(465.619)
Total do Ativo	1.098.696	580	Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto	
Passivo + Patrimônio Líquido	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025
Circulante	9.833	—	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	1.093.296
Impostos e contribuições	116	—	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	(1.090.364)
Contas a Pagar	9.717	—	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos	—
Não Circulante	1.554.332	95.182	Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa	2.932
Impostos e contribuições	—	—	Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	527
Contas a Pagar	1.554.332	95.182	Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	3.459
Patrimônio Líquido	(465.470)	(94.602)	Varição das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes	2.932
Capital Social	150	150		527
Prejuízos Acumulados	(465.620)	(94.752)		
Total do Passivo + PL	1.098.696	580		
Demonstração do Resultado do Exercício				
	31/12/2025	31/12/2024	Notas Explicativas da Administração	
Receita operacional líquida	—	—	1. Do Contexto: Clemenza Empreendimentos e Participações S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de Holdings de instituições não-financeiras com início de atividades em 08/02/2023. 2. Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. São Paulo, 31 de Dezembro de 2025.	
(-) Custos operacionais	(370.844)	(93.977)	Patricia Aparecida Formigoni Avamileno – Diretora Presidente	
Resultado operacional bruto	(370.844)	(93.977)	Assis Martins Moreira – Contador CRC 1SP 259.100/04	
(+/-) Receitas/Despesas operacionais	—	(213)		
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(370.844)	(94.190)		
Receitas financeiras	485	—		
(-) Despesas financeiras	(392)	(356)		
Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL	(370.751)	(94.546)		
(-) Imposto de renda e contribuição social	(116)	—		
Resultado líquido do exercício	(370.867)	(94.546)		

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br



☎ Contato: (11) 3361-8833
✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



G.P.A Empreendimentos e Participações RR S.A.						
CNPJ/MF nº 29.044.163/0001-58						
Relatório da Administração						
Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2025 à 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.						
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
Ativo	31/12/2025	31/12/2024	Capital Social	Ajustes de Exerc. Ant.	Reserva de Lucros	Total
Circulante	3.392.400	522				
Caixa e equivalentes de caixa	1.545	522	Saldos em 31/12/2023	1.498.860	1.269.127	2.767.987
Contas a Receber	3.390.855	—	Lucro do exercício	—	(2.319.694)	(2.546.533)
Não Circulante	4.902.424	5.556.414	Saldos em 31/12/2024	1.498.860	(2.319.694)	1.042.288
Realizável a Longo Prazo	—	3.951.956	Ajuste de Exercícios Anteriores	—	—	—
Investimentos	4.902.424	1.604.458	Lucro do exercício	—	65.180	65.180
Intangível	—	—	Saldos em 31/12/2025	1.498.860	—	1.107.468
Total do Ativo	8.294.824	5.556.936				286.634
Passivo + Patrimônio Líquido	31/12/2025	31/12/2024	Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto			
Circulante	2.680.307	6.788			31/12/2025	31/12/2024
Impostos e contribuições	1.337	1.024	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		628.187	(85.167)
Contas a pagar	2.678.969	5.764	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		(3.297.966)	—
Não Circulante	5.327.883	5.328.694	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		2.670.802	85.189
Impostos e contribuições	—	—	Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa		1.023	22
Contas a pagar	5.327.883	5.328.694	Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período		522	500
Patrimônio Líquido	286.635	221.454	Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período		1.545	522
Capital Social	1.498.860	1.498.860	Variação das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes		1.023	22
Resultados Acumulados	(1.212.225)	(1.277.406)				
Total do Passivo + PL	8.294.824	5.556.936				
Demonstração do Resultado do Exercício			Notas Explicativas da Administração			
	31/12/2025	31/12/2024	1) Do Contexto: A G.P.A Empreendimentos e Participações RR S.A, sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de Holdings de instituições não-financeiras com início de atividades em 10/11/2017. 2) Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.			
Receita operacional líquida	—	—	Diretoria: Milena Braga Romano – Diretora Presidente Assis Martins Moreira – Contador CRC 1SP 259.100/O-4			
(-) Custos operacionais	(45.265)	(40.666)				
Resultado operacional bruto	(40.666)	(45.265)				
(+/-) Receitas/Despesas operacionais:	112.602	(183.948)				
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(224.614)	67.337				
Receitas financeiras	—	—				
(-) Despesas financeiras	(2.157)	(2.225)				
Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL	65.180	(226.839)				
(-) Imposto de renda e contribuição social	—	—				
Resultado líquido do exercício	(226.839)	65.180				

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br



☎ Contato: (11) 3361-8833
✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL
São Paulo



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Green Energy SPE S.A.				
CNPJ/MF nº 56.986.740/0001-01				
Relatório da Administração				
Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2025 à 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se à sua disposição na sede da empresa.				
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 (Em Milhares de Reais)			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
	31/12/2025	31/12/2024	Capital Social	Capital a Integralizar
Ativo				
Circulante	383.031	1.000		
Caixa e equivalentes de caixa	112.431	1.000		
Contas a Receber	270.601	-		
Não Circulante	50.560.176	-		
Realizável a Longo Prazo	1.683	-		
Imobilizado	50.532.692	-		
Intangível	25.800	-		
Total do Ativo	50.943.207	1.000		
Passivo + Patrimônio Líquido	31/12/2025	31/12/2024		
Circulante	50.531.732	-		
Impostos e contribuições	1.070	-		
Contas a pagar	50.530.662	-		
Não Circulante	-	-		
Impostos e contribuições	-	-		
Contas a pagar	-	-		
Patrimônio Líquido	411.474	1.000		
Capital Social	1.000	1.000		
Prejuízos Acumulados	(555.296)	-		
Adianto p/ Fut. Aum. Capital	965.770	-		
Total do Passivo + PL	50.943.207	1.000		
Demonstração do Resultado do Exercício			Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	-	-	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	49.707.485
(-) Custos operacionais	(553.577)	-	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	(50.561.824)
Resultado operacional bruto	(553.577)	-	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos	965.770
(-) Receitas/Despesas operacionais	-	-	Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa	111.431
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(553.577)	-	Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	1.000
Receitas financeiras	34	-	Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	112.431
(-) Despesas financeiras	(1.753)	-	Variação das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes	111.431
Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL	(555.296)	-		1.000
(-) Imposto de renda e contribuição social	-	-		
Resultado líquido do exercício	(555.296)	-		
Notas Explicativas da Administração			Diretoria: Edinaldo da Silva Carvalho – Diretor Presidente	
1. Do Contexto: Green Energy S.A. sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Bernardo do Campo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de Locação de Automóveis sem condutor com início de atividades em 22/08/2024. 2. Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. São Bernardo do Campo, 31 de Dezembro de 2025			Wesley Francisco do Nascimento – Contador CRC 1SP 353.863/o-8	

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo



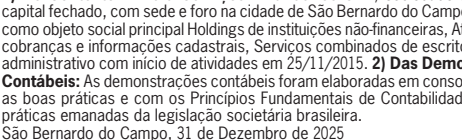
Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Haia Serviços Financeiros S.A.				
CNPJ/MF nº 23.733.780/0001-84				
Relatório da Administração				
Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2025 à 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.				
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 (Em Milhares de Reais)			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
Ativo	31/12/2025	31/12/2024	Capital social	Reserva de Lucros
Circulante	3.022.728	32.154.222		
Caixa e equivalentes de caixa	12.835	31.387.566	10.000	373.617
Contas a Receber	3.009.893	766.656	—	257.663
Não Circulante	30.646	29.596	10.000	631.280
Investimentos	30.372	29.139	—	2.157.641
Imobilizado	274	457	10.000	2.788.921
Intangível	—	—		
Total do Ativo	3.053.374	32.183.818		
Passivo + Patrimônio Líquido	31/12/2025	31/12/2024	Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto	
Circulante	148.453	51.378	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	31/12/2025 31/12/2024
Impostos e contribuições	81.187	37.999		(30.928.511) (156.177)
Contas a pagar	67.267	13.379	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	(1.233) 9.800
Não Circulante	106.000	31.491.160	Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos	— 19.082.816
Impostos e contribuições	—	—	Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa	(30.929.744) 18.936.439
Contas a pagar	106.000	31.491.160	Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	31.387.566 12.451.125
Patrimônio Líquido	2.798.921	641.280	Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	457.822 31.387.564
Capital Social	10.000	10.000	Varição das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes	(30.929.744) 18.936.439
Reserva de Lucros	2.788.921	631.280		
Total do Passivo + PL	3.053.374	32.183.818		
Demonstração do Resultado do Exercício			Notas Explicativas da Administração	
	31/12/2025	31/12/2024	1) Do Contexto: A Haia Serviços Financeiros S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Bernardo do Campo/SP, tendo como objeto social principal Holdings de instituições não-financeiras, Atividades de cobranças e informações cadastrais, Serviços combinados de escritório e apoio administrativo com início de atividades em 25/11/2015. 2) Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. São Bernardo do Campo, 31 de Dezembro de 2025	
Receita operacional líquida	673.095	838.493		
(-) Custos operacionais	(246.898)	(346.092)		
Residual operacional bruto	426.197	492.401		
(+/-) Receitas/Despesas operacionais:	(194.376)	(157.265)		
Residual operacional antes do resultado financeiro	231.821	335.136		
Receitas financeiras	3.016.881	7.230		
(-) Despesas financeiras	(11.702)	(8.349)		
Residual antes da provisão para o IRPJ e CSLL	3.236.999	334.017		
(-) Imposto de renda e contribuição social	(1.079.358)	(76.354)		
Residual líquido do exercício	2.157.641	257.663		

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Ikatu Administração e Participações S/A					
CNPJ/MF nº 25.268.211/0001-30					
Relatório da Administração					
Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2025 à 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se à sua disposição na sede da empresa.					
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)			Demonstração do Resultado do Exercício (Em reais)		
	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Ativo			Receita operacional líquida		
Circulante	282	1.651	(-) Custos operacionais	(7.286)	(1.694)
Caixa e equivalentes de caixa	9	9	Lucro operacional bruto	(7.286)	(1.694)
Aplicações de Liquidez imediata	273	1.642	(+/-) Receitas/Despesas operacionais:		
Não Circulante	202.751.043	166.963.372	(-) Despesas Administrativas	(139.089)	(92.895)
Compromissos Contratuais a Receber	131.720.465	131.385.866	Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(146.375)	(94.589)
Participações Societárias	71.030.579	35.577.506	Receitas financeiras	124	-
Total do Ativo	202.751.326	166.965.023	(-) Despesas financeiras	(1.872)	(1.760)
Passivo + Patrimônio Líquido	31/12/2025	31/12/2024	Prejuízo antes da provisão para o Irlp e Csl	(148.123)	(96.349)
Circulante	16.152.829	29.080.611	(-) Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-
Fornecedores	-	-	Prejuízo do exercício	(148.123)	(96.349)
Impostos e contribuições	63	63	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em reais)		
Obrigações Trabalhistas	3.619	3.389			
Titulos a Pagar	16.149.147	29.077.159	Adiantamento		
Não Circulante	110.306.796	96.897.660	Capital p/Aumento social		
Empréstimos e Financiamentos	110.306.796	96.897.660	de Capital		
Titulos a Pagar	-	-	Reserva de capital		
Patrimônio Líquido	76.291.701	40.986.752	Prejuizos Acumulados		
Capital Social	1.500	1.500	Total		
Adiantamento p/ Aumento de Capital	6.762.000	6.762.000	Saldos em 31/12/2024	1.500	6.762.000
Reserva de Lucros	6.730.330	6.878.453	Aumento de Capital Social	-	-
Outros Resultados Abrangentes	62.797.871	27.344.799	Prejuízo do exercício	-	35.356.724
Total do Passivo + PL	202.751.326	166.965.023	Saldos em 31/12/2025	1.500	6.762.000
Notas Explicativas da Administração			Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto (Em reais)		
1) Sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social principal: Participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding), com início de atividades em 22/07/2016.			31/12/2025		
2) Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.			31/12/2024		
			Total dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	(35.601.195)	(382.553)
			Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	35.453.072	286.203
			Total dos Fluxos de Caixa das Atividades Financeiras	146.755	90.471
			Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa	(1.368)	(5.879)
			Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1.651	7.530
			Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	283	1.651
			Varição das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes	(1.368)	(5.879)
Diretoria					
Eliane Rodrigues Silva – Diretora			Maria Benedita Barbosa Rocha – Diretora		
			Nelson Corrêa Cabral – TC 1SP 068.009/O-8		

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo

MBR Participações S/A				
CNPJ/MF nº 33.363.225/0001-61				
Relatório da Administração				
Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2025 à 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se à sua disposição na sede da empresa.				
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
	31/12/2025	31/12/2024	Capital Social	Reserva de Lucros
Ativo				
Circulante	16.701.913	6.988.135		
Caixa e equivalentes de caixa	64.597	5.092		
Outras Contas	16.637.316	6.983.043		
Não Circulante	268.716	394.062		
Realizável a Longo Prazo	116.536	70.798		
Investimentos	—	255		
Imobilizado	152.180	323.009		
Intangível	—	—		
Total do Ativo	16.970.629	7.382.197		
Passivo + Patrimônio Líquido	31/12/2025	31/12/2024		
Circulante	8.115.427	5.457.322		
Impostos e contribuições	745.785	11.341		
Contas a pagar	7.369.642	5.445.981		
Não Circulante	—	—		
Impostos e contribuições	—	—		
Contas a pagar	—	—		
Patrimônio Líquido	8.855.202	1.924.875		
Capital Social	1.881.669	1.881.669		
Resultados Acumulados	6.973.533	43.206		
Total do Passivo + PL	16.970.629	7.382.197		
Demonstração do Resultado do Exercício			Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	10.828.164	337.850		
(-) Custos operacionais	(2.487.314)	(230.246)		
Resultado operacional bruto	107.604	8.340.850		
(+/-) Receitas/Despesas operacionais	(823.039)	(197.157)		
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(89.553)	7.517.811		
Receitas financeiras	—	—		
(-) Despesas financeiras	(72.010)	(40.378)		
Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL	7.445.801	(129.931)		
(-) Imposto de renda e contribuição social	(26.930)	(515.474)		
Resultado líquido do exercício	(156.861)	6.930.327		
			Total dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	
			(1.970.080)	(859.046)
			Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	
			(53.238)	(2.837)
			Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos	
			2.082.823	851.118
			Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa	
			59.505	(10.765)
			Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	
			5.092	15.857
			Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	
			64.597	5.092
			Variação das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes	
			59.505	(10.765)
Notas Explicativas da Administração				
1) Do Contexto: A MBR Participações S.A. sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Bernardo do Campo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de Aluguel de imóveis próprios, holdings de instituições não-financeiras e compra e venda de imóveis próprios com início de atividades em 15/04/2019. 2) Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.				
Diretoria				
Milena Braga Romano – Diretora Presidente				
Anderson Paulo Bella da Silva – Vice-Presidente				
Assis Martins Moreira – Contador CRC 1SP259100/O-4				

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA

São Paulo

MERCANTIL



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

ICP Brasil

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Opulência Empreendimentos e Participações S.A.				
CNPJ/MF nº 52.538.872/0001-01				
Relatório da Administração				
Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2025 à 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se à sua disposição na sede da empresa.				
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
	31/12/2025	31/12/2024	Capital Social	Prejuízos Acumulados
Ativo				
Circulante	11.553.714	5.880.849		
Caixa e equivalentes de caixa	3.097	849		
Contas a Receber	11.550.616	5.880.000		
Não Circulante	1.649	400		
Realizável a Longo Prazo	1.649	400		
Imobilizado	-	-		
Intangível	-	-		
Total do Ativo	11.555.363	5.881.249		
Passivo + Patrimônio Líquido	31/12/2025	31/12/2024		
Circulante	43.011	-		
Impostos e contribuições	-	-		
Contas a pagar	43.011	-		
Não Circulante	13.033.856	6.107.161		
Impostos e contribuições	-	-		
Contas a pagar	13.033.856	6.107.161		
Patrimônio Líquido	(1.521.505)	(225.912)		
Capital Social	150	150		
Prejuízos Acumulados	(1.521.655)	(226.062)		
Total do Passivo + PL	11.555.363	5.881.249		
Demonstração do Resultado do Exercício			Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	-	-		
(-) Custos operacionais	(1.295.158)	(225.535)		
Resultado operacional bruto	(225.535)	(1.295.158)		
(+/-) Receitas/Despesas operacionais	-	(276)		
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(225.811)	(1.295.158)		
Receitas financeiras	-	49		
(-) Despesas financeiras	(484)	(251)		
Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL	(1.295.593)	(226.062)		
(-) Imposto de renda e contribuição social	-	-		
Resultado líquido do exercício	(226.062)	(1.295.593)		
			Notas Explicativas da Administração	
			1) Do Contexto: Opulência Empreendimentos e Participações S.A, sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de Holdings de instituições não-financeiras com início de atividades em 16/10/2023. 2) Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.	
			Diretoria: Milena Braga Romano – Diretora Presidente Assis Martins Moreira – Contador CRC 1SP 259.100/O-4	

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL
São Paulo



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Companhia Securitizadora de Ativos Judiciais	
“Em Constituição”	
Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 18 de Março de 2026	
Data, Hora e Local: Aos 18 dias do mês de março do ano de 2026, às 9:00 horas, nas dependências da Companhia Securitizadora de Ativos Judiciais, localizada no Município e Estado de São Paulo, com sede na Rua Maria Carolina, 692, conjunto 101, Jardim Paulistano, CEP 01445-000 (“Companhia”). Presença: Reunidos em assembleia geral de constituição, os acionistas fundadores que representam a totalidade dos subscritores do capital social, devidamente qualificados a seguir: (i) Alexandre Portela Barbosa, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 09.072.166-76 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 018.954.325-61, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Maria Carolina, 692, conjunto 101, Jardim Paulistano, CEP 01445-000 (“Alexandre”); e (ii) Tomás Junqueira de Camargo, brasileiro, divorciado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 29.423.740-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 290.156.208-65, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Maria Carolina, 692, conjunto 101, Jardim Paulistano, CEP 01445-000 (“Tomás”), conforme assinaturas apostas no Livro de Registro de Presença de Acionistas, conferido com o Boletim de Subscrição constante do Anexo I à presente. Convocação: Dispensada a comprovação da convocação prévia desta assembleia pela imprensa, conforme facultado pelo § 4º, do artigo 124, da Lei 6.404/76. Mesa: Presidente: Alexandre Portela Barbosa; Secretário: Tomás Junqueira de Camargo. Ordem do Dia: Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) constituição da Companhia de capital fechado; (ii) leitura, discussão e aprovação do Estatuto Social da Companhia, cujo teor constitui o Anexo II à presente; (iii) subscrição e forma de integralização do capital social; (iv) eleição dos Diretores da Companhia; (v) fixação da remuneração dos Diretores; (vi) determinação dos jornais das publicações. Deliberações: Os acionistas, por unanimidade, aprovaram: (i) Constituição da Companhia. A constituição da Companhia Securitizadora de Ativos Judiciais, sociedade por ações, conforme a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições descritas no Estatuto Social, Anexo II a este instrumento. Tendo sido verificadas todas as formalidades, o Sr. Presidente declarou constituída a Companhia Securitizadora de Ativos Judiciais para todos os fins de direito, a qual iniciará suas atividades logo após o cumprimento de todas as formalidades legais para este tipo societário. (ii) Estatuto Social. Os acionistas subscritores aprovaram o Estatuto Social da Companhia, nos termos do documento anexo à presente ata (Anexo II), declarando, assim, efetivamente constituída a Companhia. (iii) Capital Social. O capital social será de R\$ 1.000,00 (um mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações, totalmente subscrito e a ser integralizado em moeda corrente nacional, sendo que a importância de R\$ 100,00 (cem reais) representando 10% (dez por cento) do capital social da Companhia será integralizado em dinheiro pelos acionistas fundadores, depositado em conta vinculada no Banco do Brasil S.A., até a data de protocolo da Ata de Assembleia Geral de Constituição, perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), nos termos dos artigos 80, inciso III, e 81 da Lei nº 6.404/76. Os 90% (noventa por cento) restantes serão integralizados até 31 de julho de 2026. Os acionistas fundadores, acima qualificados, aprovaram também, por unanimidade, o Boletim de Subscrição constante no Anexo I deste instrumento e reproduzido a seguir. Restou estabelecido que a subscrição e integralização das ações será efetuada da seguinte forma: O Alexandre, acima qualificado, subscreve 500 (quinhentas) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e integralizará, em moeda corrente nacional, a importância de R\$ 50,00 (cinquenta reais), equivalentes a 10% (dez por cento) das ações subscritas e o acionista Tomás, acima qualificado, subscreve 500 (quinhentas) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e integralizará, em moeda corrente nacional, a importância de R\$ 50,00 (cinquenta reais), equivalentes a 10% (dez por cento) das ações subscritas; até a data do protocolo desta Assembleia Geral de Constituição, perante a JUCESP. (iv) Eleição dos Diretores. Por unanimidade, foram eleitos, para atuarem como Diretores da Companhia, com mandato unificado de 03 (três) anos: a. Alexandre Portela Barbosa, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 09.072.166-76 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 018.954.325-61, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Maria Carolina, 692, conjunto 101, Jardim Paulistano, CEP 01445-000, como Diretor de Compliance; e b. Tomás Junqueira De Camargo, brasileiro, divorciado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 29.423.740-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 290.156.208-65, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Maria Carolina, 692, conjunto 101, Jardim Paulistano, CEP 01445-000, como Diretor de Securitização. Os Diretores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a Administração da sociedade, por Lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade, bem como não foram declarados inabilitados por ato da Comissão de Valores Mobiliários. A posse dos Diretores ora eleitos está condicionada à assinatura do termo de posse, lavrados no livro próprio da Companhia. (v) Remuneração dos Diretores. Fixar a remuneração dos Diretores no limite máximo global anual de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). (vi) Publicação. Os acionistas subscritores definiram que as publicações da Companhia serão feitas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e em jornal de grande circulação. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, o presidente da assembleia geral de constituição declarou constituída a presente companhia, sendo suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, no livro próprio, a qual tendo sido lida e aprovada, foi por todos os presentes assinada e rubricada. São Paulo, 18 de março de 2026. Mesa: Alexandre Portela Barbosa – Presidente; Tomás Junqueira De Camargo – Secretário. Acionistas Subscritores: Alexandre Portela Barbosa; Tomás Junqueira De Camargo. Jucesp sob o NIRE nº 3530069229-2 em 22/04/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral. Visto do advogado: Larissa Alves de Araújo – OAB/SP 313.644. Anexo II - Estatuto Social Da Companhia Securitizadora De Ativos Judiciais Capítulo I - Da Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto - Artigo 1º. Companhia Secritizadora de Ativos Judiciais é uma sociedade por ações regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores (a “Lei das Sociedades por Ações”) e pela Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004. Artigo 2º. A Companhia tem sua sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Maria Carolína, 692, conjunto 101, Jardim Paulistano, CEP 01445-000, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Artigo 3º. A Companhia tem por objeto: (i) aquisição e securitização de créditos e direitos creditórios imobiliários, do agronegócio, financeiros, dentre outros, inclusive aqueles de origem judicial, incluindo, mas não se limitando a, precatórios, honorários de sucumbência, indenizações judiciais, depósitos judiciais, créditos trabalhistas, créditos tributários e quaisquer outros créditos oriundos de decisões judiciais ou administrativas, originados de qualquer segmento econômico, e de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários, do agronegócio, financeiros, dentre outros, originados de qualquer outro segmento econômico; (ii) gestão e administração de carteiras de crédito imobiliário, do agronegócio, financeiros, dentre outros, originados de qualquer outro segmento econômico, próprias ou de terceiros; (iii) emissão, distribuição e a colocação no mercado financeiro e de capitais, de forma pública ou privada, de Certificados de Recebíveis Imobiliário (“CRI”), de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”), bem como de quaisquer outros títulos e valores mobiliários lastreados em créditos e direitos creditórios que sejam compatíveis com as suas atividades; (iv) atuação como agente fiduciário de Letras Imobiliárias Garantidas, estando, para tanto, autorizada ao exercício da atividade de administração de bens e ativos de terceiros; (v) a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de créditos e direitos creditórios imobiliários, do agronegócio, financeiros, dentre outros, originados de qualquer outro segmento econômico, incluindo, mas não se limitando a, digitação de títulos em sistema de mercado de balcão; e administração, recuperação e alienação de créditos e direitos creditórios; (vi) distribuição, recompra, revenda ou resgate de títulos e valores mobiliários de sua própria emissão; (vii) prestação de serviços de estruturação de operações de securitização próprias ou de terceiros; (viii) consultoria de investimentos em fundos de investimento que tenham como objetivo a aquisição de créditos imobiliários, do agronegócio, financeiros, dentre outros, originados de qualquer outro segmento econômico; (ix) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as suas atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários, do agronegócio, financeiros, dentre outros, originados de qualquer outro segmento econômico; (x) realização de operações no mercado de derivativos visando a cobertura de riscos de sua carteira de créditos; e (xi) participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior (holding). Artigo 4º. O prazo de duração da sociedade será indeterminado. Capítulo II - Do Capital Social e Ações - Artigo 5º. O capital social totalmente subscrito e parcialmente integralizado é de R\$ 1.000,00 (um mil e reais), representado por 1.000 (mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Único. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas Assembleias Gerais. Artigo 6º. A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do Acionista no livro de “Registro de Ações Nominativas”. Mediante solicitação de qualquer Acionista, a Companhia emitirá certificado de ações, que poderão ser agrupados em títulos múltiplos, quando emitidos. Artigo 7º. A Companhia poderá suspender os serviços de conversão, desdobramento, agrupamento e transferência de certificados por períodos que não ultrapassem, cada um, 15 (quinze dias), nem o total de 90 (noventa dias) durante o ano. Artigo 8º. Observado o disposto no parágrafo terceiro do art. 168 da Lei das S.A., poderá a Companhia outorgar opção de compra de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à própria Companhia ou a sociedades sob seu controle, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral. Capítulo III - Assembleia Geral - Artigo 9º. Compete a qualquer Diretor convocar Assembleia Geral da Companhia, com prazo de antecedência de 15 (quinze) dias em primeira convocação e de 8 (oito) dias em segunda convocação. Parágrafo Único. A Assembleia Geral será ordinária ou extraordinária. A Assembleia Geral Ordinária será realizada no prazo de 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social e as Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que o interesse	
social assim o exigir. Artigo 10. A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. Artigo 11. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, observado o disposto no §2º do Artigo 12 do presente Estatuto. Artigo 12. A Assembleia Geral será presidida por um dos acionistas da Companhia, cabendo a escolha à maioria dos acionistas presentes. O Presidente da Assembleia Geral convidará um acionista ou Diretor, dentre os presentes, para secretariar os trabalhos. §1º. O edital de convocação poderá condicionar a presença do acionista na Assembleia Geral, além dos requisitos previstos em lei, ao depósito na sede da Companhia, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência do dia marcado para a realização da Assembleia Geral, do comprovante expedido pela instituição depositária. §2º. O edital de convocação também poderá condicionar a representação, por procurador, do acionista na Assembleia Geral, a que o depósito do respectivo instrumento de mandato seja efetuado na sede da Companhia, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência do dia marcado para a realização da Assembleia Geral. §3º. A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número. Artigo 13. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto afirmativo de acionistas que representem, no mínimo, a maioria absoluta dos votos, exceto nos casos em que a lei, este Estatuto Social e/ou os acordos de acionistas registrados nos livros da Companhia prevejam quorum maior de aprovação. Artigo 14. A Assembleia Geral deverá fixar a remuneração anual global da Diretoria, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado, cabendo aos Diretores Administrativos em conjunto a distribuição da remuneração fixada. Capítulo IV - Da Administração - Artigo 15. A Companhia será administrada pela Diretoria. §1º. Os membros da Diretoria serão investidos nos seus cargos nos 30 (trinta) dias subsequentes às suas eleições, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. §2º. Os membros da Diretoria estão obrigados, sem prejuízo dos deveres e responsabilidades a eles atribuídos por lei, a manter reserva sobre todos os negócios da Companhia, devendo tratar como sigilosas todas as informações a que tenham acesso e que digam respeito à Companhia, seus negócios, funcionários, administradores, acionistas ou contratados e prestadores de serviços, obrigando-se a usar tais informações no exclusivo e melhor interesse da Companhia. Artigo 16. A Diretoria será composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 05 (cinco) Diretores, residentes no país, Acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição, sendo (i) um Diretor de Securitização responsável pelas atividades de securitização, com poderes para representar a Companhia junto à Comissão de Valores Mobiliários e aos investidores e manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários (“ Diretor de Securitização ”), (ii) um Diretor de Compliance responsável pela criação, atualizações e recomendações das normas da organização; criação, revisão e aprimoramento de manuais de compliance para determinadas leis e regulamentos, bem como seu treinamento à Companhia; identificação e avaliação do risco de compliance, inclusive para novos produtos e atividades; combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo; e assegurar-se da existência e observância dos princípios éticos e normas de conduta da Companhia (“ Diretor de Compliance ”); (iii) um Diretor de Distribuição responsável por (a) identificar, desenvolver e gerenciar o relacionamento com novos investidores, ofertando e negociando ativos de emissão da Companhia, dentro dos perfis e estratégias previamente acordados; (b) constantes sobre o dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do investidores (“ Suitability ”); (c) de atender padrões de adequação aos investidores, determinados pela legislação, regulação e autorregulação aplicáveis, visando esclarecer os riscos relacionados ao investimento; (d) cumprir todas as obrigações relacionadas ao cadastro de clientes, de conduta e de pagamento e recebimento de valores aplicáveis à intermediação de operações realizadas com valores mobiliários (“ Diretor de Distribuição ”); e (iv) os demais Diretores, se houver, serão Diretores Administrativos. O Diretor de Securitização poderá acumular a função de Diretor de Distribuição, sendo certo que a Diretoria de Compliance não poderá ser acumulada com a Diretoria de Securitização ou com a Diretoria de Distribuição, a qualquer tempo, na forma da Resolução CVM nº 60/21. Parágrafo Único. Os Diretores serão eleitos pela Assembleia Geral, sendo requerida a maioria dos votos para a sua eleição. Artigo 17. Em caso de vacância definitiva no cargo de Diretor, o substituto deverá ser indicado pela Assembleia Geral para o período restante até o final do prazo de gestão do Diretor substituído. Artigo 18. Os Diretores desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de modo a assegurar a condução normal de seus negócios e operações com estrita observância das disposições deste Estatuto Social e das resoluções das Assembleias Gerais. Artigo 19. Competem à Diretoria as atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, podendo a Assembleia Geral estabelecer atribuições específicas para os cargos de Diretoria. Artigo 20. A Companhia deverá ser representada, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante instituições financeiras e terceiros em geral: (i) isoladamente por qualquer Diretor; (ii) por 01 (um) Procurador da Companhia, desde que investido de poderes específicos, expresse e especial, limitado no tempo. §1º. A Companhia poderá ser representada isoladamente por qualquer Diretor ou por um único procurador com poderes especiais para (i) praticar atos referentes à emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, do Agronegócio, Financeiros, dentre outros, originados de qualquer outro segmento econômico e de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários, financeiros, dentre outros, originados de qualquer outro segmento econômico frente à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Banco Central do Brasil – BACEN, Secretaria da Receita Federal – SRF, a Caixa Econômica Federal – CEF, o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, a B3 – Brasil. Balcão e demais depositários centrais, e quaisquer outros órgãos públicos em geral, federais, estaduais ou municipais e demais instituições financeiras públicas ou privadas, bem como na assinatura de toda e qualquer documentação relacionada às emissões da Companhia, abrangendo, mas não se restringindo, termos de securitização de créditos imobiliários e/ou do agronegócio, contratos de cessão de créditos, contratos de prestação de serviços, escrituras de emissão de cédulas de crédito, contratos de distribuição e coordenação de ofertas públicas, declarações, notificações e quaisquer outros documentos relacionados ao lastro; (ii) para fins de liberação de garantias outorgadas em favor da Companhia, inclusive garantias que recaiam sobre imóveis (tais como hipoteca ou alienação fiduciária). §2º. A Companhia será representada por qualquer Diretor Administrativo isoladamente, ou por um procurador com poderes especiais, o qual agirá nos limites de seus mandatos, na abertura, movimentação ou encerramento de contas de depósitos bancários. §3º. As emissões de Certificados de Recebíveis que tenham a instituição de regime fiduciário e constituição de patrimônio separado não dependerão de qualquer aprovação societária específica, cabendo apenas a assinatura, nos documentos das emissões, dos Diretores e/ou Procuradores da Companhia, observada a forma de representação prevista neste Estatuto Social. Artigo 21. Na outorga de procurações, a Companhia deverá ser representada pela assinatura em conjunto dos Diretores Administrativos. Os instrumentos de mandato estabelecerão, expressamente, os poderes outorgados aos procuradores, terão prazo máximo de 1 (um) ano e vedarão o seu substabelecimento, exceto para as procurações outorgadas a advogados para fins judiciais e administrativos, as quais poderão ter prazo superior ou indeterminado e prever o seu substabelecimento, desde que com reserva de iguais poderes. Artigo 22. É vedado à Diretoria e aos procuradores da Companhia obrigá-la em negócios estranhos ao objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da mesma. Capítulo V - Conselho Fiscal - Artigo 23. O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. §1º. Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. §2º. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. Capítulo VI - Exercício Social e Lucros - Artigo 24. O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. Artigo 25. Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. §1º. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. Artigo 26. Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Artigo 27. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. §1º. Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que se refere o § 1º do Artigo 25. §2º. Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. §3º. Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. Capítulo VII - Liquidação - Artigo 28. A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. §1º. À Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. §2º. A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. Capítulo IX - Disposições Finais - Artigo 29. A Companhia observará e fará cumprir as disposições constantes de eventual acordo de acionistas arquivados que venha a ser celebrado, desde que devidamente arquivado em sua sede e averbados nos livros societários competentes, nos termos do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações.	

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

